



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Realizada em 31 de outubro de 2018

N.º 19/2018

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte e cinco minutos, no salão nobre dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores Manuel Joaquim Pisco Lopes, Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

O Sr. Vereador Carlos Alberto Mendonça Rabaçal solicitou a sua substituição, conforme documento anexo à presente ata, sob o registo n.º 1.

O Sr. Vereador Joel Alexandre Neves Marques esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota Gomes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 a 4.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos, do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Fernando Paulino – No dia 26, sexta-feira, no meu passeio pela Praça do Bocage, que habitualmente faço, deparei-me com o edifício dos Paços do Concelho, encerrados. Até aí, é uma situação perfeitamente normal, dado que era greve da função pública. É uma situação que nós entendemos, não havendo condições para os serviços estarem abertos, que o edifício estivesse encerrado.

O que eu não entendo é porque é que havia uma corrente e um cadeado nas portas da Câmara Municipal. Essa é uma situação que nós não entendemos. Entendemos que o direito

4

à greve é um direito inalienável de todos os trabalhadores, mas o direito ao trabalho também é um direito que todos têm, se não quiserem fazer greve.

No Portugal democrático, não se justifica, Sra. Presidente, que os Paços do Concelho estejam encerrados com um cadeado e com uma corrente. O 25 de Abril fez-se precisamente para acabar com as correntes e com aqueles que estavam acorrentados. Nós não entendemos como é que nos Paços do Concelho, numa Câmara Municipal democrática, que nós reconhecemos, numa cidade livre, que nós reconhecemos, se possa tomar uma atitude destas.

Não me parece razoável, não parece aceitável e condenamos. O Partido Socialista condena este tipo de atitudes. Não havendo condições para os Paços do Concelho e os serviços trabalharem, entendemos que possam fechar, agora, com uma corrente e um cadeado...

Não entendemos esta imagem que se quer passar, numa cidade que nós queremos que seja livre democrática e que sabemos que é, mas esta imagem não dignifica a Câmara Municipal nem esta cidade.

Sr. Vice-Presidente – Sobre este tema, gostava de informar que esta Câmara nunca impediu a greve, não se opõe ao direito à greve e a maioria deste executivo não admite que se bloqueie as entradas nos edifícios municipais. Daí que, logo que foi observada essa situação, se tenha mandado intervir os bombeiros, para cortar essas correntes e removê-las. Foram removidas do edifício dos Paços do Concelho, do Edifício Sado e do portão do viveiro das Amoreiras.

Portanto, essa situação ocorreu durante um curto espaço de tempo, até haver o conhecimento de que isso estava a ocorrer. Foram imediatamente removidas as correntes que aí estavam e foi imediatamente contactado o piquete de greve ou os representantes dos sindicatos em greve, avisando que esta Câmara não se opunha à greve, não admitia que houvesse uma imagem que desse o sentido de que se estava a boicotar a greve.

Esta Câmara não boicota greves. Respeita os direitos dos trabalhadores, respeita os direitos sindicais e, portanto, não se opõe a que ela se faça, mas também não permite o impedimento de um edifício, que é um espaço público, a qualquer pessoa. Portanto, essa situação que relatou existiu, mas foi corrigida.

Sr. Vereador Fernando Paulino – O Partido Socialista regista com agrado esta justificação, que entendemos que é mais razoável e é uma explicação lógica daquilo que são as regras da democracia. Nós entendemos. Até para quem fez greve com convicção de a fazer, certamente não ficou agradado pelo facto de darem a imagem que fizeram uma greve obrigados.

Portanto, se essa atitude foi tomada – e bem -, nós registamos com agrado que o Executivo o tenha feito.

Sra. Presidente – A Presidente da Câmara regista, também, com alguma mágoa, o tom em que foi colocada essa questão, porque dava a ideia de que quem tinha mandado pôr os cadeados na porta tinha sido a Câmara Municipal.

Eu não estava cá. Também tenho direito à greve, também fiz greve. Já estava cá, mas não estava aqui, no edifício, nem no concelho. Por acaso, estava em Lisboa, porque optei por fazer greve, como é óbvio. Agora, registo com muito desagrado o tom de insinuação de que terá sido o Executivo a mandar pôr o cadeado nas portas.

O Executivo não só não mandou pôr os cadeados como mandou, imediatamente, retirar os cadeados, porque não é a primeira vez que tem havido greves, seja em que o Governo for. Desta vez, tirámos os cadeados. Já houve vezes em que foi mais difícil. Não foram cadeados, mas foram outras coisas que fizeram na porta e nós mandámos abrir as portas laterais, para que os trabalhadores que quisessem trabalhar pudessem fazê-lo. Portanto, não recebemos lições de ninguém.

As pessoas têm direito à sua liberdade, à liberdade de decidirem se querem trabalhar, se querem fazer greves. E, portanto, se não está aberta a porta da frente, a porta do lado estará aberta de certeza. Se não está aberta a porta do lado e se conseguimos cortar o cadeado, cortamos de certeza.

Portanto, se eu quis fazer greve eu fiz, se o outro não quis fazer greve não fez. Se quer entrar dentro do edifício e para o seu local de trabalho, tem todo o direito a entrar dentro do edifício, assim como eu tenho o direito a fazer a greve. É igual. Agora, receber um bocadinho de indireta (“*Sra. Presidente, tem que dizer aos senhores do sindicato...*”), eu também não estou de acordo.

Se estivéssemos de acordo tínhamos deixado estar o cadeado. Acho que as pessoas têm liberdade para decidir se se querem sentar à sua secretária ou se vêm aqui picar o ponto, porque é assim que a gente tem feito. Quem não consegue entrar dentro do edifício e lhe é impossibilitada a entrada dentro do edifício, a pessoa só tem que dizer: “*Eu estava à porta às X horas*”, que é para o ordenado lhe ser pago, porque senão trabalhou foi porque alguém não o deixou trabalhar, mas está atestado que não quis fazer greve. Mesmo não trabalhando, sempre receberam o seu salário. Sempre, com este Executivo.

Portanto, têm direito a trabalhar e têm direito a fazer greve. Têm direito às duas coisas. As pessoas são livres. Aqui, são livres, e, portanto, não gostei do tom.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Sra. Presidente, isto não é uma questão de tom, é uma questão de direitos e de democracia.

Sra. Presidente – Sim, sim, e a gente trata deles como ninguém.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Eu não insinuei que tinha sido o Executivo e também não me vou justificar, perante a Sra. Presidente, por aquilo que disse. O que disse é que não gostei e acho extremamente contra aquilo que são as regras da democracia. Aliás, fiz questão de frisar que entendia que esta cidade é uma cidade livre, democrática...

Sra. Presidente – E é.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Por isso mesmo é que eu não gostei de ver. O Partido Socialista e eu tivemos que fazer esta intervenção. Agora, o chapéu enfia quem quiser, mas eu não quis enfiar o chapéu na cabeça de ninguém e também não me vou justificar.

Sra. Presidente – Não, não gostámos. Não gostámos do tom, porque, então, a gente tem que ir para os tons.

Estive a semana passada no Chipre, na conferência da Europa Nostra, em que a Europa Nostra foi a entidade que nos ajudou a dar o pontapé de saída na qualificação do Convento de Jesus como edifício mais importante da Europa a ter intervenção. Foi por isso que, na altura, o Governo concedeu a primeira candidatura de fundos comunitários para a reabilitação do Convento de Jesus. Portanto, fomos novamente tentar dar um impulso à 3.ª fase, e esperemos que seja a última fase, que falta fazer para a reabilitação do Convento de Jesus.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 8.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
- 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
- 1. Deliberação n.º 317/18 – Proposta n.º 19/2018 – GAP – Aceitação de doação no âmbito do projeto Setúbal Mais Bonita.**
 - 2. Deliberação n.º 318/18 – Proposta n.º 20/2018 – GAP – Minuta de Contrato de Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Setúbal para a AML na área dos Transportes Públicos de Passageiros.**
 - 3. Deliberação n.º 319/18 – Proposta n.º 21/2018 – GAP – Protocolo entre o Município de Setúbal e a APSS para gestão partilhada, da área compreendida entre a Avenida José Mourinho e a Rua dos Trabalhadores do Mar.**
 - 4. Deliberação n.º 320/18 – Proposta n.º 22/2018 – GAP – Alteração do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais.**
 - 5. Deliberação n.º 345/18 – Proposta n.º 23/2018 – GAP – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Setúbal e a Área Metropolitana de Lisboa, para a organização, planeamento, desenvolvimento e articulação da exploração da atividade de distribuição de eletricidade em baixa tensão, no Município de Setúbal, no âmbito da Lei N.º 31/2017.**
 - 6. Deliberação n.º 321/18 – Proposta n.º 06/2018 – GATUR – Aceitação de doações – Feira de Sant'Iago 2018. RETIRADA.**
 - 7. Deliberação n.º 322/18 – Proposta n.º 76/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Adesão à Central de Compras denominada Central Nacional de Compras Municipais (CNCM).**
 - 8. Deliberação n.º 323/18 – Proposta n.º 77/2018 – DAFRH/DIGEF – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2019**
 - 9. Deliberação n.º 324/18 – Proposta n.º 78/2018 – DAFRH – Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) do ano de 2018.**
 - 10. Deliberação n.º 325/18 – Proposta n.º 79/2018 – DAFRH/DIGEF – Finanças Municipais – Lançamento de Derrama para 2019.**
 - 11. Deliberação n.º 326/18 – Proposta n.º 80/2018 – DAFRH/DIGEF – Participação variável no IRS.**
 - 12. Deliberação n.º 327/18 – Proposta n.º 81/2018 – DAFRH/DIGEF – Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2019.**
 - 13. Deliberação n.º 328/18 – Proposta n.º 82/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Fornecimento contínuo de gasóleo, para abastecimento das viaturas da frota municipal e da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, no ano de 2019, ao abrigo da Central Nacional de Compras Municipais (CNCM).**
 - 14. Deliberação n.º 329/18 – Proposta n.º 83/2018 – DAFRH – Projeto Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal – 2019.**
 - 15. Deliberação n.º 330/18 – Proposta n.º 84/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Protocolo de cedência temporária de uso e gestão dos campos desportivos da Urbanização do Choilo, em Azeitão, ao Clube Cultural e Desportivo dos Brejos de Azeitão.**
 - 16. Deliberação n.º 343/18 – Proposta n.º 85/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Transmissão da “Concessão de exploração de um terreno municipal para a construção e exploração de um complexo desportivo integrado, em Setúbal” – Concurso Público N.º 33/2017/DAFRH/DIGEF/SECPP.**
 - 17. Deliberação n.º 301/18 – Proposta n.º 50/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Plano de Mobilidade Sustentável e Transportes de Setúbal**
 - 18. Deliberação n.º 331/18 – Proposta n.º 51/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Conversão a sentidos únicos da Rua da Paz, Travessa do Celeiro e Travessa de São Simão - União de Freguesias de Azeitão.**

19. **Deliberação n.º 332/18 – Proposta n.º 52/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Estudo de circulação e estacionamento automóveis, nas Ruas Bordalo Pinheiro, Augusto Cardoso e vias adjacentes - União de Freguesias de Azeitão.**
 20. **Deliberação n.º 333/18 – Proposta n.º 21/2018 – DOM – Empreitada “Reabilitação do Bairro das Manteigadas – Eficiência Energética” – Concurso Público – Adjudicação.**
 21. **Deliberação n.º 334/18 – Proposta n.º 17/2018 – DAAE/DIEV – Fixação do preço das refeições servidas no refeitório do Viveiro das Amoreiras.**
 22. **Deliberação n.º 335/18 – Proposta n.º 18/2018 – DAAE/DIHU – Tarifário de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Setúbal para 2019.**
 23. **Deliberação n.º 336/18 – Proposta n.º 104/2018 – DCED/DICUL – Doação do valor da bilheteira do espetáculo “Dança para Todos – Gala Solidária de Danças Sociais”.**
 24. **Deliberação n.º 337/18 – Proposta n.º 105/2018 – DCED/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais.**
 25. **Deliberação n.º 338/18 – Proposta n.º 106/2018 – DCED/DISOC – Setúbal, Território Intercultural – Plano Municipal para a Integração de Migrantes – 2018-2020.**
 26. **Deliberação n.º 339/18 – Proposta n.º 107/2018 – DCED/DISOC – Voluntariado de Mãos Dadas Acácio Veiga – Centro Social Paroquial D. Manuel Martins. Apoio financeiro.**
 27. **Deliberação n.º 344/18 – Proposta n.º 12/2018 – GVRO-DIEDU – Aditamento ao Acordo de Cooperação no âmbito da Educação Pré-Escolar para o ano letivo 2017-2018.**
 28. **Deliberação n.º 340/18 – Proposta n.º 19/2018 – DAAE/DIAES – Anteprojeto de Regulamento dos Horários dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Setúbal.**
 29. **Deliberação n.º 341/18 – Proposta n.º 20/2018 – DAAE/DIAES – Anteprojeto de Regulamento de Comércio e Retalho Não Sedentário do Município de Setúbal.**
 30. **Deliberação n.º 342/18 – Proposta n.º 03/2018 – GAVPS – Recomendação à APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA e Assembleia Municipal de Setúbal para a criação de uma Comissão de Acompanhamento referente ao Projeto e Obra de Melhoria da Acessibilidade Marítima ao Porto de Setúbal.**
- C) **Período destinado à intervenção do Público.**

1. **Deliberação n.º 317/18 – Proposta n.º 19/2018 – GAP – Aceitação de doação no âmbito do projeto Setúbal Mais Bonita**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 9, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

2. **Deliberação n.º 318/18 – Proposta n.º 20/2018 – GAP – Minuta de Contrato de Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Setúbal para a AML na área dos Transportes Públicos de Passageiros**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 10 e 11.

Sr. Vice-Presidente – Este é um primeiro passo significativo, em relação à questão da delegação de competências na área da organização e gestão dos sistemas de transportes em toda a Área Metropolitana, incluindo os transportes de âmbito municipal e, depois, os

transportes intermunicipais, estabelecendo as ligações entre municípios que estão na competência da Área Metropolitana.

Como sabem, o regime jurídico dos transportes coletivos de passageiros, desde 2015, atribuiu aos municípios a responsabilidade pela gestão dos transportes coletivos, ultrapassando um largo período de transição, em que os operadores funcionaram com licenças provisórias durante muitos anos.

No final de 2019, este termina e é necessário organizar os serviços de transportes coletivos de passageiros, como existe em alguns casos, que é o caso próprio dos municípios, que é o caso da Carris, que é o caso dos transportes coletivos do Barreiro ou como é a intenção de alargamento dos transportes de passageiros de Cascais ou a exploração própria ou a elaboração de um concurso, a promoção de um concurso para a adjudicação dos serviços públicos de transportes coletivos de passageiros.

Com estas competências, que têm que ser interligadas na Área Metropolitana de Lisboa, quase todas as carreiras urbanas têm que ter o seu serviço urbano, mas, muitas das carreiras mais importantes, que permitem os maiores fluxos de passageiros, são interurbanas, portanto, a necessidade de articulação é óbvia e evidente.

No quadro deste regime jurídico, aquilo que está também previsto é que os municípios possam fazer a delegação para a Área Metropolitana de Lisboa ou para a Área Metropolitana do Porto, para que sejam atribuídas competências a esta entidade administrativa regional autárquica, que é de natureza autárquica, composta, apenas, por municípios, para conduzir este processo.

É isto que fazemos agora, como um primeiro passo importante para que os municípios venham, num futuro muito próximo, a ter, de facto, o controlo pela organização e pela gestão dos transportes coletivos de passageiros.

Claro que isto implica a apreciação e a adoção de medidas de política de transportes. Uma primeira medida que ressalta deste processo é, evidentemente, o caso do passe único, que nós discutimos na Área Metropolitana de Lisboa. Os municípios propuseram a criação de um passe único. Esse passe único veio, entretanto, já anunciado e está em discussão, em termos de concretização dos custos e repartição de custos, no Orçamento de Estado para 2019. Na discussão na especialidade, vai passar a estar em discussão aquilo que são as negociações que têm sido conduzidas entre a Área Metropolitana de Lisboa e o Governo, para a repartição dos encargos com o passe único, que é único com duas versões, uma versão municipal limite de 30 euros e intermunicipal de 40 euros.

É de facto uma mudança de política nos transportes muito significativa. Implica uma grande facilitação económica na utilização dos transportes públicos, que, naturalmente, vai trazer um maior apelo à utilização de transportes coletivos. Logo, a resposta que os transportes, os meios de circulação, têm que dar, tem que ser muito melhor, em termos de qualidade de equipamentos. Tem que haver melhores e mais modernos autocarros a circular e a resposta das linhas, das redes, das carreiras, tem que ser melhorada.

É esse trabalho que está, agora, a ser feito na Área Metropolitana de Lisboa e que tem os seus custos implícitos, naturalmente. Daí que vai haver um esforço financeiro por cada município, como uma comparticipação da parte do Estado, do Orçamento de Estado, em relação ao passe social. É essa proposta que, agora, vamos entrar na fase da discussão do Orçamento para 2019 e saber em que medida exata, se é aquela que está comprometida ou se vai ser outra. Em que medida exata é que, no Orçamento de Estado, se vai custear o sistema de transportes no âmbito da Área Metropolitana, se vai custear o custo dos passes, passe único municipal e passe único intermunicipal. São dois passes únicos, em função do âmbito das carreiras de transportes.

Durante este mês em que está em discussão, nós vamos ficar a saber qual é a carga financeira que vai caber aos municípios com esta ideia. Os estudos que estão feitos, neste momento, fizeram-se com três cenários de grande melhoria da qualidade dos transportes e de resposta das carreiras, das redes, de uma solução média da melhoria, de uma solução mais baixa, que é, no mínimo, fazer uma melhoria de 20 por cento das carreiras, em relação aos pedidos de cada município.

Claro que foi feito o levantamento das necessidades identificadas por cada um dos municípios, em relação ao seu serviço de transportes, o que é que está a ser mal servido, e, depois, propor-se que se colmatassem as falhas de um mau serviço da atual rede de transportes, que, como disse, está concessionada há muito tempo e tem, por arrasto, vindo a subsistir com situações de licenciamento provisório.

Essa proposta de resolver numa melhoria mínima de 20 por cento e de uma grande renovação da frota, até atingirem 8 anos, três quartos da frota circulante, que é muito. Três quartos da frota circulante vai significar uma redução de custos que, à partida, antes da discussão estar concluída em sede de Orçamento de Estado, está apontada, para o Município de Setúbal, no valor de 2.600.000 euros.

Portanto, será um valor anual significativo, considerando, no ano de 2019, com uma carga menor, porque só vai ter aplicação a partir de abril de 2019, porque, entretanto, entre 1 de janeiro e 30 de março, vai ter que ser produzida legislação que vá definir como é que se faz o financiamento e as transferências financeiras, entre o Orçamento de Estado e a Área Metropolitana de Lisboa e entre os municípios e a Área Metropolitana de Lisboa. Isso vai ter que ser definido por legislação própria, que há-de ser produzida após a autorização legislativa que a lei do Orçamento de Estado vai definir.

Voltando, aqui, ao concreto, por que razão é que está em distribuição, hoje, uma nova proposta, com as alterações? Por causa da primeira reunião no âmbito de todos os municípios da Área Metropolitana, a primeira reunião de Assembleia Municipal que vai ocorrer, para aprovação do Orçamento, será a de Setúbal, previsivelmente dia 16 de novembro. Como tínhamos, apenas, esta nova oportunidade em reunião ordinária de Câmara, de aprovar isso, solicitámos que se fizesse uma reunião extraordinária do Conselho Metropolitano da Área Metropolitana de Lisboa, para aprovar, em definitivo, estas minutas, para, hoje, podermos deliberar sobre a minuta comum aprovada no Conselho Metropolitano.

Houve, aqui, quatro alterações. Se compararem as cláusulas, veem facilmente do que é que se trata, mas são coisas de pormenor, não são nada de substancial. A questão, por exemplo, mais substancial que está aqui é uma definição, um esclarecimento do afastamento de transportes de natureza turística, como é o caso do comboio da Praia das Maças, como é o caso ali, na Caparica. Também há um comboio na Caparica. São transportes coletivos que os municípios organizam, de natureza turística ou natureza, enfim, específica. Não fazem parte de uma rede de oferta permanente, ou seja, aquilo oferece durante o verão, mas não funciona durante o inverno.

Também no quadro daquilo que o regime já prevê, não entram nesta oferta regular de transportes públicos que se está a criar. Isso foi esclarecido e acentuado, com mais clareza. São algumas pormenorizações que não mudam em nada o sentido do que já cá estava.

Alguns municípios consideraram que era melhor confirmar aquilo que estava aqui previsto e repetir, até, aquilo que vem nas normas do regime jurídico. Portanto, há coisas que é repor, aqui, a norma do regime jurídico, não acrescenta nada de substancial.

É isto que temos agora, aqui, em apreciação, o mesmo texto que foi ontem aprovado no Conselho Metropolitano. É este o texto que vai ser colocado à apreciação de todas as câmaras e de todas as assembleias municipais da Área Metropolitana.

Sr. Vereador Paulo Lopes - Queria agradecer a intervenção do Vereador Manuel Pisco. Foi bastante elucidativa do que vai acontecer e, acima de tudo, rebate uma ideia que estava a ganhar um certo caminho, num determinado quadrante político, de que esta medida, no curto e médio prazo, ia ser terrível, porque ia haver muitos mais utilizadores, previsivelmente, e os mesmos meios.

Aquilo que o Vereador Manuel Pisco, aqui, de uma forma muito clara disse é que o que está previsto são dois cenários, pelo menos possíveis, em que, no mínimo, vai haver um incremento de 20 por cento, em termos de orçamento, para novas respostas que são fundamentais, porque, quem vai no comboio, de Setúbal, em hora de ponta, para Lisboa, muitas vezes, na segunda paragem já está o comboio cheio e é tipo sardinhas em lata.

Portanto, é fundamental que haja este investimento, porque, senão, esta medida seria um fracasso para todos aqueles que apoiam esta medida e, na Área Metropolitana, existem municípios de todos os quadrantes políticos, praticamente (PSD, independentes, CDU, PS...). Há um esforço dos municípios, um esforço financeiro, um esforço do Governo, mas esta medida tem que apostar naquilo que deve ser o serviço público de transportes com qualidade. Nos últimos anos, o que ocorreu foi um desinvestimento muito grande, que levou à atual situação. Acho que foi muito bom ter frisado essa questão, para que fique claro que aquilo que a AML pretende não é só baixar os preços, é baixar os preços e aumentar a qualidade do serviço.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Não é demais frisar que esta medida é crucial, é importantíssima e não é demais saudar o esforço que ocorreu, quer de todos os representantes na comissão, quer, também, como é óbvio, do próprio secretariado, que tem, como é óbvio, uma representação também multipartidária, apesar de não ser um lugar de eleição com esse cariz, mas não deixa de o ter e que, também, fez um trabalho muito importante.

Esta é uma bandeira que já tem muitos anos. Todos os partidos já tocaram sempre muito neste ponto, no que diz respeito à mobilidade. Isto é uma questão que é falada até que, inclusive, o próprio PCP foi daqueles que talvez tenha falado mais, sobre a questão da importância de haver um passe único, creio eu. Isto foi muito debatido internamente, dentro do PSD, e eu fico feliz por ter sido uma das pessoas que motivou muito esse debate, porque acho que é uma questão importantíssima para a nossa competitividade e a nossa região.

Mas, ainda assim, indo à parte concreta, a minha intervenção é um contributo que eu quero dar para uma discussão futura e quero que não entendam como qualquer crítica ou coisa que o valha, porque, naturalmente, é uma medida importante, mas também é uma medida em construção. Como o próprio Vereador Manuel Pisco já frisou e bem, ainda decorrem alguns aspetos importantes, como, por exemplo, o financiamento, que têm que ser ultimados, agora, também, em Orçamento de Estado.

É para dizer o seguinte: em primeiro lugar, acho que há uma preocupação que tem que ser acautelada, no que diz respeito à questão do financiamento. Está previsto no Orçamento de Estado, são os artigos 179.º e 178.º, creio eu, mas que, basicamente, faz com que o financiamento venha do PART, dentro do Fundo Ambiental. O PART é o Programa de Redução Tarifária. Esta parte vir do Fundo Ambiental é importante, porque o Fundo Ambiental vai buscar receitas ao quê? Ao Imposto sobre o Carbono. Os 83 milhões é daí que vêm e o objetivo que se quer é que as pessoas andem menos de carro e a maior parte dos utilizadores de carro estão na AMP e na AML.

Portanto, ainda que a comparticipação dos municípios vá aumentado, de 2,5 por cento até 20 por cento, em 2021, mais o investimento de 20 por cento por ano, 20 a 30 por cento. No ano que falou, 20 por cento, mas fala-se entre 20 a 30 por cento por ano. Essa questão pode ser preocupante no seguinte prisma: é porque o financiamento na rede, no que diz respeito à sua abrangência geográfica e à sua disponibilidade de carga horária, é crucial, como é evidente.

Aliás, o estudo do INE foi muito importante para dar os primeiros passos nesta matéria, porque a AML tinha dois técnicos, não era? Sim, tinha dois técnicos, quando começou, o que é uma coisa que já aqui foi falada, até quando os senhores criticaram muito a lei do Miguel Relvas, que tem as suas coisas boas e coisas más, mas também considero que foi um pontapé de saída. Pode não ter sido o melhor, segundo a vossa opinião, mas eu também acho que foi importante.

Mas, indo aquilo que interessa, esse estudo do INE conseguiu aferir que uma das principais razões pelas quais as pessoas não utilizavam o transporte público, creio que era a segunda ou a terceira, era, precisamente, porque não havia transporte até ao destino ou porque não havia disponibilidade da carga horária ou estabilidade ou regularidade no serviço. Portanto, esse investimento foi muito bem previsto dentro deste programa.

A questão é que, se não houver financiamento - e ele tem mesmo que existir -, para um investimento, especificamente, porque 60 por cento desta receita que vem do Orçamento de

Estado, tem que ser para a redução tarifária. Essa é uma imposição que já não dá para alterar, a não ser que se altere substancialmente esta lei do Orçamento de Estado e eu creio que isso não vai alterar. Portanto, 60 por cento é logo comido, obrigatoriamente, dentro daquilo que a AML, desta autoridade de transportes, para a redução tarifária e 40 por cento é que sobram, depois, para financiar o aumento da rede e, ainda que não haja estudos, isto não estica, não é?

Porque é que eu falo no que diz respeito aqui a Setúbal? Porque eu acho que esta prioridade, e, aqui, todos os meus outros companheiros, dos outros concelhos, discordaram comigo, como é evidente, mas eu acho que é muito importante olhar para o caso de Setúbal, para o caso de Palmela e outros, mas, especialmente, para o caso de Setúbal, que tem especificidades que mais nenhum concelho tem, até dentro das deslocações dentro do próprio concelho? Acho que é 2,88 deslocações por dia, que é uma coisa que mais nenhum concelho tem. O nosso é recordista a nível de deslocações internas, dentro do próprio concelho, mas há uma questão importante, que tem a ver com o seguinte: é que nós olhamos, por exemplo, para a linha da Fertagus, em que nós temos entre -3 a -6 transportes, comparativamente àquilo que é a linha de Coima para a frente e a forma como isso perturba, a forma gigantesca, os munícipes de Setúbal que se querem deslocar e que vai perturbar ainda mais, quantos mais quiserem utilizar, não é?

Isso afeta a nossa competitividade e nós vamos estar a financiar a competitividade dos outros municípios, porque estamos a financiar a deslocação dos nossos munícipes para outros municípios. E, se estamos a fazê-lo, a nossa parte, estamos a cumprir com a nossa parte de solidariedade, é importante que cumpram com a deles, que é priorizar os sítios onde há menos disponibilidade de carga horária e oferta geográfica.

Acho que este ponto é fundamental para concelhos como o de Setúbal. Não é só o de Setúbal que, obviamente, sofre com isto, mas, para concelhos como o de Setúbal, isto é fundamental, porque eu creio que, se por aí não formos, eu acho que, de facto, poderemos vir a ser penalizados. Apesar de a medida ser boa, apesar de a medida ser benéfica, mas pode o concelho de Setúbal não ser. Até não vou usar a questão de penalizado, que é para não usar um termo negativo, pode não ser tão beneficiado como os outros.

Portanto, eu acho que esta questão do investimento tem que ser muito bem acompanhada, como diz e bem. Há que ser discutida, mas acho que nós temos todos que bater o pé e disponibilizo-me, vamos fazer moções, vamos fazer o que for preciso. Se for preciso, até a Assembleia Municipal pode chamar, se for caso disso, o Secretariado da AML, para vir prestar esclarecimentos.

Da nossa parte, contam connosco, porque acho que esta é uma medida que é muito importante, mas tem que unir os partidos a nível local, para que ela tenha um efeito que comece a diminuir as diferenças que existem do concelho de Setúbal face aos restantes na atual rede de transportes da AML.

Só dar uma última nota sobre isto e é apenas uma nota a nível de informação, não quero, também, maçar-vos demasiado. Foi curioso que eu, no fim-de-semana, estive, juntamente com outros companheiros, a discutir esta matéria e também estava lá, por outras razões, o presidente da Câmara Municipal de Santarém e ele disse que até estava disponível. É curioso pensar-se nisto, porque eu acho que esta matéria só tem pernas é para andar. Estava disponível para entrar para este sistema, para contribuir para este sistema, se isto fosse esticado até ao Entroncamento, que é uma questão de que se fala muito. Portanto, por aqui se vê a importância que isto tem. Esta é uma mera informação, como é evidente, mas acho que não deixa de ser curioso.

Sr. Vice-Presidente - Só mais alguma informação complementar, que é para compreendermos o quadro.

O Vereador Nuno Carvalho falou no compromisso dos 20 por cento. Atenção, os 60 por cento para a redução do passe é de uma verba de 83 milhões que estará afeta, no Orçamento de Estado, e vai ao Fundo Ambiental. Essa foi uma primeira conquista de negociação com o

4

Governo, foi conseguir ir recolher do Fundo Ambiental, precisamente do sítio que deve financiar aquilo que é a redução do passivo ambiental. Esse é importante.

Depois, outra batalha importante neste processo foi conseguir demover o Governo a não aplicar uma repartição do custo da tarifa social toda de uma vez, ou seja, os 20 por cento que o Governo diz *“esses 20 por cento devem ser contributo dos municípios”*. O que está acordado até ao momento, se não houver alteração agora, nestas discussões, é que ele vai ser gradual: 2 por cento em 2019, 10 por cento em 2020, 20 por cento em 2021. Quando chegarmos ao final do mandato estamos nos 20 por cento que é a tabela. A partir daí, outro governo aparecerá e outros executivos municipais aparecerão, não é?

Depois, logo se verá, mas estabelece-se um padrão. Fica fixada uma comparticipação dos municípios, nos custos dos passes sociais, em 20 por cento. É um padrão para o futuro. Isso é, de facto, importante.

Uma outra nota, em relação às considerações que já foram tomadas é para não deixar... Não é, agora, estar a partidizar, porque este processo tem de exemplar uma coisa. Desde o início que se considerou, no seio da Área Metropolitana, que, ou se conseguia levar o processo em consenso interpartidário ou não haveria processo.

Porquê? Porque falta a regionalização. Essa instância intermédia da Administração Pública, que falta. O processo é delicado e é moroso e é complicado por causa disso. Se essa competência estivesse, naturalmente, como a Constituição prevê, atribuída a um plano de administração regional, na regionalização, não estávamos com estas aflições todas, estava, ali, a competência atribuída. Ora, como não está, tivemos que nós a formar. Tiveram que os municípios formar essa competência no plano regional e dá-se, por isso, a necessidade desta delegação de competências, porque falta a regionalização. Esse patamar, neste processo, demonstra-se a falta que faz haver uma instância regional da Administração Local. É mesmo importante e o mesmo se diga, depois, na eletricidade, também.

Mas, além desta, há uma outra delegação que há-de ter que vir às câmaras, porque, depois, há que fazer as ligações interregionais, as ligações entre os municípios dentro da Área Metropolitana e os limítrofes ou as comunidades intermunicipais ou os municípios que são vizinhos da Área Metropolitana. Essas ligações têm que ser asseguradas, mas, para isso também os municípios – aqueles que, naturalmente, não tiverem nenhuma ligação interregional, não será necessário fazer essa delegação, mas, no geral, se calhar, todos talvez tenham que fazê-la - vão fazer uma outra delegação para a Área Metropolitana, porque ela não tem, por natureza, para estabelecer essa articulação das linhas interregionais. Portanto, há-de haver outra delegação de competências, pelo menos outra.

Este processo, até agora, sublinho isto, é evidente que nós não levantámos a bandeira, mas também é verdade que vimos outros levantarem a bandeira do passe social, mas, como disse, o caso é que não fui eu que o disse, foi o vereador que chamou a atenção. O PCP, desde o início, os autarcas do PCP e da CDU, colocaram questão: ou os municípios tomam conta dos sistemas de transportes, com um efeito benéfico e imediato e visível, melhorando, mesmo, o sistema de transportes. Não é só para serem os titulares para passar a licença. Têm que melhorar o sistema e uma primeira medida política de fundo é ter que haver custos comportáveis para a utilização dos transportes coletivos. É o primeiro fator de atratividade dos transportes coletivos. É caro ou é barato? E os preços dos transportes coletivos estão incomportáveis, são muito caros. Portanto, esta primeira medida foi debatida.

Tem que haver uma medida de passe social único. Tínhamos um único olho. Depois, apareceu este duas vezes único, mas compreende-se que é único para os intramunicipais e único para os intermunicipais. Mas 30 euros é muito diferente de 150 euros ou de 140 euros ou de 130 euros, os dos 40 euros, que são os intermunicipais. Isto vai fazer muita diferença no bolso das pessoas. O esforço que os municípios se dispõem a fazer é muito válido e muito importante. Muito bem. Não nos interessa que outros levantem a bandeira e digam: *“Fomos nós...”* Aliás, não fomos nós, ninguém está a dizer isso. Antecipam-se ao anúncio, mas estamos todos nesse barco, os municípios. A Área Metropolitana de Lisboa está toda nesse barco e, até agora, o Governo tem estado a alinhar. Tem estado a alinhar nisso e a corresponder a esta pretensão.

Portanto, é um excelente exemplo, este processo, até agora. É preciso é que ele permaneça neste quadro, para chegar consensualizado até às medidas concretas. Para deixar tudo como está, com a oferta que existe, com os autocarros de 15/20 anos que andam a circular, então não se gasta mais dinheiro e fica tudo igual, não há melhoria dos transportes públicos.

Portanto, é preciso que haja melhoria. As câmaras estão disponíveis para esse esforço e é isso que estamos aqui, agora, a pedir, fazendo parte do processo esta distribuição de competências, já que não está concretizada a tal autarquia regional que a Constituição prevê. Temos nós que formá-la na prática, mesmo sem que ela esteja concretizada na lei, digamos assim.

Pronto, é este o recado político que quero deixar, mas é verdadeiro. O processo é delicado, porque teve que se fazer assim. Tivemos que formar, para fins específicos, que é este dos transportes, depois é o outro, da eletricidade.

Atrás disto vêm outras coisas, que é essa a parte política que já não depende só das autarquias. É o compromisso que o Governo vai assumir, em termos de infraestruturas. Investimento para material circulante, quer na ferrovia, quer nas infraestruturas rodoviárias. Esse compromisso tem estado a ser aberto, para que haja uma priorização de investimentos nos meios de circulação, nos meios de transportes, que suportem uma alteração do modo de transporte, para passar, significativamente, a ser do individual, do automóvel individual, para o transporte coletivo.

Este caminho, até agora, está a dar bons passos. É preciso que este consenso se mantenha. Sem consenso isto vai cair, porque, se cada município começar a puxar para o seu lado, as coisas não funcionarão. E, como se entende, redes de transporte não funcionam só dentro da área do município, funcionam entre municípios e para transportar pessoas, nos fluxos do vaivém do dia-a-dia.

Segundo o inquérito à mobilidade feito pelo INE, Setúbal não é dos municípios que mais contribui para o afluxo de pessoas à capital, a Lisboa. Não é, mas tem uma grande necessidade de melhoria de transportes, até em sentido inverso. É que, se nós ligarmos isto a um pequeno pormenor, que é a quantidade de automóveis que está a sair de Setúbal à hora de ponta, entre as 6 e meia e as 7 e meia, nós temos que perceber uma coisa. Não é só por causa de haver uma obra na Avenida Rodrigues Manito, é porque há muito mais gente a trabalhar em Setúbal e que sai de Setúbal ao fim do dia de trabalho. Há um movimento de chegadas, de manhã, e das saídas, à tarde, muito bom, ou seja, a cidade de Setúbal está com um movimento económico que tem repercussão evidente no tráfego de entrada e saída da cidade.

Portanto, não contribuimos para Lisboa, mas temos de contribuir para Setúbal, para facilitar a mobilidade e os transportes coletivos. Daí que esta proposta, a ser aprovada, será, da nossa parte, o único contributo que se pode separar para este processo avançar.

Sra. Presidente - Só fazer aqui uma nota, um reparo, que o Município de Setúbal vai ter um custo - custo entre aspas, que não é um custo, é uma despesa -, com esta descentralização, com a nossa participação para, portanto, o diferencial entre aquilo que hoje uma pessoa paga e aquilo que vai passar a pagar, de cerca de 2 milhões de euros, 2 milhões e tal.

Em 2019 ainda não é são os 2 milhões e tal, porque começa agora a chegar o processo ao fim. A ser aprovado por todos, como está a ser encaminhado, serão 1.700.000 e tal e, portanto, é mais uma despesa, no município, que vem beneficiar aqueles que contribuem aqui para a receita, através dos seus impostos, mas é uma rubrica com algum peso, que não pode ser sobrevalorizada.

Muito obrigada, Sr. Vereador Nuno Carvalho, por dar o seu a seu dono. Há dias em que a gente leva, outros dias em que recebe. É assim, a vida é dar e receber. Não, o seu a seu dono, porque, de facto, foi o PCP que há muitos anos tem lutado por esta medida, sendo certo que muitos destacados, hoje presidentes de câmara do Partido Socialista, votaram contra esta medida, há uns anos atrás.

4

Portanto, também é preciso dizer isto, para que fique registado: destacados presidentes de câmara do Partido Socialista votaram contra esta proposta da CDU, não do PCP, note-se. Hoje, congratulamo-nos por estarmos todos no mesmo barco, a assinar um documento que vai melhorar a vida de todos, seja de que cor forem, e isso é bom.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 319/18 – Proposta n.º 21/2018 – GAP – Protocolo entre o Município de Setúbal e a APSS para gestão partilhada, da área compreendida entre a Avenida José Mourinho e a Rua dos Trabalhadores do Mar

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 12 e 13.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Queria só sugerir, aqui, por uma questão de clarificação, na cláusula 2.ª, no ponto 3, onde fala de licenciamento e de fiscalização, se estivessem de acordo...

Isto já foi visto com a APSS, poderemos acrescentar, no início da frase, onde diz “*Licenciamento e fiscalização*”, poderemos acrescentar “*Publicidade e ocupação da via pública - Licenciamento e fiscalização*”, para ficar mais...

Cláusula 2.ª, no ponto 3, onde diz “*Licenciamento e fiscalização*”, anteceder de “*Publicidade e ocupação da via pública - Licenciamento e fiscalização*”. Isto já foi visto com a APSS, é só um melhoramento, para ficar mais completo.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Curiosamente, recebi um e-mail de um munícipe que falava sobre a fiscalização das esplanadas, sobre que era necessária. Não vou entrar em detalhes sobre a fiscalização dessas esplanadas, apenas estou a mencioná-la em ata, porque creio que esta questão poderá resolver, exatamente pelas suas palavras, essa matéria.

Portanto, não quero deixar que fique em ata e registar essa situação. Nesse sentido, normalmente, até costumo fazer os requerimentos. Não o farei, porque creio que esta proposta encontra a sua devida solução e é isso que vou responder ao munícipe, diretamente, sem passar a questão à consideração do Gabinete de Apoio à Presidência, como normalmente faço.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, com as alterações introduzidas no Protocolo, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 320/18 – Proposta n.º 22/2018 – GAP – Alteração do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 14 a 17.

Sr. Vice-Presidente - Esta alteração da nossa estrutura orgânica é muito importante, porque é uma reposição de normalidade. Nós vivíamos em restrição desde há muitos anos. Nós vivemos em restrição, em termos de organização e recrutamento de pessoal, desde 2004. Quando vieram os tempos da “*troika*” e se impuseram novas regras de redução do número de unidades orgânicas e de chefias já nós estávamos em redução. Não tivemos que fazer uma redução muito grande, mas tivemos de fazer uma redução de departamentos e divisões e mantivemos a restrição com pessoal.

4

Nós, só desde 2008, temos menos 218 trabalhadores. Nós, hoje, estamos com muito menos trabalhadores do que estávamos há 14 anos atrás. É uma evolução absolutamente atípica em qualquer serviço público do Estado, muito menos da Administração Central, mas, também, nas autarquias.

Isto não acontece em autarquia nenhuma. Eu não conheço. Não tenho notícia de qualquer autarquia que consiga manter-se a funcionar com o nível de atividade que aqui se tem conseguido, com as intervenções, em termos de serviços públicos, de obras, aquilo que se tem feito neste município, com uma redução de pessoal, com uma estrutura reduzida e amputada.

Esta é a reposição da normalidade. Como já não estamos, pela mesma razão que o Tribunal de Contas disse que não precisávamos de recorrer aos 15 milhões, porque não estamos em carência de recurso a esse meio de saneamento financeiro, também não estamos sujeitos aos limites dos rácios orçamentais, no recrutamento de trabalhadores e na nomeação de chefias. Logo, tratámos de normalizar e preparar a estrutura um bocadinho para o futuro.

Outros municípios, neste mandato, sabemos nós, já fizeram esta reorganização e têm-no feito de uma forma extremamente expansiva. Uma coisa, de facto, muito expansiva. Não encontrámos necessidade disso. Encontrámos necessidade de repor a estrutura que tínhamos e de passar, agora, a ter, em vez dos cinco que tínhamos, oito departamentos, dividindo melhor a carga das funções pelos departamentos, repondo divisões que tínhamos sido obrigados a deixar de ter como divisões.

Portanto, essas divisões são repostas e criadas mais algumas. Nós temos trabalhado nisto dia-a-dia, desde há bastante tempo. Há um mês que se anda a trabalhar nisto a sério. As revisões são, mais ou menos, sucessivas. Ainda hoje foi distribuída uma última versão ou uma pretendida... A última é sempre pretendida, a última versão, depois de conferências e conferências, para os senhores vereadores, hoje, aqui, para hoje aqui apreciarmos.

Apesar disso, ainda faltam aqui umas coisas que eu vou referir, três ou quatro situações que têm de ser já previstas, porque, nomeadamente, implicam, ao ser aprovadas em Assembleia Municipal, que a Assembleia aprove, também, as autorizações, nomeadamente quanto a quantidades de unidades orgânicas que possam vir a ser preenchidas com chefias. Infelizmente é assim, nunca está acabada a revisão.

Eu proponho que sobre a proposta de Regulamento, com o Anexo I e o Anexo II, as alterações que estão no Regulamento e no Anexo I, que é a estrutura orgânica, que sejam, ainda, consideradas as seguintes alterações, que são aditamentos:

Na página do 7 Regulamento faltou mencionar, e tem que se mencionar, a previsão das equipas de projeto, e é introduzir o n.º 5 no final do preâmbulo, antes do capítulo, na página 7, que diga *“Equipas de projeto - É fixado pela Assembleia Municipal - como determina a lei, aliás – o número máximo de 7 equipas de projeto, com o estatuto remuneratório a definir pela Câmara Municipal”*.

Isto são unidades flexíveis, que a Câmara pode determinar que cria, ou não cria, e qual é o grau da chefia que a vai dirigir, mas o número máximo destas equipas de projeto tem que ficar definido em Assembleia Municipal.

Portanto, contando aquilo que são, atualmente, as que estão a funcionar, têm funcionado como equipas de projeto, e aquelas que se preveem, mais uma ou duas, que possam vir a funcionar, propõe-se que se fixe num máximo o número de 7 equipas de projeto que possam ser constituídas, na página 7.

Depois, na página 26, andou a ser metido e tirado, e acabou por ficar desaparecido, o Gabinete de Requalificação e Imagem Urbana, que não pode deixar de ficar, porque tem tido um trabalho... aliás, seria um contrassenso muito grande. Tem tido um trabalho muito visível e de qualidade e não podia ficar de fora. Então, nessa página 26, será acrescentar o n.º 13, um parágrafo 13.

Antes, no artigo 27.º, o Gabinete de Gestão, Requalificação e Imagem Urbana, com as competências específicas a definir por despacho da Presidente. Portanto, estas são as unidades que podem ser constituídas e ajustadas mediante despacho e nós prevíamos...

aliás, não prevíamos, aqui é o caso de manter, aí, o Gabinete de Gestão, Requalificação e Imagem Urbana, que é o GARIU.

No ponto 16 da página 28, diz que é outra equipa de projeto. O GAGIAS reporta diretamente à direção do DOM, e depois diz: “O estatuto remuneratório da respetiva chefia é equivalente...”, isso é para fazer ponto final em DOM, porque o estatuto remuneratório, tal como os outros, é definido depois por decisão da câmara.

No anexo I, é apenas o correspondente a estas alterações. Na página 3 do anexo I é incluir o ponto 5.7, que seria a inclusão do GARIU, Gabinete de Requalificação e Imagem Urbana. Espero que tenha sido claro o suficiente.

Sr. Vereador Paulo Lopes – É com algum orgulho que nós socialistas saudamos o processo de regularização dos precários e, portanto, é uma vitória da geringonça deste Governo e obviamente que tem um impacto muito positivo nos trabalhadores e nas estruturas das instituições.

Acima de tudo gostei do tom com que a Sra. Presidente falou há pouco da descentralização de competências e de como está a preparar o município para essa descentralização. Gostei do tom, porque há 3 semanas atrás, o tom era totalmente diferente. Já se rendeu às evidências.

Obviamente que registamos que a Câmara Municipal de Setúbal se está a preparar para essa inevitabilidade em 2021 e esperemos que até seja antes, o que seria muito bom, na nossa opinião.

Em relação à proposta concretamente dita, ela não trouxe grandes explicações destas alterações, é muito abstrata, tem muitas considerações, muita lei e não tinha estas justificações, é uma proposta de leitura difícil de perceber as alterações que ocorreram e o porquê da sua justificação, o que nos levantou aqui algumas dúvidas. Também é verdade que esta é uma decisão do executivo, da maioria, é um instrumento de gestão, é uma decisão vossa. Em 2012, penso que nos abstivemos também, porque é uma decisão, é um instrumento de trabalho de quem tem a responsabilidade como vocês têm enquanto maioria deste executivo. Não sabendo o impacto real que pode ter, há aqui apenas uma questão que gostava de colocar, porque quase de certeza que o meu camarada, líder de bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal, Vítor Ferreira, vai questionar, que tem a ver com o processo de valorização da Assembleia Municipal, percebi que a secção que dava apoio aos órgãos municipais desaparece e passa para gabinete. Isto em termos práticos, pode significar o quê?

Sra. Presidente da Câmara – A Divisão.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Uma Divisão, portanto, estamos a falar de um *upgrade*, é isto, não é? Era isso que gostava de saber, porque tem sido algo que tem sido muito falado na Assembleia Municipal e era importante que a assembleia tivesse mais meios ou, pelo menos, que não os perca já é bom, mas que tivesse mais meios e maior área para poder desempenhar o seu trabalho de fiscalização da Câmara Municipal.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Julgo que deve ter sido um lapso de escrita em relação aqui ao Departamento de Ambiente e Atividades Económicas, que está bem no organigrama, mas depois não está bem no descritivo, em vez de Setor do Bem-estar Animal é Serviço Municipal do Bem-estar Animal. Deve ser corrigido, tanto no anexo I como no regulamento, está bem apenas aqui no organigrama.

Sra. Presidente da Câmara – Senhores vereadores a Câmara Municipal de Setúbal congratula-se com o facto de ser a câmara que tem o rácio mais baixo de trabalhador/município. Em função ao número de munícipes somos das câmaras, com esta dimensão, ou comparativamente com outras com menor dimensão, que menos trabalhadores tem face ao número de habitantes. Temo-nos pautado sempre com uma exigência e um

controlo muito grande em relação à entrada de novos trabalhadores. As pessoas têm vindo, digamos, a substituir trabalhadores que têm vindo a reformar-se e há muitos anos que tem havido muita reforma e nada de substituição e temos feito a substituição desta forma.

Não esquecer que temos uma intervenção muito grande na área das obras municipais com as empreitadas, com adjudicação direta, e os nossos trabalhadores a fazerem as obras e temos aí muitas obras que podem provar a qualidade dos nossos trabalhadores e se não fazem mais é porque são muito poucos. Há muita dificuldade de recrutamento no setor operativo, mas os poucos que temos têm vindo a recuperar, por exemplo, este edifício, que tem sido quase sempre pelas mãos dos nossos trabalhadores, a parte elétrica, as pinturas do edifício por dentro e por fora e na próxima Assembleia Municipal irão ver o que foi feito naquela sala.

Os nossos trabalhadores levantaram o chão todo que estava podre, fizeram a eletrificação toda por baixo, só foi feita no exterior uns braços que vão aumentar aquele hemiciclo que foi feito réplicas em Paços de Ferreira para ficar igual às outras que lá estavam. De resto, a eletricidade, as pinturas, a carpintaria, o afagar o chão foi tudo realizado pelos nossos trabalhadores, excelentes trabalhadores, que fizeram uma obra que vocês vão ver e que, com certeza, não seria melhor executada por trabalhadores do exterior.

Temos tido um grande ganho económico, como a rentabilização dos meios humanos, os poucos meios humanos que temos nesse setor. Quero dizer que, do ponto de vista técnico, falei do DOM, a gestão de tudo, que acho que daria um livro engraçado de se fazer, desde o aproveitamento de sinais de trânsito que, às vezes, são encontrados no chão para se fazerem baias perto das escolas, eles aproveitam tudo e fazem tudo, e acho que é fantástico o exemplo que aqui é dado. Também do ponto de vista técnico, o urbanismo tem feito nos últimos anos coisas que há mais de 20/30 anos que não acontecia nesta câmara e tudo tem sido feito com a prata da casa. Alguns, na generalidade, têm sido eles a planear, a dar acompanhamento, a programar e em alguns projetos fazem eles tudo de uma ponta à outra, como é o caso do PDM, que praticamente todas as câmaras dão a uma equipa externa. O PDM está a ser feito pelos nossos serviços à exceção de um ou outro estudo, porque não temos técnicos para o ruído ou outros, que são temas muito técnicos e muito específicos e são dados a técnicos externos. Na generalidade o PDM é nosso, os Planos de Pormenor são nossos e são vários e vão ser mostrados agora nos próximos dias aos senhores vereadores.

A par de tudo isto foi feito um *upgrade* de 600 loteamentos que estavam em *standby*, um *upgrade* das AUGIS, um *upgrade* de processos que estavam um pouco atrasados devido ao volume de processos que ultimamente têm entrado, e estamos com um atraso no despacho de 30 dias. Isto, há muitos anos atrás era impensável, é impensável ainda hoje nalguns municípios, porque quando entra um processo respondem logo que não sabem quando é que vai estar pronto, se vai demorar um ano, ou se demora dois ou três anos. Nós, desde que o processo venha completo, são 30 dias no máximo, porque há outros processos com caráter de urgência que, às vezes, chegam a demorar 8 dias para despacho, como é o caso de um processo de licenciamento, o que é notável e têm muito menos técnicos do que qualquer outra câmara com esta dimensão ou até mais pequena.

Na área informática idem, idem, aspás, aspás, na área da comunicação nem se fala, há câmaras que têm uma equipa na área da comunicação que não tem nada a ver com a nossa e por aí fora. Devo dizer que nos orgulhamos muito de que nesta reorganização nenhum dirigente foi retirado do seu lugar e os dirigentes que antigamente eram chefes de divisão voltaram para o seu lugar, tal é a confiança do ponto de vista técnico e humano que temos nestas pessoas.

Algumas divisões foram criadas de novo, foram com meios nossos, departamentos com meios nossos, à exceção de duas divisões que, de facto, já não conseguíamos e tem que ver com uma divisão aqui na área financeira que, em princípio, estará resolvida com a mobilidade de uma pessoa que vem da área financeira de outra Câmara Municipal e que pediu para vir para cá e estamos a negociar com essa câmara. Estamos também em negociação com outro pedido de mobilidade de outra câmara para uma divisão também dos recursos humanos. A segunda câmara será o quadro com mais dificuldade na saída, devido à falta que faz também

4

nessa câmara, e a não se concretizar, teremos que abrir concurso só para essa chefia de divisão nos recursos humanos.

De resto, tudo o que é gabinetes de projetos, que são as tais pessoas que estão equiparadas a chefias de divisão não podem ser chefias de divisão, porque de acordo com a lei têm que ter um rácio de X trabalhadores e não têm, por exemplo o GAOM não tem no mínimo 20 trabalhadores, o GARU não tem 20 trabalhadores e são equiparados a gabinete de projeto, ali o gabinete de auditoria também só tem 4 trabalhadores e são eles que descobrem e fazem os projetos todos de QREN, de candidaturas e fazem um trabalho imenso e são 4 pessoas e, portanto, também era um gabinete já no passado e voltaram a ser gabinete de projeto. O GAGIAS também era gabinete de projeto e faz o acompanhamento às Águas do Sado, aos saneamentos, e também são 4 ou 5 pessoas e também fazem um trabalho fantástico e era mais que justo que não podendo ser divisões que sejam então estes gabinetes de projetos que foram repostos com toda a justiça.

É com muito orgulho que dizemos, nenhum está de fora, porque todos são excelentes e nos fazem falta e os que estavam anteriormente voltaram para os seus lugares e alguns novos foram trabalhadores, técnicos que estão dentro da Câmara Municipal e que têm condições para ocupar estes lugares. Não houve ninguém de fora, nós funcionamos assim.

Por falar em pessoal, esqueci-me de justificar a ausência do vereador Carlos Rabaçal, ele está no Fórum Europeu de Segurança e não pode ser substituído, porque está em trabalho. Regressa hoje, mas já não vem a tempo. Nós fazemos parte da Assembleia do Conselho Europeu de Segurança, ele foi lá em trabalho, por isso não pode ser substituído.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, com as alterações introduzidas, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Fez a seguinte declaração de voto: *“Só para mencionar que a minha abstenção tem a ver com o facto de achar que efetivamente, até segundo aquilo que o vereador Paulo Lopes disse, é uma decisão de gestão de quem tem pelouros e de quem efetivamente executa o trabalho na Câmara Municipal, e nesse sentido é uma opção de quem tem essa gestão.”*

5. Deliberação n.º 345/18 – Proposta n.º 23/2018 – GAP – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Setúbal e a Área Metropolitana de Lisboa, para a organização, planeamento, desenvolvimento e articulação da exploração da atividade de distribuição de eletricidade em baixa tensão, no Município de Setúbal, no âmbito da Lei N.º 31/2017

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 18 e 19.

Sr. Vice-Presidente – Esta deliberação é referente também a um Contrato Interadministrativo de delegação de competências para a Área Metropolitana de Lisboa e referente à condução do processo de distribuição de eletricidade em baixa tensão.

Em 2019 vão terminar as concessões e a eletricidade em baixa tensão estão todas atribuídas à EDP quase historicamente, mas há um processo de autonomia dos municípios, e quem é o titular do serviço de distribuição de eletricidade em baixa tensão são os municípios.

Aqui em Setúbal tempos houve, antes da criação da EDP, uma federação de municípios só para a distribuição da eletricidade em baixa tensão (foi essa a razão porque vim para Setúbal para trabalhar, foi nessa entidade) e conheço bem o processo da criação das federações e depois da integração na EDP, que, entretanto, ficou com as concessões subseqüentemente. Após a liberalização forçada, e nós a forçar mais em Portugal do que força a França, a

Holanda ou a Alemanha, porque nós é que queremos liberalizar a energia de qualquer maneira, mas criou-se aqui uma necessidade de relançar os concursos dos contratos de concessão ou decidir pela exploração direta dos municípios.

Claro que para a exploração direta é preciso condições mínimas e os municípios têm que conhecer qual é o património que está na rede de distribuição de baixa tensão, qual é o ativo líquido que lá está, o que é que lhe está afeto e não há dados distribuídos nem sequer, sei se já foram recolhidos todos, da entidade reguladora dos serviços energéticos da ERSE. É essa a entidade que compete conduzir a nível nacional este processo de organização desta decisão, ou os municípios distribuem diretamente ou se organizam para a concessionar. Ou então concessionam ponto a ponto, o que é praticamente impossível, face ao quadro técnico, sobretudo prático e técnico existente.

Há uma necessidade, uma vez que não está alocada à entidade regional autárquica que devia ser a Região Administrativa, que não lhe está atribuída aí a competência para gerir este processo, que seria natural. Na falta dessa instância tem que se organizar os municípios para defender melhor os seus interesses coletivamente, sendo certo que se um município isolado for fazer um contrato de concessão para a energia elétrica em baixa tensão tem uma posição perante um qualquer grande operador, seja a EDP, seja a ENDESA, seja a GALP, seja qualquer outro operador, uma posição relativamente insignificante em termos de capacidade negocial, portanto, é indispensável que eles se associem.

Este processo, honra-me dizê-lo, nasceu na Área Metropolitana de Lisboa há cerca de dois anos por insistência e proposta da Câmara Municipal de Setúbal. A Câmara de Setúbal defendeu uma organização conjunta dos municípios para tratar a questão da exploração pela distribuição direta ou pelos contratos de concessão.

Num ou noutro caso é o que está em jogo, sendo que todo o calendário que foi definido pelo Governo para este processo já está ultrapassado, não está a ser cumprido nem por parte da ERSE, e a única coisa que foi distribuído até agora foi uma proposta de agrupamento regional dos municípios para estabelecer as concessões regionais, uma distribuição em concessão agregando municípios regionalmente. Foi a única coisa que foi feita pela ERSE, mas os municípios ainda não sabem quais é que são os meios que lhes estão afetos na sua área de exploração e ainda não estão em condições de decidir por si se podem explorar diretamente ou se têm vantagem em agrupar-se aos outros municípios e fazer um concurso de concessão para a distribuição de energia elétrica em baixa tensão, como a lei e a constituição lhes confere essa titularidade.

Tal como na outra minuta do contrato de delegação de competências anterior aos transportes, hoje também foi distribuída uma outra que resulta da adição de três alterações que foram aprovadas ontem no Conselho Metropolitano. Foi na cláusula 9.ª o aditamento onde se refere as rendas pagas aos municípios, naturalmente que as rendas, em caso de concessão, são sempre pagas ao município, mas não é demais dizê-lo.

Na cláusula 11.ª, número 1, o que se alterou foi apenas uma garantia de ações de fiscalização e de monitorização. No início do número 1 dessa cláusula 11.ª, diz que os dois outorgantes, a Área Metropolitana e o Município, articulam entre si no que respeita à atividade de eletricidade a competência para fiscalizar e monitorizar a respetiva exploração. Ou seja, a monitorização da exploração vai exigir sempre competências e meios técnicos que cada município por si não tem, mas não se afasta ao município, nunca, de acompanhar a fiscalização da forma como está a ser feita a distribuição da eletricidade. É uma articulação obrigatória.

Acrescentou-se também na cláusula 11.ª, um número 3, para dizer que em relação à iluminação pública a fiscalização do município tem que acompanhar também a que foi feita para a Área Metropolitana ou que não seja feita, mas que compete. O aditamento é o que está aí na última versão distribuída sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a fiscalização e monitorização das componentes de designação pública, caso integrada no contrato de concessão, incumbe ao 2.º outorgante que localmente a afinidade do seu cumprimento. Ou seja, as câmaras têm uma responsabilidade direta na fiscalização da distribuição para a iluminação pública, se vier a ficar dentro do contrato da distribuição geral

de eletricidade em baixa tensão, porque pode ficar dentro ou pode ficar fora, conforme os termos do contrato vier a ser definido.

Foi com esses três acrescentos que se completou esta minuta comum do contrato Interadministrativo de delegação de competências para a distribuição de eletricidade em baixa tensão que agora se coloca a discussão e a votação.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 321/18 – Proposta n.º 06/2018 – GATUR – Aceitação de doações – Feira de Sant’Iago 2018 RETIRADA

Sr. Vereador Paulo Lopes – Senhora Presidente, há aqui muitos quadros onde não tem o valor discriminado, como é que se pode depois passar a declaração para efeitos fiscais sem ter o valor? Por exemplo, na primeira, apoio monetário, mas não tem valor, depois nas parcerias, oferta de garrafas, muitas delas não têm valores.

Nós obviamente iremos votar a proposta, mas acho que ela carece aqui de alguma informação adicional.

Sra. Presidente da Câmara – Por exemplo, aqui na RUNAS está cedência de equipamentos e é difícil se eles não têm uma previsão, quando cedem, de cobrar uma taxa para o arrendamento. Alguns não devem requerer essa declaração.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Seja como for deveria vir aqui sempre uma valorização nos bens que é possível, garrafas, etc., como no apoio monetário.

Sra. Presidente da Câmara – Deve ser retirada. Não é preciso ir para a Assembleia Municipal, portanto, eu proponho que se retire esta proposta.

7. Deliberação n.º 322/18 – Proposta n.º 76/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Adesão à Central de Compras denominada Central Nacional de Compras Municipais (CNCM)

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 20 a 23.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Não percebi, esta é a central de compras da Área Metropolitana de Lisboa?

Sra. Presidente da Câmara – É nacional. Desculpe, eu é que disse mal. Percebeu bem, porque eu é que disse mal.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – É nacional, mas até participada por diversos municípios e poderemos aderir ou não, é algo normalíssimo. Podia haver uma outra até, por exemplo, nada impedia, mas esta aqui serve bem os propósitos.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 323/18 – Proposta n.º 77/2018 – DAFRH/DIGEF – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2019

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 24 e 25.

Sra. Presidente – As Grandes Opções do Plano e Orçamento que agora se apresentam constituem o documento orientador de toda a atividade municipal.

O presente documento evidencia já o andamento de muitas das principais ações e obras previstas no Orçamento do ano que agora se encerra, como é o caso das bacias de retenção da Várzea, obra histórica que permitirá resolver um velho problema estrutural da cidade, ou do Interface de Transportes de Setúbal, importante contributo para a melhoria da mobilidade concelhia e na Área Metropolitana de Lisboa. Nesta área importa realçar o contributo de Setúbal para a criação de um passe único na Área Metropolitana.

Evidencia, por outro lado, a persistência do executivo municipal em manter elevado nível de desenvolvimento do concelho, não se deixando vencer por dificuldades internas ou externas.

O desenvolvimento de Setúbal tem sido possível e é uma realidade palpável, pesem embora as dificuldades financeiras impostas por uma Lei das Finanças Locais desajustada e injusta e, cumulativamente, pelos problemas causados pela declaração de inconstitucionalidade da Taxa Municipal de Proteção Civil, taxa esta que resultou de um processo legislativo inquinado e cujas consequências negativas apenas se refletiram em autarquias como a nossa, onde se pratica elevado investimento na proteção e socorro.

As ações e obras que a seguir se apresentam mostram, inequivocamente, que os compromissos assumidos com a cidade e o concelho pela atual gestão camarária continuam a ser cumpridos, no pleno respeito pelo programa eleitoral apresentado em 2017 e que mereceu a confiança da maioria dos eleitores de todas as freguesias do concelho.

No domínio da higiene urbana e gestão de resíduos prevê-se para 2019 a reestruturação dos circuitos de recolha de resíduos urbanos, o reforço do serviço de lavagem de contentores de superfície e enterrados, a continuação da instalação de reentrâncias e colocação de sistemas de retenção de contentores e o alargamento das zonas servidas por contentores enterrados, através da instalação de 25 ilhas ecológicas e 50 contentores semienterrados.

Serão concluídas as obras de remodelação do *Centro de Receção de Resíduos do Choilo*.

Serão elaborados o projeto e a candidatura a fundos comunitários do sistema de deposição e recolha porta-a-porta de resíduos urbanos biodegradáveis nas freguesias de Azeitão, Gâmbia Pontes e Alto da Guerra e no setor da restauração.

No âmbito do bem-estar animal será dado seguimento ao projeto de ampliação das instalações do *Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia*, serão implementados novos procedimentos de adoção e será dada continuidade ao programa CED.

No domínio dos espaços verdes garantir-se-á a construção de novos espaços verdes urbanos e de requalificação de espaços existentes, no *Parque da Várzea* (arboreto e jardim das geminações) e no *Parque de Vanicelos*.

No domínio das atividades económicas e na área da gestão de mercados prevê-se o início da construção do novo *Mercado de Brejos de Azeitão*.

Na área da gestão de cemitérios está programada a construção de mais ossários, a requalificação com áreas verdes dos talhões sem campas e a melhoria das condições de gestão de resíduos cemiteriais (*Cemitérios da Piedade, de Vendas de Azeitão e de Vila Nogueira de Azeitão*).

No domínio da educação e sensibilização ambiental pretende-se elaborar e dar início à implementação da *Estratégia Municipal de Educação Ambiental*.

No domínio da eficiência energética continuar-se-á a intervir em diversas áreas para aumentar a eficiência, adotando-se tecnologias inovadoras que permitam melhores resultados.

4

Na área da educação importa realçar que, em 2019, prosseguirá a 3ª fase do processo de intervenções profundas de renovação e requalificação do parque escolar e dos recursos educativos.

No ano letivo 2018/19, ao abrigo de candidatura ao Portugal 2020, terá início o *Programa Municipal de Educação pela Arte e pelas Ciências Experimentais*.

No que diz respeito à área da saúde, em 2019 continuaremos a trabalhar para que se concretize o processo de construção de três novos centros de saúde no nosso concelho em terrenos cedidos pela Câmara Municipal.

Propomo-nos a dar novos passos no alargamento e consolidação da parceria em saúde que tem vindo a ser estabelecida e aprofundada em anos anteriores com as mais diversas entidades, com elas elaborando o *Perfil e Plano de Saúde de Setúbal*.

O ano de 2019 será um período particularmente ativo em matéria de obras municipais.

No plano da requalificação da rede viária, além das intervenções desenvolvidas por empreitada, é assegurado por administração direta um vasto conjunto de intervenções de qualificação e manutenção em vias do concelho.

No cumprimento das ações englobadas em processos de candidatura, prevê-se dar continuidade à execução da recuperação e valorização do Convento de Jesus – 2ª fase, requalificação e criação de áreas de estacionamento na envolvente ao Convento de Jesus, reabilitação de coberturas Paços do Concelho, requalificação de vários estabelecimentos escolares, requalificação dos bairros dos Pescadores e Grito do Povo, emissário Ciprestes-Bonfim – 2ª fase, Estação Elevatória dos Combatentes e coletores afluentes, obras de prevenção de cheias - regularização do troço final da Ribeira do Livramento, reabilitação do bairro das Manteigadas - eficiência energética, regularização do troço final da Ribeira da Figueira e bacia de retenção, Terminal Interface de Setúbal, Rede de Ciclovias Intermunicipal (Projeto Ciclop 7), candidatura praias acessíveis, sistemas energéticos – edifício Paços do Concelho e canil/gatil de Poçoilos.

No plano da requalificação urbana e do espaço e edifícios públicos sublinham-se as seguintes ações: Mercado de Brejos de Azeitão – arranjos exteriores; reabilitação do Forte de Albarquel; requalificação das praias da costa da Arrábida: execução de rotunda e segunda fase do estacionamento da praia da Figueirinha, construção do passadiço de Albarquel; Terminal 7; conservação da ciclovía na rotunda José Mourinho; ciclovía junto à Estrada Nacional até à Gonvarri; projeto do Parque Urbano da Várzea do Livramento; requalificação das avenidas 22 de Dezembro, General Daniel de Sousa e Combatentes (com nova rotunda na Av. Combatentes/Av. General Daniel de Sousa), Troino nascente – Rua Paulino de Oliveira; estacionamento nas ruas Nossa Senhora do Carmo, Arcos e Jorge de Sousa, Almeida Garrett, Camilo Castelo Branco e Groot Pombo, Avenida de Moçambique, Rua dos Eucaliptos, Rua do Peru (passeios), Rua Poeta Bocage (Pinhal Negreiros), Rua da Ferradura, Rua do Roseiral e Silveira, Rua Alfredo Lima até ao Bairro Afonso Costa, Rua Flávio Resende, Praceta Manuel Nunes de Almeida, Largo Sapalinho, Vale de Cerejeiras, bairro do Forte da Bela Vista; balneários de Poçoilos; espaço na Rua Cristóvão Colombo; envolvente Estabelecimento Prisional de Setúbal e Urbisado; estrutura de vento Largo José Afonso; definição do traçado viário e pedonal na Rua Sociedade Musical - Brejos de Clérigos; definição do traçado da rede viária da Rua dos Aventurosos, Rua da Mata, Rua do Areal e Nova Jardía (Brejos de Azeitão); pavimentação e passeios Rua Cruz Tudo e Rua Marinheiro; requalificação pluvial e viária da Estrada Vale Mulatas; construção da Fábrica das Artes; execução de parque de estacionamento no Monte Belo; arranjo paisagístico rotunda do hospital; Rua Óscar Pacheco - acesso a garagens (Viso); Praceta Maria Lamas; consolidação de muralhas na Rua da Paz e Outeiro da Saúde (DGTF); arranjo exterior entre Hotel Íbis e EN10; Parque Campismo da Gâmbia; prolongamento da Rua Ferreira de Castro - Praias do Sado.

Das restantes intervenções prioritizadas no quadro do Plano Bienal de Infraestruturas projeta-se, além das obras englobadas em candidaturas, a execução de diversas obras ao nível do abastecimento de água, drenagem de águas residuais domésticas e manutenção do sistema de drenagem pluvial.

No âmbito da habitação pública municipal prevê-se prosseguir e desenvolver a estratégia de Gestão do Parque Habitacional Municipal e o *Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade*, procurando alargar a sua estratégia a outros bairros de habitação.

No novo ciclo do Programa Ouvir a População, Construir o Futuro 2013/2017 assume-se o compromisso de trabalhar para nos aproximarmos dos cem por cento de execução das ações do projeto.

No que diz respeito à manutenção de edifícios municipais prevê-se dar continuidade à reabilitação do *Parque Municipal de Poçoilos*, designadamente a requalificação das instalações sanitárias, a pintura dos edifícios, a reabilitação das coberturas do Edifício E, a alteração da Portaria e a alteração do Posto de Combustível.

No plano da gestão de máquinas e viaturas perspectiva-se a aquisição de várias viaturas para renovação e reforço do parque municipal de viaturas e equipamentos

Atendendo aos princípios da economia e eficácia na gestão da administração pública, são privilegiadas, na proposta de orçamento e no mapa de pessoal para o ano de 2019, as principais áreas de estratégia em gestão de recursos humanos: reestruturação e implementação de nova organização dos serviços municipais; concluir os processos conducentes à consolidação das mobilidades intercarreiras e/ou intercategorias; promover as mobilidades intercarreiras/intercategorias, previstas em mapa de pessoal para o ano de 2019; concluir o *PREVP – Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários*;

Na área do urbanismo e ordenamento do território pretende-se concluir e apresentar à CCDR-LVT a proposta de revisão do *Plano Diretor Municipal*. Ainda na área de planos municipais de ordenamento do território, pretende-se a aprovação pelas diversas entidades envolvidas dos planos de pormenor da Salmoura, Mitrena e Frente Norte da Avenida Luísa Todi.

Estão em curso o estudo de ocupação e reestruturação da frente ribeirinha de Setúbal, da ocupação urbana da Estrada da Graça e o estudo ocupação urbana do Bairro Dias e do Moinho do Frade.

No âmbito do Grupo de Trabalho conjunto da CMS com Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, o próximo ano de trabalho será exigente no acompanhamento do *Concurso Público Internacional de Concessão, Construção e Exploração da Marina de Setúbal* e do processo de transferência da dominialidade dos terrenos ribeirinhos.

Será, no seio da Área Metropolitana de Lisboa, concluído o procedimento concursal internacional para transportes públicos rodoviários de passageiros. Ainda na área de circulação rodoviária será apresentada proposta para a construção de estacionamento de retaguarda às áreas urbanas e para os parques de estacionamento enterrado. Será, ainda, dada continuidade à estratégia de criação de condições para as deslocações em mobilidade suave, com a conclusão de mais troços da rede de ciclovias municipal e criação de espaços de parqueamento.

O ano de 2019 constituirá um período de grande intensidade, riqueza e diversidade de intervenção nas áreas da cultura, desporto, juventude e inclusão social.

Destacam-se, na área da cultura algumas das diversas medidas de atuação assentes nos equipamentos locais, nomeadamente: início das obras da *Fábrica das Artes*; renovação programática da *Casa da Cultura*; criação de uma linha de programação no espaço público de forma articulada e coesa, sob o mote *Cultura invade Setúbal*; preparação da candidatura de adesão à *Rede de Cidades Criativas*; *Projeto Exib Música*, celebrando a diversidade musical ibero-americana; projeto artístico na Anunciada com forte incidência no Bairro dos Pescadores e Grito do Povo; consolidação do programa de desenvolvimento e apoio na área da dança.

Valorizaremos o teatro local através do projeto *Amateatro – 1ª Mostra de Teatro Amador de Setúbal*.

Em 2019 continuaremos a reforçar a ideia de *Capital da Ilustração Portuguesa* com a *Festa da Ilustração* e a envolver a comunidade setubalense, com ênfase na comunidade educativa, no *Festival de Música de Setúbal*. Realizaremos o *1º Festival de Poesia* em Setúbal com poetas lusófonos, será implementado o evento *PULSAR – Festival de Cinema Mudo*

5

Musicado ao Vivo e será implementada, pela primeira vez, a *Mostra de Artes Performativas* em Setúbal.

Merece, ainda, destaque, no extenso programa cultural que continuaremos a desenvolver, a celebração de forma mais intensa e multidisciplinar dos 45 anos do 25 de Abril e a comemoração, com grande destaque, dos 90 anos do nascimento de José Afonso.

O município de Setúbal tem na área da juventude um dos eixos estruturantes da sua estratégia de desenvolvimento

Destacam-se como Grandes Opções do Plano para a área da juventude: concretização de objetivos e parcerias nas áreas do acompanhamento vocacional, emprego jovem e empreendedorismo; envolvimento efetivo da juventude nas causas do ambiente e do desenvolvimento sustentável através de projetos e parcerias com jovens entidades locais focadas na proteção animal, preservação da natureza, distribuição mais justa de recursos e mudança consequente de comportamentos continuidade do trabalho desenvolvido nas áreas da criatividade e da cultura; elaboração de um programa de formação e capacitação que integre aulas abertas, oficinas de saber, workshops, mostras de cursos e bolsas de estudo; criação de programas de ocupação e aproveitamento de tempos livres; reforço efetivo do apoio ao movimento associativo juvenil formal e informal; continuação na aposta de construção e reabilitação de infraestruturas para a juventude, como um skate parque, um espaço alternativo de ateliers e trabalho partilhado e um armazém de mostra performativa, entre muitos outros.

No que diz respeito ao trabalho a desenvolver área da inclusão social, o próximo ano será caracterizado por um reforço acentuado na consolidação de parcerias, nas ações de proximidade e coesão territorial, de cidadania e interculturalidade, de intervenção junto da população idosa, de apoio às áreas da deficiência, de reforço da rede social e de apoio à prevenção de comportamentos de risco e de apoio à promoção de hábitos de vida saudável.

A ação de proximidade está ancorada no exercício e no respeito pelos direitos humanos, permitindo assim potenciar as atividades que são integradoras nos territórios específicos do concelho, como é o caso da freguesia da Anunciada, contribuindo decisivamente para o combate às desigualdades sociais.

Com a operacionalização da candidatura intermunicipal *Percursos em Rede para a Inclusão Ativa* contribuiremos para o desenvolvimento social do concelho.

A criação de espaços adequados e que proporcionem a participação plena na vida de Setúbal é também um marco orientador do trabalho, destacando como exemplo a intervenção com as comunidades imigrantes, apostando na melhoria do *Gabinete do Imigrante e das Minorias Étnicas*. Estão consideradas, ainda, um conjunto de ações no âmbito da coordenação de grupos interinstitucionais na área do envelhecimento, na promoção e proteção das crianças e dos jovens, no envolvimento das pessoas com deficiência e da promoção da saúde mental.

Será dada continuidade à ação do município no *Núcleo de Planeamento e Intervenção aos Sem-Abrigo e na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco*, entre muitos outros.

A intervenção municipal na área do desporto dará, em 2019, continuidade ao desenvolvimento estratégico do desporto no concelho de Setúbal, destacando-se a aposta na realização de grandes eventos desportivos nacionais e internacionais, com realce para: *Taça do Mundo de Natação; Meia-Maratona Internacional; Triatlo Longo; Final da Taça de Portugal de Rugby; Torneios Internacionais de Rugby, Vela, Ténis e Pentatlo; Rampa da Arrábida*.

O reforço do funcionamento dos *Centros de Apoio a Atividades na Natureza de Setúbal e Azeitão*, o grande sucesso, traduzido numa elevada procura da prática desportiva, das novas *Academias de Padel de Azeitão e Setúbal*, a entrada em funcionamento do campo de rugby da *Academia de Rugby de Setúbal* em terreno cedido pelo município e a conclusão do projeto do *Centro Desportivo Integrado Supera Setúbal* são algumas das concretizações que permitirão uma ainda maior adesão dos cidadãos a uma prática desportiva regular e saudável.

A criação do Observatório Municipal do Desporto e da Atividade Física como estrutura de monitorização e de conhecimento da atividade física e do desporto no concelho contribuirá, certamente, para a melhoria dos serviços prestados e rentabilização dos recursos existentes.

Na área das bibliotecas e museus será reforçada a qualidade e a gestão das instalações das bibliotecas e dos museus municipais e a conservação do acervo bibliográfico e museológico. O ano de 2019 será caracterizado pela celebração de um conjunto de ações e efemérides, entre as quais se destacam as comemorações dos 45 anos do 25 de Abril, as comemorações do *II Centenário do nascimento de António Maria Eusébio*, a comemoração dos *100 anos do Orfanato* e a reabertura oficial do Convento de Jesus, após a conclusão da 2ª fase de remodelação.

Será organizado um conjunto alargado de exposições, de nível local e nacional, nas diversas galerias municipais. A abertura da *Casa Memória Joana e Sebastião da Gama*, em Azeitão, a criação do *núcleo museológico das Marchas Populares*, a criação do *núcleo museológico da Educação*, a conclusão do projeto de recuperação da *Casa de Luísa Todi*, a criação da *Casa da Imagem e do Cinema* e a conclusão do projeto de alargamento da *Casa de Corpo Santo* são alguns dos exemplos destas iniciativas.

Destaca-se ainda a abertura ao público do renovado Forte de Albarquel, espaço privilegiado que se assumirá como importante valência para a promoção e o desenvolvimento cultural no concelho.

Na área do turismo, as estratégias de desenvolvimento e de afirmação do destino Setúbal preconizadas para o ano 2019 assentam na continuidade do trabalho da comissão *Valpraías* e na implementação do turismo acessível.

Destacam-se, ao nível da valorização das praias e orla costeira, a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável para a faixa litoral que inclua o desenvolvimento de planos de praia, planos de mobilidade e instalação e reabilitação de equipamentos e infraestruturas que permitam o usufruto responsável dos recursos existentes.

No que respeita ao projeto *Setúbal Acessível* reforçar-se-á o desenvolvimento de propostas de percursos de visita acessíveis aos vários níveis de deficiência e necessidades especiais e a inventariação dos recursos existentes a este nível no concelho, municipais ou privados, com vista à consciencialização para a necessidade de adaptação a estas novas realidades.

Far-se-á, em 2019, a implementação dos projetos submetidos à candidatura *Linha Turismo Acessível*, assim como do *Código ColorADD*. Nesta área de trabalho destaca-se, ainda, a realização, em 2019, da Feira de Sant'Iago, do AWF – Arrábida World Music Fest, do Setúbal Summer Fridays, do Setúbal Christmas Fest e do Fim de Ano Azul.

O nosso orçamento será de 139.167.800,00€, sendo que no ano anterior o orçamento foi de 127.997.100,00€, significa um aumento em cerca de 11.000 milhões, no entanto, temos um abaixamento no orçamento de 12.100 milhões, que passo a explicar. Temos que ter concluído no próximo ano 17.100 milhões de QREN, em obras que têm uma contribuição na ordem dos 80% a 85%, como é o caso das bacias de retenção, Ribeira do Livramento, a Interface e o valor que tem que estar inscrito na totalidade do orçamento para 2019 é de 17.100 milhões. Mais de 2 milhões de pequenas obras que já acabei de referir e algumas que constam neste documento, como é o caso do bairro das Manteigadas, no valor de mais de 2 milhões, bem como o aumento de 4 milhões para despesas com o pessoal, como já expliquei anteriormente. Face ao orçamento do ano anterior teríamos que ter um aumento de 28 milhões. Significa que houve uma diminuição, uma vez que orçamento reflete 11 milhões e não 28 milhões, tendo em conta o ganho de eficiência económica em todos os setores que foram tendo cortes, dos pagamentos de dívida que foram sendo resolvidos, que resultou numa diminuição de 12.100 milhões.

Recebemos do Orçamento de Estado 13 milhões de euros e só de despesa com o pessoal, temos 35 milhões de euros. O equilíbrio do funcionamento da máquina está nos impostos diretos.

Sr. Vereador Joel Marques – Escutei a senhora Presidente com muita atenção e gostava de colocar algumas questões que não vi esclarecidas na sua intervenção. Estamos perante um orçamento que tem um acréscimo sensivelmente de 11.200 milhões de euros, mais ou menos 8.73%. No âmbito da receita há duas rubricas para os quais, gostaríamos de ter um maior

esclarecimento, nomeadamente no que respeita àquela rubrica sempre opaca, muito nebulosa, que são as outras receitas, particularmente as outras receitas de capital. Tendo em outras receitas 27.700 milhões de euros, é um valor bastante elevado e estas outras receitas não se enquadram noutras rubricas, por isso gostaríamos de saber que receitas são estas e de onde é que elas advêm.

No que diz respeito à renda de concessão dos Serviços Municipalizados, temos um acréscimo sensivelmente 45% face àquilo que estava orçamentado no ano passado. Estas rendas dependem de um contrato, elas estão pré-definidas e temos aqui um acréscimo na ordem dos 7 milhões, que vêm ajudar a alavancar aquilo que é a receita do orçamento, pelo que gostaríamos de saber o porquê de haver este aumento tão significativo, uma vez que 45% é um valor de monta.

Escutei com atenção a senhora Presidente quando falava sobre os diversos investimentos, por isso gostaria de colocar algumas questões relativas a obras que estavam previstas nas grandes opções do plano, que foram apresentadas juntamente com orçamento de 2018. As grandes opções do plano são perspetivas de investimento para 4 anos e nós temos de gastar em 2019, face aquilo que era previsto na rubrica de saneamento, 9 milhões e 790 mil euros, significa que temos uma redução por pouco mais de 4 milhões e meio, temos uma redução para menos de metade daquilo que estava previsto. Como vimos um orçamento em crescimento e com bastantes rubricas de investimento estranhámos que, por exemplo, no orçamento para 2018 estivesse considerado que em 2019 se fosse investir 700 mil euros no emissário do Faralhão e Chamburguinha, na estação e conduta elevatória do Faralhão, e pelo que nos é apresentado vemos zero nessa rubrica até 2022. No que diz respeito à ampliação da capacidade de elevação de Pinhal de Negreiros e Quinta da Bassaqueira estava previsto no que foi apresentado no orçamento para 2018, investir 1 milhão e 200 mil euros em 2019 e 1 milhão e 40 mil euros em 2020, mas olhamos para as grandes opções do plano que nos é apresentada e verificamos que é zero, significa que passamos de uma perspetiva de 2 milhões e 240 mil, para zero. Também no que diz respeito ao abastecimento de água, estava previsto que em 2019 se investissem 2 milhões e 100 mil euros nas redes de distribuição e saneamento, o orçamento que nos é agora apresentado tem menos de metade, têm 1 milhão e 67 mil euros. Também naquilo que nos foi apresentado no ano passado, estava previsto que em 2019 se fizesse um investimento na reestruturação do sistema de abastecimento de água do Faralhão e Bela Vista de meio milhão de euros e aquilo que nos é apresentado este ano é zero.

Escutámos com atenção a referência que a senhora Presidente teve oportunidade de fazer à Taxa Municipal de Proteção Civil. Atendendo a que desde março até ao momento não temos conhecimento que tenha sido apresentado aos municípios, o plano de devolução da taxa que foi indevidamente cobrada, esperávamos encontrá-la neste orçamento e aquilo que vemos na rubrica restituições de impostos e taxas cobradas são 20 mil euros. Espero sinceramente ter visto mal e que o valor a devolver esteja enquadrado numa outra rubrica, porque me parece que cerca de 4 milhões a devolver e apenas orçamentar 20 mil euros, terá sido foi lapso ou as prioridades estão trocadas neste município.

Gostaria que a senhora Presidente esclarecesse as questões que acabámos de colocar.

Sr. Vereador Nuno de Carvalho – Algumas das questões que pretendia colocar já foram colocadas pelo senhor vereador Joel Marques.

Um orçamento é um instrumento que reflete as prioridades políticas e elenca as suas respetivas despesas, onde estão refletidas algumas opções políticas, e nós depois podemos sempre discutir se elas são ou não mais viáveis, mais ou menos rentáveis. Há sempre o problema no que diz respeito àquilo que é a execução orçamental, todos nós sabemos que essa é uma das questões colocadas, mas é uma questão sempre tão repetitiva que compreendo que ela tenha que ser colocada, apesar de achar que não seja a mais relevante, ainda que ela tenha que ser colocada e eu também a coloco. Sabemos que as execuções do ano passado foi 70 e tal por cento e sabemos que as execuções orçamentais são sempre muito abaixo daquilo que está previsto no orçamento, no entanto, as razões e as causas

ainda não conheceram uma razão diferente. Indo a algumas questões que são bastante importantes, apesar da tentativa de noção daquilo que é a dívida, ela não deixa de continuar a ter um peso significativo, a dívida continua sempre a ser um constrangimento naquilo que são as diferentes disponibilidades para o orçamento vir a ser executado e especialmente aquilo que são os valores com os encargos até de juros, que são significativamente elevados, ainda que a nível deste orçamento tenham sido reduzidos face ao anterior, andando um pouco abaixo de 1 milhão e meio. Isso representa um valor que é significativamente elevado e é um fator de constrangimento, cada vez que se realiza uma obra no município de Setúbal, a mesma tem que ser financiada e esse financiamento tem que merecer um balanço entre aquilo que é a sua utilidade, seja ela social ou seja ele económica, face àquilo que é o seu prazo de pagamento. Assistimos cada vez mais a um constrangimento significativo da dívida que aperta e sufoca cada vez mais o município de Setúbal, sem contar com a outra dívida que não é financeira, mas que é colocada sobre os fornecedores e que vem obrigando a que as regularizações ocorram mais tarde ou mais cedo, até por força de terem falhado a contratação de financiamento para regularizar esses mesmos créditos, que já tinham uma maturidade bastante prolongada.

O valor referente aos juros e outros encargos financeiros. Chamo a atenção que, a “Web Summit” quando foi trazida para Lisboa custou cerca de 1,3 milhões de euros e atualmente representa cerca de 300 milhões de euros de negócios, de receita que gere de forma direta e indireta em Portugal. Os nossos encargos financeiros, os juros que pagamos, são num valor superior a 1,3 milhões de euros. A forma como decidimos gastar o nosso dinheiro tem um impacto significativo sobre aquilo que ocorre ou não, quer no presente quer no futuro. A nossa dívida tem limitado em muito as nossas disponibilidades.

Sobre aquilo que são as opções políticas deste orçamento, registo a questão importante que foi mencionada referente ao estacionamento, à zona ribeirinha e à reabilitação das escolas, que são questões muito importantes e estruturantes de qualquer orçamento e especificamente neste caso, vindo a ser executadas as obras que são cruciais. No saneamento estavam previstos os 9 milhões e 790 mil euros e este ano temos uma orçamentação muito acima desse valor. Também há um outro fator a acrescentar, a prestação de contas de 2017 apresentada este ano, em que a execução andou à volta dos 25% nesta rubrica. Para lá da orçamentação ser reduzida e se a execução se mantiver nestes níveis, no que diz respeito ao saneamento, podemos ter um constrangimento ainda maior. Como se sabe, até a senhora Presidente referiu isso, o saneamento é uma questão que quanto mais se atrasa mais falha no futuro, porque é uma infraestrutura que a sua falta de construção ou manutenção vai sempre encarecendo. No abastecimento de água, apesar de registar níveis de execução orçamental que rondam os 60%, não deixou de haver uma redução naquilo que é a cabimentação orçamental de 2018 para 2019. Há muitas obras nesta área, especialmente no saneamento, que com o QREN poderão vir a ter uma execução bastante diferente. Essa era uma questão que eu queria tentar perceber.

Gostaria que me pudessem responder, se estas execuções vão conhecer níveis superiores àquilo que foram o ano passado.

O valor que está cabimentado para a feira de Sant’Iago, que não costuma fugir muito aquilo que é a sua execução, este montante merece que no futuro possamos refletir um pouco melhor sobre aquilo que é o modelo da feira de Sant’Iago, uma vez que não estamos em campanha eleitoral, que não passa só pela sua localização, passa também pelo seu modelo!

Vou dar o exemplo de Mafra. Mafra conseguiu realizar uma coisa que se chama ser “Surf Summit”, que mais ou menos ligou à “Web Summit” e que revolucionou de forma incrível o concelho de Mafra.

É muito importante olharmos para aquilo que é o modelo da feira de Sant’Iago, aquilo que queremos seguir e tentar fazer com que esse modelo consiga assumir o compromisso, até de outras forças políticas, porque prefiro muito mais que a feira de Sant’Iago não seja tema político e tema de campanha e seja um tema de consenso, como ainda hoje tivemos aqui um. Seria um efeito benéfico para o nosso concelho e cada um de nós tem a responsabilidade de poder contribuir. Este valor deve ser multiplicador e que valha quase tanto ou mais do que



aquilo que temos previsto na promoção turística, que é 1 milhão e 400 mil euros. Uma feira de Sant'ago bem realizada pode trazer negócio ao nosso concelho a níveis de retorno que poderiam surpreender toda a gente. Não falo só do "Web Summit", porque é um exemplo excepcional, mas falo de outro tipo de eventos que são realizados noutros concelhos, onde cada vez mais a aposta naquilo que são os ativos presentes, rendem cada vez mais.

Percebendo que a execução deste orçamento rondará os 60%, é o que normalmente acontece, não deixaria de perguntar especificamente sobre o saneamento e abastecimento de água. Se estes fundos comunitários podem ajudar para que as execuções orçamentais sejam melhores?

Isto pode significar que, apesar do valor orçamentado ser mais baixo, porventura este ano se possa gastar mais do que o ano passado, se a execução for maior. Isso é muito importante, porque sabemos que são infraestruturas muito necessárias para o nosso concelho. Não queria deixar de sublinhar essa pergunta, na minha intervenção.

Sr. Vice-Presidente – Dada a intervenção exaustiva que a senhora Presidente já fez, com a descrição da quantidade de intervenções e obras que estão previstas, mas há muitas que a senhora Presidente não citou. Quero novamente fazer consenso com o senhor vereador Nuno de Carvalho, temos que repensar a feira de Sant'ago. A maioria do executivo já começou a fazer, já adquiriu os terrenos ao lado da feira e já tem projetos para o desenvolver. Esse modelo deve ser repensado e está a ser repensado e se for possível consensualizar fora daquelas polémicas estéreis que já nos desenganámos, que não tiram nem acrescentam votos, é útil para todos e sobretudo para a cidade. Já o tenho dito várias vezes e volto a dizer, um orçamento tem que ser visto de uma perspetiva completamente diferente de uma prestação de contas. Uma prestação de contas é estática, é o retrato exato do que acontece no final do dia 31 de dezembro, ao longo de todo o ano.

Se no orçamento é retirado no contexto daquilo é a perspetiva do que foi, do que executou e do que se pretende fazer, não tem grande sentido. Quando evocamos muitas vezes nos conceitos de flexibilidade, esquecemos que essa flexibilidade se impõe e o conjunto de obras que estão previstas em função das circunstâncias, que implicam financiamentos e calendário, é mais adiantado ou mais atrasado. Aquilo que se prevê num determinado ano pode não acontecer nesse ano, mas pode acontecer mais nesse ano. O desvio das obras previstas é uma constante e a única coisa que é certa, é que há variações. Há flexibilidade na gestão orçamental e este orçamento tem que ser visto com o resultado final e nós nunca discutimos a comparação. Devíamos com o orçamento estar a comparar com o que fizemos no final de 2017. Estamos bem ou estamos mal? É bom caminho ou é mau caminho? Este vai ter que ser comparado com a prestação de contas no final do ano e nesse sentido, em perspetiva da execução das despesas e do volume, dos encargos do crescimento da despesa e da receita, é bom reter algumas coisas que, uma vez apresentado as contas, tendemos a nunca mais nos lembrarmos. Tal como foi recentemente publicado no Anuário das Finanças dos Municípios Portugueses era bom olhar para alguns dos números que são apresentados. Geralmente aquele número que é mais chocante é sempre olhado e puxado para títulos de jornal, como é o caso de "*O município de Setúbal em 14.º lugar no país, com 53 milhões de dívida total*". É verdade! Mas o Anuário também diz que contra estes 53 milhões que põe o município Setúbal nesta dívida em 14.º lugar, há um facto extraordinário que é o de haver dívidas a receber de terceiros para com a câmara no valor de 41 milhões.

Nesta lista estamos em 2.º lugar dos 308 municípios do país, sendo que o nosso rácio de dívida a pagar e dívida a receber é muito favorável.

Discutimos muito o IMI, mas IMI teve um impacto muito grande na redução tal como defendíamos, porque havendo uma redução do limite máximo a nível nacional, certamente iríamos ter uma redução efetiva, como na realidade aconteceu para todos os cidadãos, que sentiram no bolso a redução do IMI. Curiosamente este município, como tem um elevado grau de independência financeira, a 72,8%, pela receita própria do município, não depende das transferências dos fundos municipais a redução efetiva de cobrança de IMI colocou o município de Setúbal em 6.º lugar, em maior volume de redução de cobrança de IMI, dos 308

municípios. Significa que fez muito efeito aquilo que defendíamos, a redução geral de 0,50 para 0,45. Logo nas receitas a sua redução teve um impacto grande e foram 13% a menos na receita.

Maior volume de investimentos efetivamente pagos em 2017 e não de compromissos, o município de Setúbal ficou em 23.º lugar dos pagamentos efetivos em investimento, nos 308 municípios do país. Se somarmos os três anos anteriores ficámos numa posição próxima do 30.º lugar, nos 308 municípios. Estamos a realizar obra e a pagá-la a tempo, apesar de termos de dívida que vai restando.

Dos municípios com maior descida de encargos com amortizações, o município de Setúbal está 13.º lugar, nos 308 municípios do país, significa que está a amortizar a um bom ritmo.

Tudo isto são dados que importam ser articulados para perceber se a gestão tem ou não um saldo positivo, não é só um número isolado que me vai dizer se há ou não uma boa gestão. Temos outros dados que podia estar a comparar, mas relembro sempre este, porque se vai repetir neste orçamento, o rácio entre a dívida de terceiros ao município comparada com dívida do município a terceiros, é um rácio bastante favorável. Há um volume de dívida que não gostávamos de ter, mas há em contrapartida um volume de dívida de terceiros ao município que é muito aproximado e se as contas estivessem saldadas estávamos a dever 10 milhões de euros a terceiros, que era uma coisa sem peso no conjunto do orçamento.

Há outros rácios de natureza económica que também são muito favoráveis. Estamos em 23.º lugar com os melhores resultados económicos do exercício em 2017, que são resultados entre impostos, amortizações e antecipações de encargos, na realidade é um resultado de gestão muito bom.

O orçamento sobe, mas nunca o executamos na totalidade, porque é preciso elasticidade na gestão, porque é preciso fazer um investimento quando ele é propício e possível e não tem um custo muito grande.

É neste quadro que me atrevia a colocar uma frase lapidar neste orçamento “O orçamento cresce, o cidadão quer, a obra faz-se”.

Sra. Presidente – Em relação aos “outras”, como é bom de ver e como o senhor vereador sabe, são tantas “outras” quantas as do Orçamento de Estado. O Governo da República também tem as “outras”, assim como os orçamentos dos outros municípios. É nesta rubrica que está refletida a dívida que tem que ser paga, como é óbvio. À semelhança dos Governos do seu partido nesta câmara, não era as “outras”, mas era a venda dos terrenos, na realidade trata-se da mesma rubrica. Vocês faziam igual, tinham que equilibrar o orçamento, tinham que ter uma rubrica onde estivesse refletido o pagamento da dívida, que é a mesma coisa que nós temos que fazer.

Sr. Vereador Joel Marques – Estou a questionar se a receita não é executável.

Sra. Presidente – É executável, porque vamos diminuindo tanto de um lado como do outro. Tem que haver mais receita que não está prevista no orçamento. São tantas coisas que vão entrando e que não estão previstas na receita inicial, assim como a despesa que sabemos que ela existe e tem que se paga, depois tem que haver a contrapartida da receita para ir pagando esta dívida. Nos tempos anteriores, desde a venda das propriedades até agora, podem verificar todos os orçamentos e ver que vai descendo esta rubrica positivamente, que é um esforço do município e de todos. Ela só existe, porque o Governo do Partido Socialista nos deixou quase 100 milhões de dívida, que foi a soma dos 67 milhões e meio e os 30 e tal milhões que estavam escondidos, sendo que 20 milhões já constavam nos empréstimos de médio e longo prazo, mais os 47 milhões do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, o que dá os 67 milhões mais os 30 milhões de curto prazo. Dos rendimentos da propriedade constavam quase 100 milhões, caso contrário não poderiam equilibrar o orçamento. Hoje, nos empréstimos de médio e longo prazo, temos cerca de 26 milhões que é a nossa dívida de médio e longo prazo, onde consta a dívida que nos foi deixada, mais 3 milhões de obras que já fizemos e que se estão a repercutir nesses pagamentos, dando um total em cerca de 26

milhões. É muito dinheiro! Pagámos mais de 90 milhões da dívida que nos deixaram com juros e capital, mas temos mais de 300 milhões de obra feita.

Em relação à concessão dos serviços municipais das águas havia uma dívida, de acordo com a ERSAR que há muito tempo já ultrapassava os 12 milhões e nós fomos sempre mantendo nesta rubrica os 12 milhões. Está um grupo de trabalho a fazer a revisão do contrato concessão de acordo com as exigências da ERSAR e esse grupo de trabalho já tem referenciado que a dívida ao município está na ordem dos 24 milhões e nós só pusemos os 20 milhões, por isso deixámos de colocar os 12 milhões que já estavam ultrapassados há muito tempo.

Em relação a estas obras da Chamburguinha e Bassaqueira, não tenho o vereador Carlos Rabaçal que é a pessoa que acompanha esta área, para dizer exatamente, porque é que elas não foram feitas, algumas têm que ver com expropriações que atrasam os processos e por sua vez os concursos, que passam para o ano seguinte, outros não têm os projetos que têm que vir das Águas do Sado e às vezes também há atrasos, o que reflete também no atraso do lançamento de concurso.

Quero lembrar que se falarmos em saneamento, basta só visitar a cidade e visitar as praias, o saneamento que tardava por fazer há muitos anos. As praias não tinham saneamento, por isso ainda gastámos muito dinheiro em situações provisórias, mas que agora já estão a ser feitas em definitivo. A ribeira do Livramento, o Rio da Figueira, as bacias de retenção, a Av. 22 de Dezembro, a estação elevatória dos Combatentes, etc... Estamos a falar de saneamento de prioridades que não estão neste plano bianual. Uma obra de 1 milhão pode ter uma parte do plano bianual, sendo que uma outra parte pode provir dos fundos comunitários e outra parte por comparticipação da câmara que pode não constar nem no plano nem nos fundos comunitários.

Em relação aos pagamentos das taxas cobradas no próximo Orçamento de Estado está previsto a retoma da Taxa de Proteção Civil e independentemente disso vem aqui a criação de taxas de proteção civil, a qual já pagámos a muitas pessoas e estamos a prever fazer um encontro de contas com as pessoas que tem a haver o pagamento das taxas, para que nos próximos anos não paguem até estar por concluído a sua devolução, para não criar um fosso muito importante de liquidez para a câmara.

Assino por baixo aquilo que disse o meu vice-presidente Manuel Pisco, de forma muito inspirada.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Estamos a discutir este orçamento sem ter os últimos dados da execução orçamental de 2018 e na reunião que tivemos, ao abrigo do direito do estatuto de oposição, voltámos a solicitar, porque na última Assembleia Municipal não foram entregues os dados sobre o relatório de atividades, por isso estamos a fazer um pouco uma “análise no escuro”, porque não sabemos como é que está a execução orçamental deste ano, pelo menos até setembro. Em termos estatísticos, a média de execução orçamental em 2017 dos municípios portugueses, na área da receita foi de 90% e na área da despesa foi de 77%, a nossa execução orçamental anda à volta dos 60%, não tenho os números de receita versus despesas, mas deve andar ela por ela, mas significa que estamos abaixo e dizer, porque isto não é uma situação generalizada no país. Há municípios mais pequenos, com menos problemas nesta área das finanças, mas nos municípios equiparados a Setúbal, há muitos municípios que não têm estes indicadores que Setúbal tem em termos de execução orçamental, mas têm indicadores de maior execução orçamental. Era bom que disséssemos que isto não é a regra, pelo contrário.

Em relação ao processo de saneamento financeiro, foi assumida aqui que era preciso do ponto de vista da tesouraria que esse processo avançasse, uma vez que iria libertar muitos outros procedimentos, mas o processo não avançou e como tal vai levantar grandes constrangimentos na devolução da Taxa Municipal de Proteção Civil no próximo ano, como aparentemente está prevista, porque 20 mil euros a concretizar o que está no orçamento para uma dívida de 4 milhões, que é um valor muito elevado.

No âmbito da Assembleia Municipal o Partido Socialista solicitou à senhora Presidente que nos informasse a quem já foi devolvido a Taxa Municipal de Proteção Civil e quais são as verbas, porque se trata de um valor que desconhecemos, não sabemos se foi 20 mil euros, 100 mil euros ou de 1 milhão de euros. Há alguma falta de informação da vossa parte para a oposição, que quando faz uma análise de um orçamento, que é um documento que é uma previsão, não temos elementos para que possamos comparar. Quero frisar que é muito ingrato para uma oposição e o PCP está em maior número de câmaras na oposição do que no poder, também sofre eventualmente do mesmo, isto não é uma questão de um partido, isto deve ser generalizado, mas é muito ingrata esta posição quando não se dá a conhecer estes números. Há mais de duas semanas que esses números foram pedidos e não foram entregues, assim também dificulta mais o trabalho da oposição nesta matéria das finanças, quando não temos informação atualizada.

Sr. Vice-Presidente – A execução orçamental é muito interessante e importante quando o critério fundamental de aferição das contas públicas das autarquias era esse equilíbrio orçamental, o empolamento nas receitas para cobrir as despesas. Como sabem esses critérios já estão ultrapassados, agora o critério que determina o equilíbrio das contas é o rácio com a média das receitas dos últimos três anos. Esta coisa tem um bocado a ver com a tal flexibilidade de gestão. É perigoso se tiver uma execução orçamental mais alta nas despesas do que nas receitas. Se tiver 90% da execução orçamental nas despesas e 80% nas receitas, significa que estou em desequilíbrio. Por isso é que eu disse há pouco, que convém olhar para um documento de orçamento em perspetiva e comparar com os exercícios anteriores. Não há aqui um risco de entrar em défice, porque nós temos esse equilíbrio em execução, tanto baixa na receita como na despesa, nós não estamos a galgar a despesa por cima da receita, nem sequer é legal esse incumprimento. Existe um indicador de alerta para se ver, porque é que isso está a acontecer, mas não é uma ilegalidade em termos de lei das Finanças Locais, é um indicador de alerta. Há pouco o senhor vereador estava a comparar com o Governo a questão do défice em 0.2%, mas nós não temos 0.2% de défice, nós temos 7% ou 8% de superavit, na realidade 7 milhões de excedentes nas contas do exercício é um superavit. Não concorda senhor vereador?
A gestão não é desequilibrada!

Sr. Vereador Nuno Carvalho - Uma primeira questão importante e mais técnica, no que respeita à Taxa Municipal de Proteção Civil. Eu ouvi a sua resposta, Sra. Presidente, e não sei, é uma dúvida, se as câmaras municipais ou o Estado podem usar o instrumento de compensação, o encontro de contas, para as taxas. Não sei. Sei que nós podemos isentar, etc, e que, na prática, por outras vias, dá quase uma compensação. Mas, aqui, não é uma isenção, é uma devolução que tem que ser feita e uma nova taxa que vai ser criada.

Sra. Presidente - Mas pode ser feito por acordo.

Sr. Vereador Nuno Carvalho - Por acordo, pois, mas essa é que é a questão. Mesmo por acordo, não tenho inteira certeza, tenho mesmo dúvidas.

Sra. Presidente – Nós já estamos a fazê-lo.

Sr. Vereador Nuno Carvalho - Independentemente disso, é que alguém pode-se recusar.

Sra. Presidente – Desde que a outra parte concorde...

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Pois, mas é que alguém pode-se recusar.

Sra. Presidente – Pois, se recusar temos que devolver.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Aí não há hipótese, claro.

Sra. Presidente – Então, o acordo é isso mesmo...

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Claro, não... Mas não é só isso que eu estou a falar.

Sra. Presidente – Têm que estar as duas partes de acordo, senão...

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Mas não é só isso, mas tudo bem. Já agora, se possível, nós também fizemos um requerimento.... Digo nós, mas sou só eu. O PSD também fez um requerimento sobre essa matéria há duas semanas, se não estou em erro. O PSD fez um requerimento, também, há duas semanas, sobre a Taxa Municipal de Proteção Civil, saber o ponto de situação e seria, efetivamente, importante, nós termos essa informação, até porque ela foi feita no seguimento de algumas reclamações, que acho que outros vereadores receberam. Acho que foi enviado para toda a gente. Por isso, essa matéria é importante. Não deixe de fazer referência sobre aquilo que é o mecanismo de compensação que falou, acho que é importante revê-lo.

Por último lugar, só muito rapidamente, no que diz respeito ao orçamento. Para já, está óbvio que a questão da execução orçamental é muito importante comparar. Especificamente, aqui, no caso do Município de Setúbal, é sempre preciso ter em mente que a execução orçamental é importante que seja equilibrada e cada vez mais equilibrada, especialmente naquilo que diz respeito aos pagamentos de curto prazo e aos fornecedores. Isso é crucial, importante.

Percebe-se que há esse esforço, que há essa vontade, que é para isso não ser a cativação do Município de Setúbal, como acontece no Governo, em que o Mário Centeno é o homem das cativações, também. Era um instrumento que, de resto, todos os governos utilizaram, mas este utiliza de forma mais intensiva ou abusiva, quase.

É importante, porque são pequenas empresas e é uma economia local e essa matéria, no que diz respeito à execução que falava há pouco... De facto, não há défice, mas, se não houver execução de algum pagamento de dívida curto prazo, isso pode ser mais penalizador.

Eu só não queria deixar de referir uma questão. É evidente que um orçamento é um reflexo de opções políticas. Só isso, mais nada e eu acho que esta questão que se menciona, da dívida, da dívida, da dívida... Eu não falo disso com a mesma veemência, porque, a qualquer momento, qualquer investimento que possa ser feito num concelho ou pode ser promovido num concelho, pode mudar radicalmente aquilo que é a previsão de dívida no futuro. Se, amanhã, na zona ribeirinha, ela for dinamizada, como se espera que seja, isto pode mudar totalmente.

Portanto, eu acho que esta questão tem que ser sempre enquadrada dentro daquilo que são os seus respetivos planos, razão pela qual eu creio que nos devemos concentrar mais nos ativos que podemos rentabilizar do que outra coisa.

Deixo só um exemplo, se me permitem. Eu sei que me estou a alongar. Eu dou-vos o exemplo daquilo que foi feito há centenas e centenas de anos, que é a Fontana di Trevi, em Itália. Ninguém imaginaria, quando fez a fonte de Trevi, que, por ano, os turistas deixariam lá 1,5 milhões de euros, em moedas. Portanto, isto de previsão, nunca ninguém sabe. Por isso, se conseguirem fazer uma Fontana di Trevi, ficava muito feliz como município.

Sra. Presidente - Queria só dar aqui uma informação, começar aqui pelo fim, por aquilo que disse o Sr. Vereador Nuno Carvalho. Hoje, ele está muito positivo.

Não, é verdade. É que hoje temos uma dívida de 50 e picos milhões, o que quer dizer que, num município desta dimensão, é altamente equilibrante e equilibrado. Não é por acaso que temos esse "feedback" da Direção-Geral de Finanças. Ainda hoje nos vieram dar o relatório para o contraditório de uma inspeção que foi feita aqui.

4

Portanto, não é por acaso que o próprio Tribunal de Contas chumba aquele saneamento, a dizer que *“não há saneamento, porque vocês estão equilibrados, não têm necessidade de saneamento”*.

É, exatamente, o que o vereador está a dizer. É exatamente o que o vereador está a dizer. Há aqui uma série de obras independentemente da TRIU. Aquilo é equiparado a loteamento e há a TRIU e há a compensação. Como não há em terreno, há compensação em dinheiro. Há aqui uma série de compensações que já estão a entrar em que nós já estamos a pedir *“Não, não. Não queremos o dinheiro, queremos obra, e, portanto, é favor fazerem isto”* e vai ficar um contrato assinado com a compensação que não queremos em dinheiro.

Portanto, rapidamente, há aqui algumas obras, que eu li ainda há pouco, que nós vamos... Que estão, agora, espelhadas no orçamento, mas que, pelas compensações e no decorrer do ano, o orçamento não vai ser mexido, tal como nós esperamos, porque essas obras vão entrar nessas compensações. Assim se realizem as obras. Pelo menos, os alvarás estão a sair. Quer dizer que o projeto está feito, está aprovado e estão a sair e as compensações, se a obra se realizar efetivamente... Eu não era para dizer isto, mas já que estamos nessa... Esse é o espírito, é: *“Isto não entra no orçamento”*.

Portanto, a obra tal, que era para sair do orçamento, não se faz, porque, pela compensação, é feita a Casa da Luísa Todi, é feita não-sei-quê, uma série de coisas. E basta, de facto, a zona ribeirinha, a OPG, ser aprovada, o Plano Diretor Municipal ser aprovado e, quando isso começar a acontecer, o que está previsto acontecer naquela zona ribeirinha. Na nossa previsão, 2-3 anos estão saldadas as dívidas. É, tal e qual, o que o Nuno estava a dizer, estão saldadas as dívidas, o que é, para todos nós, extremamente interessante e importante. Nós já temos o terreno ao lado da Feira de Sant'Iago. Estamos a regularizar tudo o que é património. Quando aqui chegámos nem este edifício estava registado em nome da Câmara, as escolas não eram de ninguém, o edifício do Fórum Municipal Luísa Todi não era de ninguém e temos vindo a realizar património, património, património...

Nestas regularizações todas, nestes registos todos, estamos a fazer contas com IHRU, ex-IGAPHE, nos acertos de terrenos de compensações de acertos de património. Está praticamente tudo regularizado. Tem sido um salto fantástico. Três pessoas que trabalham aqui no património. Paredes e paredes cheias de processos de regularização de registos que não existiam, nenhuns. E, nesse âmbito, nós fizemos, há duas semanas, três grandes escrituras com o IHRU, de acertos, de dinheiros que eles nos deviam, que nós lhes devíamos, acertos de terrenos. Um dos terrenos é o da ex-Direção-Geral de Viação, que já não funcionava lá, paredes meias com o terreno da Feira de Sant'Iago.

Portanto, esse terreno já está na nossa posse, através dessa escritura. Já está regularizado e, portanto, nós vamos alargar a feira, vamos dar um conceito diferente à feira. Já está a começar a ser trabalhado esse novo projeto e eu juro-lhe que a primeira pessoa a ser chamada para esse projeto, para ir lá dar palpites, é o Sr. Vereador Nuno Carvalho.

Ainda há bocado disse que *“gostaríamos de dar opinião, gostaríamos de estar... Agora, que estamos longe das eleições...”* Você disse isso, *“estamos a dois meses das eleições que temos”*. Vão ser chamados todos. Agora, quero ver quais são as opiniões e dizer-nos *“a ideia é esta e a ideia esta”*. Agora, o terreno está quase o dobro e os nossos técnicos, que acabaram ontem de fazer o projeto da Várzea, são outra equipa fantástica.

Por isso nós temos descido tanto a dívida, porque muitas coisas têm sido feitas, quer obras, quer projetos, cá dentro, não é só este projeto da Várzea, que tenho a certeza que vocês irão gostar. É das coisas mais bonitas do país. Eu não estou a exagerar. É um projeto de um parque urbano. É mesmo o urbano, não é um projeto tão ambientalista, tão rural, como é o de Matosinhos ou como é o de Almada, que é mais ambiental. Este é mais urbano, o nosso é mais urbano, tem uma vertente ambientalista, mas tem mais de urbano. Está preparado para as grandes inundações dos cem anos. Aquilo fica quase tudo inundado, mas é mesmo assim. Se não for assim é porque aquilo está mal feito. Já começou, já está a reter água, já se passa lá e se vê as bacias de retenção com água, mas é das coisas mais bonitas que eu já vi, feito pelos nossos técnicos.

Ontem apresentaram-nos e, portanto, para a semana vamos primeiro fazer com vocês e vão ver isto. Como eles já acabaram esse, agora vão começar o outro, o da Feira de Sant'ago. Quando eles tiverem esse esboço, porque isto são esboços, para, depois, receberem opiniões e contributos e, depois, então, é que fazem o projeto de arquitetura final.

Portanto, no da Feira de Sant'ago eles vão fazer a mesma coisa. Agora, pararam. Acabou até à nossa discussão, até todos verem. Eles vão para o da Feira de Sant'ago. Quando tiverem o da feira de Sant'ago eu chamo-vos. Agora, que estamos longe das eleições, para vocês verem se é ali, ou não, que deve ficar a Feira de Sant'ago. Está bem?

Só em relação aqui à Taxa da Proteção Civil. O Vereador Joel, se calhar, viu mal a rubrica. Não está lá 20 mil, está lá 320 mil. 06.02.03.01, veja lá se é esta. Está lá 320 mil euros, veio-me aqui mostrar o Dr. Paulo Hortênsio: 06.02.03.01.

Sr. Vereador Joel Marques – 06.02.01.02 – Restituições de impostos e taxas cobradas.

Sra. Presidente – 03.01.

Sr. Vereador Joel Marques – Sra. Presidente, 06.02.01.02 é “*restituição de impostos e taxas cobradas*”. A conta que a Sra. Presidente me está a indicar tem a designação “*outras restituições*”. Se estamos a falar de uma restituição referente a uma taxa, ela devia estar considerada na conta que diz respeito à restituição de taxas e não nas outras restituições.

Sra. Presidente – Dr. Paulo Hortênsio?

Dr. Paulo Hortênsio – Tem a ver com a especificidade do exercício. Se está especificada uma coisa, não deixa de ficar no geral. Leva-a para ali e, depois, ali, terá que fazer a contabilização. Quer dizer, não vejo que possa, do ponto de vista técnico, ter aqui algum erro.

Sra. Presidente – Eu não percebo muito de contabilidade...

Sr. Vereador Joel Marques – Sra. Presidente, tem mais a ver com a forma como nós organizamos a despesa do que, depois, efetivamente, em termos contabilísticos, se será válido o pagamento desta forma, ou não. A questão é que estamos a falar da restituição de uma taxa, temos uma conta para cabimentar verbas para restituição de taxas e estamos a cabimentar noutra conta, porquê?

Sra. Presidente – Não sei.

Dr. Paulo Hortênsio – As pessoas que vão receber o valor vão-se importar de ligar por onde vai ser no orçamento?

Sr. Vereador Joel Marques – Desculpe, nós, que estamos a analisar o orçamento, interessamo-nos.

Desculpem lá, era o que mais faltava, nós utilizarmos como argumento que as pessoas querem é receber o dinheiro, não interessa em que conta é que ele está cabimentado, para justificarmos isso. Temos que ter rigor na forma como apresentamos muitas coisas e, aqui, mais do que a componente técnica, há uma componente política, porque isto é-nos apresentado por alguém que tem responsabilidades políticas, certo?

Portanto, é conveniente que haja rigor nos documentos que nos estão a apresentar, para mais quando falamos de um orçamento. É que isto de ser um documento que é previsional e que, de acordo com o Sr. Vice-Presidente Manuel Pisco, como temos que ser flexíveis, não serve de muito para prever, pode ser muito bonito para nós estarmos aqui a discutir se o investimento é feito, se o investimento não é feito, para estarmos a confundir aquilo que é o orçamento com aquilo que é a prestação de contas.

4

Isso é tudo muito bonito. Agora, quando se trata, efetivamente, de analisar os documentos e de perceber de que forma é que eles são construídos, nós termos uma conta na qual devem estar cabimentados os valores que dizem respeito à restituição de taxas e estarmos a cabimentar eventuais valores de restituição... E digo eventuais porque outras restituições dão para muita coisa, dá para tudo. São as outras, não é? É opacidade, dá para tudo. Portanto, como dá para tudo, parece-me muito mais correto que, se temos um valor de 320 mil, que, supostamente, será para devolver a Taxa Municipal de Proteção Civil, que ele seja cabimentado na conta correta.

Sra. Presidente – O Dr. Paulo Hortênsio está a dizer que isso pode unificar-se só numa rubrica, porque não há problema nenhum. Depois faz-se a retificação, está bem? Mas, de facto, o que está previsto para a devolução, para os pequenos e microempresários, é em função dos 320 mil. Por isso é que ele achou, ainda há pouco, estranho e foi à procura dos 20 mil, quando ele tinha resguardado, ali, 320 mil, percebe?

Portanto, o que ele está a dizer é que se há alguma alteração, se há alguma complicação nisso, ele faz a alteração, porque tem que haver sempre um valor residual para a devolução de uma coisa qualquer que, às vezes, possa aparecer. Altera-se, os 320 mil ficam em cima e os outros 20 mil ficam em baixo, está bem?

Agora, só informar mais uma questão. Há 3 milhões e 200 mil euros de empresas que estão a ter reuniões com o Vereador Carlos Rabaçal. 3 milhões e 200 mil euros, sendo que, destes 3 milhões e 200 mil euros, 2 milhões pertencem a 18 empresas maiores. 2 milhões pertencem a 18 empresas maiores, com quem ele já está a fazer reuniões e algumas estão a aceitar, portanto, fazer acordos depois.

Os 4 milhões é um valor que foi faturado. Não quer dizer que tenha sido o valor arrecadado, porque houve algumas empresas que não pagaram e, portanto, não pagaram cerca de 1 milhão, percebe? É um valor que foi faturado, os 4 milhões, não é o valor que foi arrecadado. Há cerca de 1 milhão e tal de dívida e, portanto, o que está, de facto, no orçamento são os 4 milhões, mas não foi o valor, de facto, arrecadado.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 votos contra dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

Sr. Vereador Joel Marques – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Orçamento Municipal é, por definição, o instrumento que serve de base à atuação do Executivo, sendo este o documento que permite aos cidadãos antever qual será a política a implementar e os investimentos a desenvolver pelo Município.*

Estamos perante um Orçamento Municipal que cresce 8,73% – mais 11,2M€ face ao valor orçamentado para 2018. Com um valor global de quase 139,2M€, seria de esperar um acréscimo no investimento na qualidade de vida da população residente no Concelho. No entanto, a simples análise das GOP revela que estamos perante um documento de governação casuística, que não se baseia nas previsões do passado nem apresenta uma perspetiva realista de futuro. Vejamos alguns exemplos:

- *Em 2018, o Município previa que em 2019 fossem investidos 9.790.000€ em Saneamento. Em 2019, orçamenta para saneamento apenas 4.539.800€;*
- *Em 2018, a previsão de investimento no Emissário do Faralhão e Chamburguinha e Estação e Conduta Elevatória do Faralhão era de 700.000€ (a realizar em 2019). Em 2019, o valor orçamentado é zero, como zero é a previsão de investimento neste equipamento até 2022;*
- *Em 2018, a previsão de investimento na ampliação da capacidade de elevação de Pinhal de Negreiros – Bassaqueira era de 1.200.000€ em 2019 e 1.040.000€ em 2020. Em 2019, a perspetiva de investimento real é de zero;*

4

- *Em 2018, o Município previa que em 2019 se investissem 2.100.000€ referentes às redes de distribuição e saneamento (abastecimento de água). Em 2019, orçamenta 1.067.200€;*
- *Em 2018, a previsão de investimento em 2019 na reestruturação do sistema de abastecimento de água do Faralhão e Bela Vista era de 500.000€. Em 2019, a realidade é um investimento de zero.*

Por outro lado, se os investimentos previstos não se concretizam, o valor orçamentado para a aquisição de bens e serviços cresce 13,2% - mais de 5,5M€. Longe vai a desculpa que imputava à necessidade de contratação de trabalhadores com vínculos precários o aumento deste valor – a regularização desses postos de trabalho já está refletida nas despesas com o pessoal.

Acresce ainda a manutenção da taxa máxima de IMI e a não devolução da participação variável no IRS dos cidadãos, assim como mais de 27,7M€ associados à conta “outras receitas de capital” – um valor excessivo para uma rubrica opaca, indiciando o claro empolamento da receita.

Um documento previsional que se mostra incapaz de prever de nada serve aos cidadãos. Este é um Orçamento para “cumprir calendário”, e não para servir os Setubalenses e Azeitonenses. É, se dúvidas houvesse, basta olhar para a Taxa Municipal de Proteção Civil: declarada inconstitucional no início de 2018, desde março que os munícipes aguardam o prometido plano de devolução. Continuarão certamente a aguardar – a CDU orçamentou apenas 320.000€ na rubrica “restituições de impostos e taxas cobradas”.

Pelos motivos invocados, os Vereadores do Partido Socialista votaram contra a proposta de orçamento para 2019.”

9. Deliberação n.º 324/18 – Proposta n.º 78/2018 – DAFRH – Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) do ano de 2018

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 26

Sr. Vereador Paulo Lopes - Em relação às majorações e minorações aqui propostas, o Partido Socialista concorda com as mesmas. No entanto, há, aqui, uma questão de fundo, que já foi discutida na última reunião de Câmara de forma bastante extensa, que eu vou pedir para que, se tivermos que voltar a fazer esta discussão, se aproveitem comentários do Partido Socialista da última reunião, porque é exatamente a mesma posição, em relação à questão da taxa máxima do IMI.

A posição do Partido Socialista é conhecida. Nós defendemos a redução progressiva e defendemos que, neste momento, é claro como água que não existe nenhum constrangimento para se poder baixar essa taxa máxima do IMI. É, apenas, uma decisão de carácter político do município.

Aliás, lembro-me que, no início do ano, quando o Sr. Secretário de Estado ou o gabinete do Secretário de Estado da Administração Local emitiu um parecer sobre se o Município de Setúbal podia ou não podia, a Sra. Presidente até chegou a felicitar, porque, finalmente, havia um governante que pôs, preto no branco, que podia baixar.

Portanto, esse constrangimento não existe. Todos nós, aqui, sabemos que não existe. É, apenas, uma decisão política que, por aquilo que percebi da discussão do orçamento, vai ser uma decisão que a CDU vai manter nos próximos anos.

Sr. Vice-Presidente - Sem pretender, aqui, recolocar o argumentário habitual, é só lembrar, quanto a essa clareza como a água, que essa clareza é tão clara como água escura, porque o Sr. Secretário de Estado, o mais recente Secretário de Estado da Administração Local, que temos, o Carlos Miguel, como já outro dia lhe disse, até agora, tornou-se notório pelas suas aventuras interpretativas da lei.

E, contra essa aventura interpretativa, também há o parecer da Direção-Geral do Orçamento, que, em matéria de majorações e minorações do IMI, disse o quê? Que elas eram admissíveis para o Município de Setúbal, desde que se compensassem, ou seja, desde que houvesse uma aproximação dos valores entre aquilo que eram as minorações com as majorações.

Veja-se a que ponto a restrição das alterações ao IMI está na cabeça dos dirigentes que fazem gestão das contas do orçamento. Não sei como é que é possível, uma vez que o direito à minoração ou o dever da majoração, de pagar a majoração é um e tem que ser igual para todos e nunca sabemos quantas pessoas têm direito à minoração nem quantas têm direito à majoração.

Não há maneira de prever esse equilíbrio de contas, mas foi essa a recomendação da Direção-Geral do Orçamento, em parecer sobre a questão da aplicação do IMI. É admissível para o Município de Setúbal, desde que as majorações compensem as minorações. Portanto, já vê que essa clareza é um pouco turva.

Há outras clarezas interpretativas que são mais claras que essas e que fundamentam a nossa posição política, que é a de que, enquanto estivermos neste quadro, vamos cumprindo a lei.

Eu também entendo que mesmo o Sr. Secretário de Estado Carlos Miguel também, em certo sentido, é claro. Mas se ler o despacho todo, até ao fim, porque também diz que é preciso encontrar compensações.

Sr. Vereador Nuno Carvalho - No que diz respeito àquilo que é a matéria de ser possível, ou não, a redução do respetivo IMI, compreendo as preocupações. Obviamente que só se pode reduzir o IMI se o orçamento permitir, não é? Quer dizer, qualquer pessoa vai dizer isso: se o orçamento permitir, reduz-se o IMI; se não permitir, não se pode reduzir. Essa é uma lógica que é compreensível por toda a gente.

A questão tem a ver, efetivamente, com o facto de qualquer pessoa com bom senso dizer que não vamos baixar impostos se ficarem em causa os compromissos que temos para assumir. Portanto, qualquer parecer, qualquer bom estadista, diz exatamente a mesma coisa.

Até, inclusive, sobre a própria lógica que coloca, daquilo que são as majorações e minorações. A própria lógica por trás da minoração sobrepõe-se sempre que, ou num efeito mais curto ou num efeito mais longo, isso seja um benefício para o município. Ou seja, um edifício é requalificado, aumenta o seu valor patrimonial, porventura, ele, mesmo tendo uma minoração, poderá estar a pagar mais à Câmara do que antes da sua própria reabilitação.

Portanto, tem tudo a ver com uma lógica de equilíbrio. Não tem a ver com uma lógica legal. Legalmente, nós não estamos impedidos de discutir e de votar a redução do IMI. É uma opção política manter uma taxa máxima, que eu acho que é incorreta e, especialmente, acho que é incorreta, porque nem que fosse por um ligeiro sinal, nem que fosse por uma ligeira redução, comparativamente aos restantes municípios, até do Distrito de Setúbal, nós continuamos a ser o único ou continuaremos, se não estão dos decididos, mas estão quase, com a taxa máxima.

Acrescendo ao facto que o próprio valor dos imóveis sem obras nenhuma, imóveis normais, que estão espalhados pelo nosso concelho fora, tem vindo a aumentar. O mercado imobiliário, que explodiu em Lisboa, tem vindo a ter um efeito cada vez maior, que chega, também, ao Município de Setúbal.

Portanto, a receita que é arrecadada, porque essa é uma questão que, também, foi sempre muitas vezes falada... Lisboa tem um IMI tão baixo porquê? As casas são muito mais caras, também, e, portanto, para uma casa em que, se calhar, com mesma tipologia no Município de Lisboa versus Município de Setúbal o valor é muito mais elevado.

Aqui, no nosso caso, especificamente, é um sinal importante, nós termos uma redução da taxa do IMI. É um sinal. E é possível fazê-lo dentro deste orçamento, lançar um sinal de que este é um caminho que se quer seguir, porque isso é acreditar na própria capacidade do investimento que, ainda há bocado, falámos, no nosso município. É um sinal de que acreditamos que as receitas não terão que vir sempre daquilo que é o encargo dos

4

municípios, e que, no futuro, poderão vir, também, daquilo que é a atividade económica gerada no nosso concelho, que é uma coisa que é constantemente falada e bem. Acho que Alcochete vai ter a taxa, por exemplo, de 0,425. Isto é um exemplo, acho eu. Acho que ainda não foi decidido, mas é a tendência. Uma pequena redução é benéfica, é um sinal, é um sinal importante. É importante, ainda para mais num mercado como o nosso imobiliário, que está a ser valorizado, em que as pessoas, sobre essa taxa, vão, obviamente, pagar mais do futuro.

Sra. Presidente – Só queria dar aqui uma informação. De facto, quando eu fui falar com o Sr. Secretário de Estado Carlos Miguel, ex-Presidente da Câmara de Torres Vedras, ele foi taxativo e disse: *“Vocês já não precisam de estar aqui, no Contrato de Reequilíbrio Financeiro”*. Foi preto no branco, talvez por ser autarca e ter a sensibilidade de que sofrem os autarcas. Foi este o comentário.

De facto, aparece logo a seguir, um parecer... Não era dele, era? Era doutro, doutro secretário de Estado. Ele é o do Orçamento, salvo erro. Não era dele... Ele era a DGAL, o outro... Agora, apareceu também o Tribunal de Contas.

Nós perguntamos assim: *“O contrato de reequilíbrio financeiro foi instituído por decreto-lei, só outro decreto-lei ou uma portaria ou uma lei é que pode alterar aquela lei”*, certo? E, portanto, hoje nós podemos alterar esta situação, por que há uma lei, há um Orçamento de Estado para 2018, que veio dizer que... No *“Diário da República”* de 29 de dezembro de 2017, no artigo 97.º, veio dizer que, em relação ao Orçamento de Estado de 2018, *“os municípios com Contrato de Reequilíbrio Financeiro não carecem de autorização prévia dos membros do Governo tal, tal, tal... para assumir encargos, realizar investimentos e tal”*. No n.º 4, diz que *“a câmara municipal pode propor à assembleia municipal a suspensão da aplicação do plano de saneamento financeiro ou de reequilíbrio”*.

Nós podemos propor. Não é isso que estamos aqui a fazer, portanto, não vamos decidir uma coisa que não podemos fazer. Podemos fazer se o quiséssemos propor. Não queremos propor. Não estamos em condições de sair do Contrato de Reequilíbrio Financeiro. Com o Contrato de Reequilíbrio Financeiro continuamos condicionados a termos que cumprir a Lei dos Compromissos. Nós queremos continuar a cumprir a Lei dos Compromissos, que não éramos obrigados. Não éramos obrigados, nem a cumprir o Contrato de Reequilíbrio. Podemos sair do Contrato de Reequilíbrio, se o propusermos, se a Câmara o propuser à Assembleia e não cumprir a Lei dos Compromissos. Nós queremos continuar a cumprir a Lei dos Compromissos, porque é esse cumprimento da Lei dos Compromissos que faz com que a dívida tenha vindo a decrescer, com que haja cada vez mais controlo aqui dentro, para que, rapidamente, a gente possa sair desta situação de dívida. Já não é complicada, mas é uma situação de dívida que queremos que desapareça, pronto.

Portanto, estamos com uma série de compromissos com as populações que temos que acabar. Um dos sonhos era acabar com as cheias. Está a concretizar-se. Era a Ribeira do Livramento, os esgotos que vão para o rio, é o tratamento das praias, são as escolas, a reabilitação das escolas, o tirar o fibrocimento de todas as escolas, pormos a todas as crianças a comerem nas escolas. Fazemos 5 mil refeições por dia. Eram estes sonhos todos. Queremos continuar a fazê-los e a condicionar a despesa aqui dentro. Se não, se tivéssemos muitas vezes a Lei dos Compromissos a ser ultrapassada, não estávamos a fazer esse cumprimento. Nós sabemos que muitos serviços, que necessitam, às vezes, das coisas, necessitam de fazer coisas, pressionariam muito mais rapidamente as outras coisas e rapidamente a dívida, em vez de diminuir, poderia aumentar e não o queremos fazer. É por isso que não saímos do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, que nos continua a condicionar, no sentido de termos, um dia, isto reabilitado. Depois, nessa altura, o município fará o que entender.

Esta é, de facto, uma opção política. Não é por causa do que disse o Sr. Secretário: *“É uma opção política, está aqui na lei”*. Não é por causa dessas coisas da cabeça ou dos pareceres político-partidários que vêm, quer dos secretários de Estado, que aconteceu no Governo PSD, quer dos próprios secretários de Estado do Governo do PS. Não têm validade

nenhuma, tal e qual como uma carta aqui dum ministro. O ministro, o Governo faz um decreto-lei, em relação à descentralização de competências e, depois, há um ministro, não é? A Lei 50/2018, de 16 de agosto, e, no mesmo dia, há um ministro a escrever para todos os municípios, o que eu acho que considero uma vergonha, a escrever para todos os municípios, a dizer *“não liguem a isso, façam, façam. Não é isso que está aqui”*.

Está aqui. Isto foi distribuído por todos os municípios, na Área Metropolitana. Foi distribuído para o país. Nós, na Área Metropolitana, é que comentámos uns com os outros. Isto é uma vergonha, porque uma carta de um ministro ou de um secretário de Estado, não ultrapassa, não tem força de lei, não ultrapassa... está lá hoje, amanhã não está, é destituído ou cai o Governo ou ele sai por qualquer razão. Não é lei, não tem força de lei e, portanto, uma portaria ou um decreto regulamentar ou aquilo que for, tem que ser substituído por outro.

E, portanto, isto sim. Isto, o Orçamento de Estado de 2018, no seu artigo 97.º, é que diz: *“você podem fazer. Quem tiver já as suas contas controladas – que é o caos de Setúbal – pode sair do contrato de reequilíbrio, se o requerer, se apresentar à reunião de câmara, que, por sua vez, solicita à Assembleia Municipal”*. Não é a conversa do secretário de Estado ou não-sei-quê.

Não estamos em condições de fazer isso. Pela Lei dos Compromissos e, também, porque temos ainda dívida por pagar. Temos muitos compromissos, temos muitas coisas por resolver e temos mais de 2 milhões de passe social que se avizinham, que estarão aí pela frente e são mais importantes, pedimos desculpa, do que o abaixamento do IMI, que tem outra repercussão na vida das pessoas mensalmente, não é? Do que na propriedade de algumas pessoas que têm um abaixamento pequeno. É um abaixamento, mas é um abaixamento pequeno.

O ano passado, o ano 2017, tivemos um decréscimo, por exemplo, na Derrama e tivemos um decréscimo no IMT, o que é surpreendente, porque se vendem cada vez mais casas, se fazem cada vez mais transações. Mas também há pessoas, há instituições, há empresas que meteram recursos em Tribunal, aqui há uns anos atrás, contra a Autoridade Tributária, que vieram agora a ganhar, e a Autoridade Tributária nem nos diz quem são, só diz que aconteceu isto. Nem nos diz quem são as empresas, o que é outra ilegalidade, não é? Mas que os governos não dão autorização para dizer os nomes das empresas... Não são as pessoas da Autoridade Tributária. Não dizem quem são as empresas. Portanto, o que é certo é que há processos em Tribunal que as entidades ganham e que eles vão à conta do município e retiram, automaticamente, o dinheiro.

É um processo que a Associação Nacional de Municípios tem debatido com os sucessivos governos, para nos darem conta das entidades que pagam as derramas. Quem paga, quem não paga, quem tem processos em Tribunal, porque, de facto, são impostos que vêm para os municípios e de que os municípios não sabem nada. Sabem que está lá na conta, está na plataforma. Aparece, desaparece o dinheiro. Portanto, perdemos cerca de 1 milhão e 300 mil; IMT, 1 milhão e 100 mil, salvo erro, face ao ano anterior.

Portanto, não estamos em condições de propor isto à Assembleia Municipal, para abaixamento do IMI. Preocupa-nos o facto de o Partido Socialista continuar a dizer *“você não fazem porque não querem”*, porque nós somos obrigados à taxa máxima. A taxa máxima esteve em discussão no Orçamento do Estado do ano passado e o PCP propôs para 0,40.

Como é que você quer que eu diga? *“Lá vem isso?”*. Pois, vem-se dizer isso, mas você votaram contra. Pois, por causa da beneficiação, se calhar, de alguns municípios vossos. Ah, pois, devia ter sido. Por acaso, o Governo estava preocupado era com o Município de Setúbal. Estou tão tocada.... Estou mesmo sensibilizada por isso.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Acabou de dizer que a oportunidade para que o Município de Setúbal pudesse sair foi aprovada pelo Governo do Partido Socialista. Nós votámos contra a posição do Partido Comunista e apresentámos uma alternativa que dava essa possibilidade da Câmara Municipal de Setúbal, se quisesse, sair do Contrato de Reequilíbrio Financeiro.

Portanto, entendemos que era muito mais vantajoso para os municípios que estavam nessa situação, mas essa discussão já nós fizemos há 15 dias atrás. Podemos fazê-la novamente,

4

mas estou perfeitamente convencido que votámos contra e votámos bem, porque tínhamos uma solução melhor.

Sra. Presidente - Se fossemos para uma solução melhor, estávamos a propô-la. Se você sabe da sua vida, nós sabemos da nossa. Pois claro, mas os resultados estão à vista. Os resultados estão à vista. Isso é que é preciso, é nós termos resultados.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 votos contra dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

10. Deliberação n.º 325/18 – Proposta n.º 79/2018 – DAFRH/DIGEF – Finanças Municipais – Lançamento de Derrama para 2019

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 27, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU, 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD e 3 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

11. Deliberação n.º 326/18 – Proposta n.º 80/2018 – DAFRH/DIGEF – Participação variável no IRS

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 28, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU, 4 votos contra dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Fez a seguinte declaração de voto: *“Quer no que diz respeito à derrama, quer no que diz respeito ao IRS, o meu voto contra foi diferente do ano passado. O meu voto contra, este ano, é porque, naturalmente, não sendo possível a redução do IMI - e, se fosse possível, creio que estas duas taxas, por força do equilíbrio das finanças da Câmara Municipal, se poderiam manter no máximo, pelo menos a curto prazo -, nesse caso, acho que, pelo menos, numa das outras poderia haver ou deveria haver essa folga, sendo, que, aí, é que eu acho que podíamos ter limitações legais, mas, pronto, não me quero estender na declaração de voto.”*

12. Deliberação n.º 327/18 – Proposta n.º 81/2018 – DAFRH/DIGEF – Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2019

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 29, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PSD e 3 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

13. Deliberação n.º 328/18 – Proposta n.º 82/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Fornecimento contínuo de gasóleo, para abastecimento das viaturas da frota municipal e da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, no ano de 2019, ao abrigo da Central Nacional de Compras Municipais (CNCM)

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 30 e 31.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Tenho, aqui, duas dúvidas. A primeira é porque é que não foi utilizada a central de compras da AML? É menos competitiva? Gostava de perceber, até porque, sendo uma central de compras dos municípios onde o Município de Setúbal até paga.... Paga para estar na AML, não é?

Sra. Presidente – Paga uma quota, é associado...

Sr. Vereador Paulo Lopes – Paga uma quota e, portanto, o que faria sentido seria que a central de compras da AML tivesse melhores preços. Se não tem, então algo também está mal na gestão da AML, tem que falar lá...

Sra. Presidente – A AML não tem para tudo...

Sr. Vereador Paulo Lopes – Não tem? Não tem mesmo?... A segunda pergunta é... E isto é ignorância da minha parte, assumo, mas, porque isto é um procedimento diferente. Fala, aqui, em ajuste direto, mas, depois, há um preço-base. Portanto, pressupõe que vai haver um... No caderno de encargos diz “ajuste direto”, mas pressupõe que vai haver um concurso, não?

Sra. Presidente – Um concurso de ajuste direto não pode ser...

Sr. Vereador Paulo Lopes – Mas, no caderno de encargos, diz “ajuste direto” ... Ou é um ajuste direto dentro da Central de Compras, que, entretanto, já fez um concurso? Não sei... era isso que eu queria perceber, como é que é o mecanismo, até porque parte-se do princípio que há-de vir mais coisas, mais propostas de aquisição de serviços, dentro desta central ou doutra...

Sra. Presidente – Eles têm... Compram de forma macro e nós compramos a eles...

Sr. Vereador Paulo Lopes – E não há limite, então? De valores? Não há limites de valores, nesta questão destes ajustes diretos a uma central de compras? Não há limite de valores. Pode ser um ajuste direto, a uma central de compras, sem limite do valor global. É isso? Câmara “versus” central de compras, pode ser um ajuste direto. Era isso que eu queria perceber.

Sr. Vereador Nuno Carvalho - Só para referir uma questão, ainda, sobre isto. Esta central de compras, ela até tem alguns municípios da AML. Por acaso estive a ver, já agora, a partir dessa informação. Vi Mafra, vi Oeiras. Portanto, como não há uma exclusividade do Município de Setúbal, pode-se usar uma outra qualquer, por isso...

Mas também tem, ela própria tem tipo Idanha-a-Nova e tem diferentes municípios, lá, que até são sócios, proprietários, têm quotas na central de compras, o que não é o caso do Município de Setúbal.

Portanto, é uma situação bastante comum, para partilhar informação, já agora.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 329/18 – Proposta n.º 83/2018 – DAFRH – Projeto Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal – 2019

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 a 34.

Sra. Presidente – Há, aqui, uma série de taxas que foram ajustadas, algumas foram criadas de novo. Por exemplo, em relação à proteção civil, foi criada de novo. Tudo o que tem que ver com exercícios e simulacros, bem como a ativação da Comissão Municipal de Proteção Civil, ativação da Comissão Municipal da Defesa da Floresta, e, portanto, está aqui, agora, previsto na tabela taxas, que não estava. Se calhar, é, melhor fazerem aqui perguntas.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Fala, aqui, na criação de novas taxas, mas o estudo económico-financeiro, para essas novas taxas, não existe na proposta. Portanto, acho que, ou apresentam até à proposta final - porque isto ainda é só o projeto, não é? O projeto de regulamento - ou apresentam ou, então, isto...

Sra. Presidente – Ainda tem que ir para discussão pública...

Sr. Vereador Paulo Lopes – Exatamente, mas, até lá, têm que apresentar o estudo económico-financeiro destas novas taxas, porque, senão, tem um vício formal que facilmente dá a nulidade deste regulamento de taxas. Portanto, esta é uma daquelas questões formais que têm que ser mesmo cumpridas.

Sra. Presidente – Mas ela, hoje, tem que ser votada, para ir à discussão pública, depois é que vai à Assembleia Municipal. Nós mandamos entregar ao gabinete.

Sr. Vereador Nuno Carvalho - À luz daquilo que já comentei no ano passado - e mantém-se, aqui, esse esse valor -, houve um aumento das taxas sobre as esplanadas, no valor de 25 por cento. Isto, no ano passado, não é neste regulamento. Mantém-se é esse nível de cobrança de taxa, algo que, na minha opinião, como eu referi na altura, considerando que isto é aplicável a muitos estabelecimentos que fizeram aquelas obras, e são obras caras, e não têm flexibilidade de poder retirar a esplanada da noite para o dia, por assim dizer.

Eu, nessa matéria, creio que é importante rever, nesta tabela de taxas. Irei apresentar uma proposta. É uma proposta de alteração do regulamento de taxas, como é evidente, para que esse aumento, que se efetivou o ano passado, seja anulado.

Também não poderia de deixar de chamar a atenção para uma matéria que também está aqui versada e que se mantém, para a qual chamei a atenção o ano passado. Tem a ver com um requerimento, que fiz e, depois, tive aqui resposta na reunião de Câmara, que tem a ver com os marmoristas.

Isto tem a ver com uma questão de interpretação, independentemente de se aplicar, ou não, a respetiva taxa. Creio que a interpretação que está aqui não permite ao Município de Setúbal aplicar esta taxa, porque ela, a forma como está feita e como foi justificada, refere-se a empresas que, dentro do cemitério, façam edificações, ou seja, coisas que não móveis.

Portanto, aí também manifesto a minha discordância, pelo menos da forma como está construída. Até se pode taxar os marmoristas de outra maneira, mas acho que, da forma como está feita, não está dentro daquilo que é um enquadramento legal que permita cobrar.

Portanto, essas são as minhas duas principais oposições sobre este documento, que, obviamente, mantenho, mas também apresentarei uma proposta, tal como fiz no ano passado, mas farei, este ano, sobre essa matéria.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU, 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD e 3 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

15. Deliberação n.º 330/18 – Proposta n.º 84/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Protocolo de cedência temporária de uso e gestão dos campos desportivos da Urbanização do Choilo, em Azeitão, ao Clube Cultural e Desportivo dos Brejos de Azeitão

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 35 a 37, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 343/18 – Proposta n.º 85/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Transmissão da “Concessão de exploração de um terreno municipal para a construção e exploração de um complexo desportivo integrado, em Setúbal” – Concurso Público N.º 33/2017/DAFRH/DIGEF/SECPP

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 38 e 39, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 301/18 – Proposta n.º 50/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Plano de Mobilidade Sustentável e Transportes de Setúbal

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 40 e 41.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Efetivamente, tivemos uma leitura mais profunda. É um documento que, apesar de ser extenso, tem uma leitura relativamente fácil. Fácil, no sentido de se ler, pelo menos da minha parte, com entusiasmo. Agarrei-me aquilo e comecei a ler e fiz aqui alguns considerandos.

Queria partilhar alguns pontos positivos e pontos que nos fazem fazer algumas recomendações para o futuro, pelo menos, até à Assembleia Municipal e depois disso, porque é um documento que não há-de ser um documento fechado, que há-de servir para um plano estratégico. Mas, na sua vertente de plano de ação, há-de estar aberto para novas ações, a incluir nos próximos anos.

Mas, em primeiro lugar, queria dizer, realmente, que o desafio da mobilidade é um dos maiores desafios das áreas urbanas e, até, internamente. Os autarcas do Partido Socialista da Área Metropolitana de Lisboa assumiram um compromisso para a mobilidade para o mandato 2017-2021. Portanto, nós próprios, internamente, temos esse desígnio da mobilidade como uma das bandeiras, digamos assim, para, todos nós, assumirmos, nas freguesias, nos concelhos, no distrito, como uma referência.

Como ambição, fomos buscar os objetivos traçados para Portugal no espaço europeu, que é, até 2030, cortar para metade os veículos a combustão em circulação nas cidades e, até 2050, eliminar por completo a circulação destes veículos a combustão. São objetivos ambiciosos, nos quais os municípios têm uma peça fundamental para o seu cumprimento.

Dizer, também, uma palavra para os técnicos que fizeram este plano. Com a transversalidade de áreas que isto implicou, a TIS foi a empresa escolhida e que fez este plano, mas, com certeza, que houve técnicos da Câmara Municipal de Setúbal que tiveram intervenção e, portanto, deve ter sido um desafio bastante aliciante, até pela responsabilidade que implica.

Isto vai ter que dar frutos, bons ou maus e, portanto, de certeza absoluta, como profissional da área, não aparecem todos os dias desafios desses. Pelo menos, para mim seria, se estivesse envolvido numa equipa destas, trabalhar num plano destes.

Agora, em relação ao plano propriamente dito, podemos concordar, mais ou menos, com o plano, mas não há dúvida nenhuma que temos que evidenciar a importância do plano. O não

ter um plano é que era uma coisa extremamente negativa. Portanto este plano, a implementação deste plano, vai ser, sem dúvida alguma, uma base para muitos outros investimentos dentro da área da mobilidade, que tem uma ligação direta com a qualidade de vida que vai ocorrer aqui ou que nós queremos potenciar no concelho.

Portanto, havendo aqui algumas, poucas, questões com que nós não concordamos, mas, na súmula, na parte genérica, sem dúvida alguma que achamos que é um documento muito interessante e com o qual concordamos nos seus objetivos estratégicos, nomeadamente a promoção da qualidade de vida, uma economia mais eficiente, a promoção de modos de transporte mais eficientes, a promoção de uma utilização mais racional do transporte particular, o sistema de acessibilidades e de transporte mais inclusivo, a redução dos impactos ambientais e o aumento da segurança. Identificamo-nos, perfeitamente, com estes objetivos estratégicos.

Em relação aos objetivos específicos do plano - eram 12, penso eu -, nós queríamos, aqui, realçar cinco: A promoção das deslocações em modos suaves, reforçando o seu papel nas deslocações urbanas, isto é, a requalificação das redes pedonais, e queríamos, aqui, dar especial enfoque aos percursos casa-escola, assim como na expansão da rede de ciclovias, achamos que é muito importante esta questão.

Também valorizamos a promoção dos serviços de transportes públicos de qualidade, área onde existe muito a fazer e que estivemos, há pouco, a discutir, no âmbito da AML, e 2019 é um ano de oportunidade. Aqui, queria, de forma mais veemente, falar da questão das frequências, das melhores condições de acesso e estadia nas paragens. Temos muitas paragens de autocarro que não apresentam as melhores condições para os nossos munícipes, portanto, era importante haver. E o plano fala, efetivamente, em todas estas vertentes e, da nossa parte, obviamente que acompanhamos.

Qualificação do espaço rodoviário, nomeadamente melhoria da rede rodoviária. A Sra. Presidente, há pouco, referiu, na lista de investimentos para o próximo ano, que iria ser uma área onde a Câmara Municipal iria apostar. Esperemos que sim, porque, realmente, a atual manutenção deixa muito a desejar, da rede rodoviária e da sinalética rodoviária. A sinalização horizontal, então, é, praticamente, inexistente no concelho. Já se falou aqui que era a culpa dos pneus, que era a culpa da tinta, que se estava à espera de uma máquina, de uma nova máquina, para aplicar esta sinalização, mas, realmente, acho que deve mesmo ser reforçado.

Desenvolvimento de políticas de estacionamento, a criação de bolsas de estacionamento. Vamos ver essas 47 bolsas se vão dar resposta. Também existem muitas áreas de estacionamento que foram eliminadas, em virtude de obras, de estaleiros, etc. Portanto, entendemos que a questão do estacionamento, que foi muito falada aqui, em Setúbal. Depois, parou, deixou de se falar tanto, mas o problema do estacionamento continua.

Depois, aqui, um último ponto, a aposta em medidas inovadoras na gestão da mobilidade. Nomeadamente, aqui, a questão da criação do Quiosque da Mobilidade e a disponibilização da informação "on-line". Penso que esta implementação de soluções deste género, no âmbito das "smart cities", é, na nossa opinião, realmente uma oportunidade de podermos, aqui, também fazer um "upgrade" naquilo que é uma prestação, o que pode ajudar a melhorar a prestação dos serviços de transportes.

Da análise do plano, quanto aos objetivos, entendemos que existe isto nos pontos positivos. Agora, os pontos que nós consideramos menos positivos. Entendemos que existe uma lacuna em relação a políticas e medidas de promoção de veículos elétricos. Não vi grandes ações. No plano de ações, não vimos nenhuma medida para a potenciação do uso de veículos elétricos. E, aqui, há uma que eu acho que é fundamental, que é a questão da alteração do REUMS, do Regulamento de Edificações Urbanas do Município de Setúbal, no sentido de obrigar a que edifícios novos, pelo menos, e edifícios recuperados tenham tomadas "plug in". Não é uma obrigação.

Hoje em dia, uma pessoa compra uma casa nova, mas não tem, se for preciso, a tomada lá na cave ou cá fora, onde for, para poder ligar o carro. Portanto, eu acho que era algo que nós podíamos, Setúbal, ir na vanguarda e podermos alterar o regulamento, para obrigar, de

alguma forma, que as novas construções e as construções que são reabilitadas possam ter este tipo de soluções.

Outra lacuna importante, neste plano, é a ausência de referência à criação de uma rede de corredores de emergência. Acho que, sendo o hospital um dos equipamentos que até gere mais fluxo de trânsito interno, no concelho, mas, independentemente disto, os corredores de emergência seriam para outro tipo de utilização. Eu penso que não há uma indicação específica, sobre esta matéria, no plano. Penso que deveria haver.

Depois, seria interessante se o executivo pudesse, visto que este plano tem um horizonte de concretização para 10 anos, o que é que pensam? Quais destas quais destas ações, que estão previstas no plano de ação, pensam fazer neste mandato, até ao fim do mandato? Era interessante perceber o que é que está no imediato, médio prazo.

Os 12 planos de ação, enfim, são variados, mas há aqui um que nós discordamos. Mas, por aquilo que eu ouvi há pouco, da intervenção da Sra. Presidente, também não vai ficar como está, que é na questão da mobilidade de acesso às praias. O que o atual plano prevê é a manutenção de interdição total nos dois sentidos, naquele troço que esteve fechado este ano. Mas, há pouco, a Sra. Presidente disse que, em princípio, isso iria ser diferente, até porque o plano tem lá esta medida.

Sra. Presidente – Mas foi feito antes daquilo.

Sr. Vereador Paulo Lopes - Pois, portanto, era importante, mas a sua intervenção esclareceu.

Em relação à questão do programa de execução, é interessante que o próprio, quem fez o plano, reconhece que o plano, tendo um espaço temporal de 10-15 anos, tem aqui questões que são quase impossíveis de realizar neste tempo. Portanto, o próprio plano identifica projetos estruturantes com impacto muito significativo nos transportes e na mobilidade, mas, depois, também diz que, num cenário futuro, só numa situação proactiva, em que haja mais instituições, é que podem ser realizados.

Portanto, de alguma forma, eu quase que diria que temos aqui um plano excelente, em termos de papel, em termos teóricos, mas, depois, vai ser a concretização deste plano que vai, enfim, condicionar o sucesso do mesmo.

Da nossa parte, votaremos favoravelmente o plano e gostaríamos que houvesse, realmente, no futuro, alguma menção às duas questões que levantámos, da rede de corredores de emergência e a questão da mobilidade elétrica, e que, no futuro, também se pudesse, de uma forma muito pragmática, disséssemos “até ao fim do mandato, o nosso objetivo é para isto, isto, isto, isto...”, para nós, também, podermos ver o acompanhamento da realização deste plano.

Para nós, era importante percebermos se, realmente, este plano vai ser uma prioridade na sua realização ou se vai servir, apenas, para algumas candidaturas e algumas áreas, mas, depois, tudo o resto vai ficar em “stand by” e não vai passar do papel.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – A minha intervenção não vai ser tão extensa, mas registei muitas situações com as quais partilhei preocupação, portanto, não vou repeti-las, naturalmente.

Sobre esta matéria, eu acho que o enquadramento aqui - e este plano é anterior a isso -, o enquadramento naquilo que é nova estratégia de mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa, vai permitir que, automaticamente, possa ter muitas respostas, especificamente até sobre aquilo que é a vontade de retirar autorização da viatura automóvel, porque, como é evidente, aquilo que será a prioridade do transporte coletivo será o transporte escolar, ou o transporte casa-escola, e o transporte casa-trabalho, porque são aquilo que são as necessidades mais pertinentes e prementes, no que toca à necessidade de contemplar falhas de abrangência territorial e, também, disponibilidade horária.

No concelho de Setúbal, nós verificamos isso quanto ao IPS e também verificamos isso em muitos locais de trabalho, em que, de facto, há uma necessidade dessa cobertura de rede, que permita que a poluição automóvel possa, efetivamente, ser substituída.

Portanto, isso é um processo que foi iniciado agora e que permite ir de encontro à ambição deste plano. Contudo, aquilo que são algumas alterações que estão aqui, que vêm a ser preconizadas, nunca poderão deixar de, também, ter um acompanhamento, face àquilo que é a realidade. O que eu quero dizer é isto: A tendência deverá ser, num médio-longo prazo, que os municípios sejam muito mais *“friendly users”* para os peões, para bicicletas e isso obriga a que as estradas não ocupem tanto espaço, os passeios ocupem mais espaço, as ciclovias ocupem mais espaço.

Só que, se essa tendência não acompanhar as obras, nós poderemos fazer com que o estreitamento de vias só leve a maior engarrafamento e, porventura, até a eliminação de lugares de estacionamento, leve a que as pessoas, não se habituando à desutilização automóvel, continuem a utilizá-lo.

Portanto, aqui, a campanha de sensibilização para aquilo que se quer fazer com este plano de mobilidade, que é um plano de mobilidade que está integrado e em linha com aquilo que todos nós devemos querer fazer e que a geração dos *“millennials”* fala sempre, inclusive que nós temos que caminhar para veículos elétricos, nós temos que caminhar para o *“car sharing”*, em que eu não sou proprietário do veículo, eu utilizo o veículo que está disponível por utilizar, tal como hoje se utilizam as bicicletas em Lisboa, ou coisa que o valha, e que é uma modalidade que, muito provavelmente, nos próximos 20 anos, vai estar cada vez mais implementada, não poderá ocorrer no Município de Setúbal, creio eu, nos próximos tempos, com a celeridade que talvez se queira, se não houver essa campanha de sensibilização.

Há muitas pessoas que não percebem porque é que, às vezes, há estreitamento de vias e, acima de tudo, tem que perceber que vai começar a haver uma alternativa. Eu acho que este ponto é fundamental, porque este tipo de planos de mobilidade, se não forem adaptados aos hábitos ou se os hábitos das pessoas não os acompanharem, aí é que nós podemos cair por terra. E o Município de Setúbal não é a mesma coisa como Lisboa, em que, de facto, há uma dinâmica diferente, há uma escala diferente, há uma massa crítica diferente, até, inclusive.

Nós somos um município muito habituado à utilização do automóvel e eu creio que este plano, de facto, tem um objetivo muito bom e muito concreto, nessa matéria, mas, aqui, a informação e sensibilização - e eu sei que isto foi apresentado no Fórum Luísa Todí, etc, portanto, tem vindo a ser falado - , mas, agora, nas implementações, aqui e acolá, especialmente aquelas em que se tem como objetivo fazer com que não o automóvel comece a ser substituído por outros meios, se não for explicado, a resistência será cada vez maior, as pessoas acham que podemos estar a criar um problema, em vez de analisar que estávamos a criar uma alternativa.

Eu acho que essa matéria é muito importante e, com certeza, que, daqui a 20 anos, não vai ser um caso. Há uma nova geração, aí, que vai surgir e que vai estar habituada e vai estar a apontar para isto. E, nesse sentido, é mesmo um plano de futuro.

Não queria, também, deixar de referir, como é evidente, nesta matéria, como focou ali o Vereador Paulo Lopes... Eu não ia focar, mas a questão dos veículos elétricos é muito importante. Acho que é uma questão muito bem frisada e, especialmente, temos por base aquilo que é também a carga, a rapidez com que se carrega o veículo elétrico, porque isso é uma questão que é muito falada. Há muitas pessoas que têm veículos elétricos e encontram diferentes problemas na sua utilização, no dia-a-dia, dentro de uma cidade, porque se estacionarem no sítio e o puserem a carregar, ele demora muito mais tempo, porque há uns que são mais rápidos e outros que são mais lentos a carregar. Essa matéria muito importante, porque se nós queremos uma cidade que, de facto, caminha para aí, não deixa de ser relevante.

Só, por último, feito o esclarecimento e para mesmo registado, a questão daquilo que são os acessos às praias vai caminhar... E, aqui, peço só um bocadinho a atenção da Sra. Presidente. Desculpe lá, é só mesmo para confirmar esta situação. A questão do acesso às praias vai mesmo caminhar para aquela situação controlada, mais mista, por assim dizer, que

falámos, controlada, não descontrolada como estava dantes, mas mais mista, mais controlada, e, portanto, isto que aconteceu no ano passado é o primeiro passo. É a situação de que estamos a falar e, assim sendo, também merece o nosso voto favorável, como, de resto, já tinha sido dito, quando, na altura, falámos sobre isso.

Sr. Vice-Presidente – Não está aqui nestas bancadas, mas estamos a ouvir aquilo que eu não exagero se considerar, entre nós, o paladino da mobilidade sustentável. É ali aquele Sr. Presidente da Assembleia Municipal atual, o Sr. ex-Vereador André Martins, que, desde há uns anos para cá, conduziu os trabalhos de preparação deste plano de mobilidade sustentável, persistentemente, porque não é fácil de fazer. Não é fácil, porque aquela referência que o Sr. Vereador Nuno Carvalho, agora, está a fazer, aos hábitos das pessoas, que é difícil demovê-las e mobilizá-las e mudá-los, isso também acontece nos serviços públicos.

Fazer compreender a importância e a transversalidade de um plano desta natureza não é fácil para a população em geral, mas também não é fácil para os serviços. É preciso fazer o caminho e temos feito esse caminho internamente e, também, com alguns outros paladinos que são os técnicos, dois ou três, um pequeno grupo, que tem trabalhado nesta matéria e que tem conseguido levar, naturalmente, depois, com a empresa da especialidade que elaborou o plano, mas que tem acompanhado e conduzido e que nos permite, hoje, ter um instrumento fundamental para uma coisa muito simples, que é saber o que queremos quando estamos a propor coisas para a tal rede de transportes, coordenada ou articulada, na Área Metropolitana de Lisboa. Sabemos o que queremos com fundamentação.

Mas, também está entre nós, mas nas bancadas, quem não tenha compreendido essa necessidade de mudar os modos de mobilidade e nos tenha, aqui, acusado várias vezes, na cara, de andarmos a transformar avenidas em ruelas.

Olhe, a resposta deu-a o Sr. Vereador Nuno Carvalho. É dar espaço ao peão e não deixar o automóvel, julgo que, a esta altura, dá para perceber esta discussão, como é que o Sr. Vereador não compreendeu a importância das mudanças que estavam a fazer naquelas avenidas em que se encurtou o espaço para o automóvel e se alargou o espaço para o peão e para as bicicletas, que também lá estão as ciclovias, os modos suaves.

Este plano não é um plano de papel. Também não é fácil entendermos a importância destas mudanças e só somos capazes, em certa altura, de argumentarmos politicamente que estão a fazer mal, é uma asneira, na criação de espaço para o peão e para a bicicleta, para os modos suaves, limitando o uso do automóvel ou o à-vontade da ocupação de espaço de via pública que o automóvel sempre teve. É a coisa importante, o automóvel passa à frente do peão, passa à frente da bicicleta, passa à frente de tudo, não é?

Esta discussão tem muito interesse. Nós, hoje, podemos ver que já estamos a fazer e os senhores podem aferir que estamos a dar cumprimento, no trabalho que vamos fazendo, a este plano de mobilidade sustentável, na sua fase de preparação. Logo, é fácil deduzir que queremos executá-lo.

Agora, atenção, um plano que não é para a gaveta é para ser posto no papel e é preciso que as intervenções na via pública que têm sido feitas e que estão a continuar a ser feitas e vão continuar, vamos monitorizar isto, a ver se estão de acordo com os objetivos do plano e os meios de ação lá propostos, ou não.

É claro que eu estou convencidíssimo que os objetivos de modificação dos modos de mobilidade são curtos no plano, estão cautelosos. Eu julgo que na década a que ele se destina, nós vamos assistir a uma mudança de usos de mobilidade mais rápida do que aquela que está prevista, uma percentagem maior. E, sobretudo, se, conjugadamente, acontecerem estas coisas, tomarmos conta do sistema de transportes públicos coletivos de passageiros e os utilizarmos. Se fizermos isso, esta transição vai ser muito mais rápida.

Mas tem toda a validade... Ainda bem, gostei de ouvir que há um partido que está com responsabilidades no Governo e que assume, entre os seus autarcas, a prioridade das questões de mobilidade. Ainda bem, é importante que se faça e tem razão de ser aquilo que

diz o Vereador Paulo Lopes, medidas como a obrigação de, nas habitações, no edificado, haver tomadas.

Só lhe falta aquilo que sempre faltou, à questão da mobilidade elétrica, que é a decisão governamental. É que o primeiro o que se armou em paladino, a nível nacional, sobre isso, foi precisamente um ministro socialista, o ministro José Sócrates. Quis pôr mobilidade elétrica em todo o lado, disse que ia haver uma rede e punha a Renault e produzir carros elétricos, porque andava aí um mercado privilegiado.

Isto é importante. Criou-se uma medida de mobilidade elétrica de abastecimento, que é a rede que está aí, que está a ser desativada, porque a EDP não está disposta a pagar o resto da vida e mais três dias a energia que o Governo nunca mais consegue regulamentar.

Portanto, nem foi Sócrates, não foi Passos Coelho, não é Costa, ninguém vai ser. Vocês, Partido Socialista, para a gente se dar bem na geringonça, têm que apertar com o vosso Governo, porque isto tem que ficar resolvido, não pode ser eternamente adiado. A questão da mobilidade elétrica está a ser adiada pelo Governo e nós sabemos como é difícil afrontar o “lobby” dos combustíveis. Eu não quero dizer que seja só por isso, agora, para o afrontar, têm que se tomar medidas.

Para fechar, isto é um plano de mobilidade, é para ser feito, é para ser monitorizado, é para ir sendo acompanhado e sendo alterado, em termos de medidas e em termos de ajustamento objetivo. Não é para ficar exatamente como está, é para ir sendo acompanhado, monitorizado e adaptado.

Portanto, julgo que, aqui, devíamos fazer facilmente um consenso, também, que hoje é o dia do consenso. Acho que, por ser véspera do Dia de Todos os Santos, deve haver, aqui, alguma inspiração divina para acontecer esta reunião hoje.

Sra. Presidente - Em relação às questões colocadas pelo Sr. Vereador Paulo Lopes, queria dizer que Setúbal é um dos primeiros municípios a aderir ao projeto Sócrates. Foi dos primeiros municípios a ter a rede MOBI.E.

Sr. Vereador Paulo Lopes - Quando falei numa alteração ao regulamento, era para, por exemplo, num prédio, numa cave, nada obriga, não há nada no regulamento nem na legislação, que obrigue a deixar lá tomadas de carregamento, por exemplo, para os carros elétricos. Era nesse sentido, não era na via pública.

Sra. Presidente - Na via pública, fomos dos primeiros a aderir ao MOBI.E.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Eu sei, era a tal rede a que o Vereador Manuel Pisco se estava a referir. Mas, por aquilo que ouvi, brevemente vai ser feita a liberalização, portanto, de fornecedores, para começarem a prestar serviço na venda de eletricidade para os postos de abastecimento. Os postos vão ser do Estado, mas, depois, quem fornece a eletricidade há-de ser os vários operadores. Mas isso está para breve, por aquilo que eu ouvi.

Sra. Presidente – O regulamento do nosso estacionamento prevê, ou define, privilégios para veículos elétricos. As taxas de estacionamento são mais baixas.

Em relação às redes de corredores de emergência, esta rede de corredores de emergência tem uma definição em plano próprio de gestão da proteção civil, para os corredores de emergência. Não tem enquadramento aqui, neste plano de mobilidade, segundo indicações do IMT. Não pode ter aqui, tem que ter um plano próprio, feito na área da proteção civil. Podia estar anexado.

Eu não sei se ele já está feito, mas estou a informar, porque ali as meninas, que são espetaculares, dizem logo. Elas pensam em tudo. Tudo. Portanto, vieram logo dizer que a resposta é esta.

E dar aqui, mais uma vez, um voto de louvor a outro grande serviço do município, que trabalha muito e bem. E bem. Sabem o que fazem.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 331/18 – Proposta n.º 51/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Conversão a sentidos únicos da Rua da Paz, Travessa do Celeiro e Travessa de São Simão - União de Freguesias de Azeitão

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 42 e 43, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 332/18 – Proposta n.º 52/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Estudo de circulação e estacionamento automóveis, nas Ruas Bordalo Pinheiro, Augusto Cardoso e vias adjacentes - União de Freguesias de Azeitão

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 44 e 45, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 333/18 – Proposta n.º 21/2018 – DOM – Empreitada “Reabilitação do Bairro das Manteigadas – Eficiência Energética” – Concurso Público – Adjudicação

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 46 e 47.

Sr. Vereador Nuno Carvalho - Só uma pergunta simples, só porque está aqui esta contestação e não consigo perceber qual é a importância da contestação, porque o concorrente que ficou em segundo lugar faz referência ao anexo 3, que eu não sei se é uma questão relevante ou não, vê-se é que ele tem um preço mais elevado. Mas, esse anexo 3, pode-me explicar o que é?

Ele diz, aqui, na sua contestação: *“O facto é que a alínea a) do artigo 13.º da proposta do programa do concurso, que serve a todos os concorrentes, que seja apresentada a proposta de acordo com o modelo DOA (anexo 3). Verificamos que o modelo entregue por quem ganhou - pela DAPE, Ld.ª - não está conforme”*. Naturalmente que o júri deliberou dizendo que isto não era relevante, mas eu não sei o que é o anexo 3. É só uma pergunta.

Sra. Presidente – Aqui a nossa chefe de divisão, que é outra “máquina”. Isto é só “máquinas”, meu Deus... Dr.ª Raquel?

Ela está a dizer que é com a Eng.ª Lénia, que é das obras, não é com ela. Temos que procurar as duas. Acho que não vale a pena estarmos, aqui, à procura do anexo 3...

Dra. Raquel Levi – Eu tenho aqui. Eu tenho aqui, mas não estou familiarizada. Tenho que pesquisar, porque isto tem a ver com o concurso...

Sra. Presidente - Ela gere o parque habitacional, não gere as obras... Eu também não.

Dra. Raquel Levi - Mas posso procurar...

Sra. Presidente - Quer ver? Tem aqui?

Dra. Raquel Levi – Tenho. Tenho o processo todo.

Sra. Presidente – Está? Ainda em relação a esta proposta, dizer que é com muita satisfação que a gente vai dar início a esta obra, que é uma obra muito ansiada, quer pelos moradores, quer pelos nossos técnicos, que vivem ali, praticamente, todos os dias, nos bairros, e, portanto, ouvem e veem o sofrimento que as pessoas vivem, não é? De prédios que foram feitos sem parede. Eu acho que esta gente devia ter sido toda presa, na altura. Sem parede, quer dizer que a parede de um é a parede do outro. Percebem? Uma vergonha e, portanto, aquelas infiltrações, aquelas janelas, tudo muito mal feito. Provavelmente, sem fiscalização da obra. Como é que foi possível aquilo acontecer?

Portanto, é evidente que, hoje, as pessoas estão ansiosas que esta obra se faça, porque, de facto, as janelas podem ser todas alteradas, as coberturas todas removidas e isso implica, depois, só, pintarmos nós as fachadas e termos, ali, aqueles prédios totalmente reabilitados. Portanto, acho que isto, hoje, é um dia de grande alegria para nós.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 334/18 – Proposta n.º 17/2018 – DAAE/DIEV – Fixação do preço das refeições servidas no refeitório do Viveiro das Amoreiras

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 48, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 335/18 – Proposta n.º 18/2018 – DAAE/DIHU – Tarifário de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Setúbal para 2019

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 49 e 50, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PSD e 3 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

23. Deliberação n.º 336/18 – Proposta n.º 104/2018 – DCED/DICUL – Doação do valor da bilheteira do espetáculo “Dança para Todos – Gala Solidária de Danças Sociais”

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 51, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 337/18 – Proposta n.º 105/2018 – DCED/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 52, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 338/18 – Proposta n.º 106/2018 – DCED/DISOC – Setúbal, Território Intercultural – Plano Municipal para a Integração de Migrantes – 2018-2020

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 53 a 55, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

Sr. Vice-Presidente – Fez a seguinte declaração de voto: *“É um trabalho de fundo que está aqui. Eu suponho que isto é conduzido pela DISOC, pela sua chefe de divisão, Dra. Conceição Loureiro, não é? Não li tudo atentamente, confesso, mas, por aquilo que vi, está aqui um trabalho de fundo, para um trabalho numa área de intervenção difícilíssima. E a coragem de o fazer apresentar merece uma nota de mérito que eu não quero deixar passar.”*

26. Deliberação n.º 339/18 – Proposta n.º 107/2018 – DCED/DISOC – Voluntariado de Mãos Dadas Acácio Veiga – Centro Social Paroquial D. Manuel Martins. Apoio financeiro

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 56, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

27. Deliberação n.º 344/18 – Proposta n.º 12/2018 – GVRO-DIEDU – Aditamento ao Acordo de Cooperação no âmbito da Educação Pré-Escolar para o ano letivo 2017-2018

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Ricardo Oliveira, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 57 e 58, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

28. Deliberação n.º 340/18 – Proposta n.º 19/2018 – DAAE/DIAES – Anteprojeto de Regulamento dos Horários dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Setúbal

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereadora Eugénia Silveira, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 59 e 60, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 9 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD.

29. Deliberação n.º 341/18 – Proposta n.º 20/2018 – DAAE/DIAES – Anteprojeto de Regulamento de Comércio e Retalho Não Sedentário do Município de Setúbal

A Sra. Vereadora Eugénia Silveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 61 e 62.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Lemos o regulamento e temos aqui algumas questões, mas vamos apresentá-las depois, porque ainda é o anteprojeto, mas há aqui uma questão que eu gostava de perceber, por que estão a proibir a venda ambulante ou a venda não sedentária? Prefiro a venda ambulante, como o vice-presidente Manuel Pisco há pouco aqui disse, mas nas praias há alguma razão específica? Porque é que estão a proibir esse tipo de comércio nas praias? Não faz muito sentido.

Sra. Vereador Eugénia Silveira – É uma forma de se condicionar, quem quiser vender tem de vir à câmara pedir e dizer o que é que vai vender.

Sr. Vereador Paulo Lopes – No regulamento, no artigo 12.º, zonas de proteção, “*É proibida a venda ambulante no centro histórico...bem como nas praias do concelho*”, acho que não faz sentido. Pelos vistos fui o único que leu o regulamento, à exceção da vereadora do pelouro.

Sra. Vereadora Eugénia Silveira – Senhora Presidente como é um aspeto mais técnico, posso pedir ajuda à Chefe da Divisão de Fiscalização, à Dra. Ana Sofia, que já agora apresento como a nova Chefe de Divisão.

Dra. Ana Sofia – Se articularmos o artigo 12.º com o artigo 8.º, número 4, por acaso não é o número 4 porque está mal numerado, será com o artigo 8.º, número 7, ver-se-á que as zonas de proteção não são zonas proibidas, ou seja, são zonas que são condicionadas. Tendencialmente não deve lá haver venda ambulante por motivos ponderosos como, pelos vistos, será um dos casos tradicionais da bola de berlim. Porque é que as praias estão aqui? Porque as praias são praticamente impossíveis de fiscalizar, dada a sua dimensão. Motivos ponderosos que a câmara considere que devem ser autorizados, por isso é que estão nas zonas de proteção e não em zonas proibidas. É proibida a venda ambulante nas zonas de proteção, com exceções que a câmara assim o considere. Poderá e será melhorado.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

30. Deliberação n.º 342/18 – Proposta n.º 03/2018 – GAVPS – Recomendação à APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA e Assembleia Municipal de Setúbal para a criação de uma Comissão de Acompanhamento referente ao Projeto e Obra de Melhoria da Acessibilidade Marítima ao Porto de Setúbal

O Sr. Vereador Paulo Lopes leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 63.

Sr. Vereador Paulo Lopes – O Partido Socialista apresenta aqui uma recomendação à APSS e à Assembleia Municipal, mas no seguimento da última reunião de câmara e da discussão de um documento apresentado pelo vereador Nuno Carvalho, foi, pelo menos, consensual que havia muita falta de informação e necessidade de se criar sessões de esclarecimento que pudessem de uma forma bastante objetiva fazer com que muitas das questões que andam nas redes sociais, na sociedade civil e mesmo até nalguns partidos, pudessem ser respondidas.

Na altura tomei, digamos, a proposta da última reunião de câmara, portanto, para hoje apresentar uma recomendação à APSS para que realmente seja promotor de sessões de esclarecimento públicas e que também, pegando num artigo das recomendações da antiga proposta, fosse criada uma comissão de acompanhamento no âmbito da Assembleia Municipal, onde, além dos partidos com representatividade na Assembleia Municipal, também pudessem estar os técnicos que vão fazer o acompanhamento da obra e as entidades com interesse direto neste projeto, nomeadamente os operadores económicos, os operadores turísticos, a comunidade portuária, as associações de defesa do ambiente, plataformas de participação cidadã, etc.

Porquê a câmara? Porque a câmara sendo representante por excelência, representante política de todos os setubalenses e azeitonenses e não sendo a obra, quero aqui frisar isso, não sendo a obra responsabilidade da Câmara Municipal, penso que essa comissão de acompanhamento deveria ser liderada pela Assembleia Municipal, que é o órgão por excelência que pode receber todas estes contributos e ser o local de debate e de acompanhamento desta obra.

Sr. Vice-Presidente – Estou surpreendido com esta recomendação e não consigo descortinar a coerência entre a intervenção que o senhor vereador fez na reunião anterior quando o vereador Nuno Carvalho apresentou uma recomendação semelhante para a criação de uma comissão de acompanhamento. Não entendo, tal como não entendo a posição que em sede exterior num jornal emitiu uma opinião com uma conclusão muito simples, *“Admitimos então a primeira fase das dragagens, mas pare-se lá com a segunda”*. Acho que isso é temerário.

Não há nenhum fundamento técnico que até agora tenha sido apresentado para dizer que até que é bom, mas dali para a frente é mau.

O que está aqui a propor em termos de decisão e a argumentação que apresentámos perante a proposta da deliberação do senhor vereador Nuno Carvalho é mesmo uma confusão institucional. Há de reconhecer que misturar a Agência Portuguesa do Ambiente, que é a entidade fiscalizadora do ambiente, para fazer depois um acompanhamento mais informal, ela tem que fazer o acompanhamento formal, oficial e a monitorização, não vai participar num grupo de trabalho para acompanhar aquilo que lhe compete por lei acompanhar, não entendo. Isto é um bocadinho como aquela proposta, e nisto o senhor vereador Nuno Carvalho foi um pouco novo nestas propostas, mas os senhores da bancada do Partido Socialista já não o são, recordo-me da insistência com que fizeram a proposta de meterem a câmara na gestão do Vitória Futebol Clube.

Era uma comissão para salvar o Vitória e a câmara a meter-se, e mais não sei quem a meter-se. Isso não faz sentido, cada um tem a sua autonomia, até porque as medidas, outra vez e agora então por maioria da razão, que foram tal como nós dissemos e que, em relação à intervenção do senhor vereador Nuno Carvalho, estavam a acontecer, a APSS já estava a fazer as reuniões, estava a atender as pessoas, estava a tomar conhecimento das posições e daí resultaram posições de pesca que, nomeadamente, assumiram logo a seguir.

Isto está a acontecer e agora, desculpe lá que lhe diga, mas parece-me que isto é querer ficar bem com Deus e com o Diabo, não vá o diabo tecê-las. Se alguma coisa correr para o torto, dizemos que também estávamos e que pusemos lá um travão, mas se correr bem foi com as nossas cautelas que isto correu bem. Não me parece apropriado, portanto, proponha que se mantivessem as coisas nos termos em que as deixámos quando votámos a proposta do senhor vereador Nuno Carvalho.

Não temos que fazer esta mistura institucional, cada um está a cumprir o seu papel, não há razão para invocar outra coisa, parece-me que aqui não se propõe logo uma medida, são, outra vez, aquelas habituais, as que criticamos, primeiro decide-se e depois estuda-se.

Então damos credibilidade aos estudos técnicos e à qualidade científica técnica da APA e de quem avaliou? Mas tomámos uma decisão, esta parte vale e a outra seguir já não vale, mas por alma de quem? Com que fundamento?

Não havendo fundamento nisto proponho que se vote contra esta proposta.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Não me inscrevi inicialmente de propósito, seria normal que talvez que quisesse até ser o primeiro a falar, mas presumi, com toda a sinceridade, que esta proposta vinha aqui porque a CDU se ia abster ou ia votar favoravelmente, porque era a única razão pela qual faria sentido. Ou seja, se porventura os partidos mudassem de posição então fazia sentido repetir uma proposta, porque ela é uma repetição, não na sua íntegra, mas repete, pelo menos, uma ideia de princípio daquilo que propus aqui na última reunião de câmara.

Não há mal nenhum nisso, não há mal nenhum em repetir e vincar as nossas ideias, nós podemos propor em cada reunião de câmara uma proposta de redução de IMI, nada nos impede, por exemplo, agora temos é que procurar eficácia nas respostas que fazemos e não consigo compreender a eficácia, confesso-vos.

Já agora vamos à parte da notícia do jornal, que também não compreendi, e com certeza que irão explicar a questão da primeira e da segunda dragagem. Não compreendi o porquê disso e já vou explicar porque é que não compreendi.

Relativamente a este documento, na altura quando discutimos aquela recomendação, independentemente se podemos discordar ou concordar sobre a forma como queríamos ou não juntar algumas partes que não incluía a APA, e agora está a APA e acho que aqui não faz sentido.

A APA tem um papel próprio e diferente, aqui não faz sentido, e também, muito sinceramente, falar da Assembleia Municipal, é que esta não tem competência técnica. Costumo assistir às Assembleias Municipais e nunca vi lá ninguém, sem ser o PAN a fingir que sabe alguma coisa sobre ambiente, a falar com propriedade sobre esta matéria.

Não acho que a Assembleia Municipal aqui vá ajudar e o objetivo da outra recomendação era ajudar a que não houvesse divergências. Porque é que pretendia que as pessoas se sentassem à mesa? Porque em fase de consulta pública, que não foi dirigida por esta Câmara Municipal e nem tinha que ser, a APSS fez uma consulta pública de uma forma tímida, discreta, quase inexistente, aliás, compare-se com aquilo que é o terminal de contentores do Barreiro, uma coisa não tem nada a ver com outra, ainda que estejam mais entidades envolvidas e esse é o grande problema. Os pescadores têm muita razão que tenha sido suspeitada a lei de consulta pública, porque foi, tinha sido suspeitada a diretiva comunitária, mas não é culpa desta Câmara Municipal.

Podemos assumir posições sobre as dragagens, mas o processo em si, este processo, se tivesse sido feito de uma forma mais publicitada a APSS não tinha que estar a explicar agora, e para mim essa é a principal questão.

Se me perguntarem se, do ponto de vista ambiental, posso afirmar com clareza o que é que é bom e o que é que é mau? Não! Mas a APA diz lá o que é bom e o que é mau do ponto de vista ambiental. A divergência que aqui nasce da parte de algumas entidades, é porque consideram que aquele dano não compensa e por isso é que eu falava no estudo de impacto económico, porque, caso não saibam, a melhor forma de salvar o projeto das dragagens seria com o estudo de impacto económico. A avaliação ambiental tem que incluir um estudo de impacto económico em que vai calcular o risco do dano e vai calcular qual é o impacto desse mesmo dano, do ponto de vista ambiental, mas económico também. Era isso que era suposto fazer-se e é isso que não está lá.

Quando coloquei na outra recomendação o impacto económico num estudo à parte, era para não inviabilizar o estudo de avaliação ambiental, porque é isso que se quer fazer com estes processos que são colocados em Tribunal, é valorizar ou dizer que aquele estudo está incompleto ou está mal feito, o que obriga a repetir o processo todo e lá se vão os fundos comunitários. É preciso saber explicar e falar sobre isto, agora repetir esta matéria desta maneira, desculpem lá, mas só faz sentido retirar esta proposta.

Vocês aqui não estiveram bem e ainda para mais põem num jornal a dizer que nas dragagens a 2.ª fase não faz sentido. Se vamos fazer a dragagem é a mesma coisa que dizer que vamos fazer uma autoestrada, duas faixas para cá e duas faixas para lá, mas depois dizemos que só se vai fazer uma faixa para lá e uma faixa para cá. Qual é o objetivo? É esta a analogia, a

APSS diz no jornal que são 3 mil postos de trabalho e vocês dizem para ficarem só pelos 1,500, só com a 1.ª fase da dragagem.

Sei como é que funciona a comunicação social local, desculpem lá, agora vou falar frontalmente, porque apareceram lá de uma forma muito bonita e as coisas são verdadeiras ou são mesmo bonitas. O que está aqui a ser feito, não está bem-apresentado.

Têm que ouvir isto, nem é esta a forma de fazer oposição, então vocês vão atrás deste tema, vocês têm que liderar o tema se quiserem ou então não o introduzem.

Não vale a pena rir. Por muito que riam, desculpem lá, agora vocês vão ter que ouvir aquilo que têm que ouvir, o PS, se quer assumir um pedido sobre esta matéria, assume frontalmente e diz o que é e ao que vai, não é assim, não há cá meios termos. Quem quer estar no meio sabe o que acontece, o comboio passa por cima.

Meus senhores, vocês são o principal partido da oposição, vocês não são o partido eleito com um vereador, têm três, vocês lideram a oposição, quer eu queira, quer não, quer vocês queiram, quer não.

Aquilo que está aqui a ser feito com esta recomendação, em que *“Eu gostei muito daquele filme do Rocky, mas só gostei do Rocky I”* e vocês estão com o Rocky II, eu não gosto do Rocky II. Isto é o quê? O que vocês estão a fazer? Têm que ter consciência que efetivamente a vossa posição política sobre as dragagens e a repetição deste tema da forma como está feito, está mal feito, e acho que o melhor que tinham a fazer é retirar. Se querem assumir uma posição verdadeiramente política assumam-na e assumam-na em comparação com certos pontos a ponderar.

Na primeira vez em que discutimos isso ainda não estavam abertos os pedidos de consulta para o título de utilização privativa no espaço marítimo, ou seja, o sítio onde vai ser feito o aterro, aquele que é mais contestado, há uma série de entidades que podem dizer que querem utilizar aquele espaço, até a Secil já disse que queria utilizar. É preciso ler e acompanhar se quer falar sobre o tema. Sei que não somos vereadores a tempo inteiro, mas se queremos abordar isto com esta complexidade temos que queimar pestanas. Fazia sentido, na altura, quando tentámos sentar as partes à mesa, porque isto ainda não estava a decorrer, e foram feitos 20 pedidos para a utilização onde vai ser o aterro mais contestado na zona delta.

Foram feitos 20 pedidos, porque os operadores marítimo-turísticos, os pescadores e outras entidades disseram que precisavam de usar aquele espaço, o que não faz sentido, tem que ser alterado. Por isso é que a consulta pública deveria ter sido paralisada e por isso é que as pessoas tinham que sentar à mesa antes de tudo isto acontecer. Toda esta é que faz perder fundos comunitários, a falta de bom senso é que faz perder fundos comunitários.

Não é que tenham falta de bom senso, não compete a vocês, mas competia-vos estudar bem esta matéria antes de fazer desta maneira, está desfasado, o mundo não anda cada vez que há uma reunião de câmara. O mundo continua a andar, ainda para mais, na semana em que nós discutimos isto não estava ainda a decorrer no Parlamento as audiências e agora já estão a decorrer, já foi lá a SOS Sado, já foram lá biólogos, a matéria já não está aqui, já passou o âmbito da Câmara Municipal, estamos no limite de poder fazer alguma coisa na Câmara Municipal e vocês votaram contra e agora estão a propor isto, porquê? Para fazer o quê?

Agora digo-vos mais, até o PAN com aquela forma enfiada que foi ao site da Comissão Europeia e enviou uma queixa, que qualquer cidadão pode fazer e tentou pôr isso nas notícias, até o PAN nesta matéria acabou por ser mais consequente.

Anuncio-vos que o PSD no Parlamento Europeu, porque na Assembleia da República fomos o primeiro partido a pedir audiência, vai fazer uma pergunta com carácter de urgência à União Europeia, vai ser o deputado Carlos Coelho que vai fazer essa pergunta à Comissão Europeia, para saber que consequência é que existem caso a consulta pública que foi realizada seja considerada ferida de legalidade pela forma como foi feita, porque aquilo deriva de uma diretiva comunitária.

A necessidade de haver um estudo de impacto ambiental e consulta pública deriva de uma diretiva comunitária e nós temos um caso aqui bem perto com o terminal de contentores do Barreiro, onde a consulta pública foi feita de forma totalmente diferente e esse processo que

está a decorrer neste momento em Tribunal, e que está bem fundamentado por estes cidadãos e por estas associações de pesca, pode fazer com que Portugal perca os fundos comunitários. Tem que haver bom senso e o bom senso é assentar as pessoas à mesa, não é repetir estas moções desta maneira. Isto não tem utilidade, isto não ajuda ninguém, desculpem lá, mas têm que ouvir isto.

Deixem-me só dizer, para terminar, que creio que não podemos deixar de ter em atenção que o terminal de contentores do Barreiro ao ser feito juntamente com este porto vai contra uma série de situações. Em primeiro lugar, a própria comunidade portuária de Setúbal tinha dito que não fazia sentido duplicar as duas infraestruturas, se queriam colocar um tema, colocavam esse, porque era importante analisar porque é que estamos a duplicar infraestruturas. Não há próximas para mim, acho que é isso que vocês deveriam abordar, porque é um tema de governação, é um tema de decisão e fazia sentido estar aqui a dizer isso, porque a minha posição que diz respeito ao Porto de Setúbal já vem desde há muito tempo, não é porque alguém diz isto, aquilo ou aqueloutro, vem de há muito tempo, se é sempre convergente com o PSD, isso é garantido que não é.

A minha posição vem desde há muito tempo e fazer uma infraestrutura que, sei que é para concessão do terminal de contentores no Barreiro, e ao mesmo tempo fazer este em que a comunidade portuária setubalense disse: *“Não faz sentido duplicar e é muito mais caro. Atenção não faz sentido fazer isto.”*, disse isto em 2017. Isso vale a pena analisar para ter a certeza que a utilização que vai ser dada a esta obra, se ela for para a frente e for feita, acho que vai e tudo indica que sim, espero que seja em consenso e que não prejudique nenhuma atividade económica. Se for para a frente vamos estar a duplicar as duas coisas, porquê? Há alguma razão para isso acontecer?

O custo de fazer esta operação no Barreiro, todos sabem e foi isso que fundamentou esta obra, era muito mais elevado, as dragagens eram mais caras, a utilização por contentor e por tonelada era mais caro, há uma série de estudos nessa matéria e era tudo mais caro. Ali existe as Infraestruturas de Portugal, a Câmara Municipal do Barreiro e a APL, que tem a mesma administração que a APSS, que querem viabilizar aquela obra e acho que é importante.

Porque é que ela agora é importante? Será que ela não vai retirar importância económica a esta obra, e será que não estamos a fazer um dano ambiental que, se calhar, vai gerar menos emprego e menos valor económico que aquela que está prevista, isso é que era bom trazer aqui numa moção ou numa recomendação, isso é que é acrescentar alguma coisa.

Agora, meus caros, peço desculpa porque sei que fui duro, mas tinha mesmo que ser. Meus senhores, vão ter que saber fundamentar bem, especialmente esta posição e digo-vos, por dignidade a esta casa, ainda bem que hoje não temos tanto público e jornalistas.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Em relação à questão institucional da moção, ela não tem nada a ver com a moção ou recomendação que o PSD apresentou aqui na última reunião de câmara. O PSD queria parar tudo e na altura ainda não sabíamos que o PSD era contra as dragagens, nem contra o investimento no Porto Setúbal. Na altura suspeitávamos que era contra, mas não sabíamos, queria era parar tudo para fazer vários estudos económicos, etc. Passados uns dias viemos a saber pelas redes sociais que, afinal, o PSD é contra o investimento no Porto de Setúbal, contra este investimento.

Não, pelo menos estava lá como secção de Setúbal do PSD.

Agora sabemos que o PSD é contra o investimento, mas sabemos assim de forma também enviesada. O senhor vereador Nuno Carvalho dizer que o PS tem uma posição ambígua, que temos que falar claro, então o PSD que fale claro se é a favor ou contra o investimento que está previsto nesta obra. Que diga que são contra e aqui acabou quase por dizer isso, pelos vistos é a favor no Barreiro e contra em Setúbal, muito bem. Então a posição do PSD é que se faça o terminal de contentores no Barreiro e que não se faça nada em Setúbal. Se for essa a posição tudo bem, mas é uma novidade, nunca tinha ouvido falar, ainda bem que está a esclarecer.

9

Na sua intervenção, e não leve a mal também aquilo que eu vou dizer, é que parece que há um ressabiamento por termos votados contra a vossa proposta na última reunião de câmara. Sinceramente, a política é feita com emoção, mas tem que ser feita com alguma racionalidade, então promover, recomendar que a APSS faça sessões de esclarecimento públicas que não estão a ser feitas ainda, que espero que venha a ser feitas, mas isto tem alguma coisa a ver com os encontros privados com as associações...

Não, eu não recebi fax nenhum, vocês estão a receber faxes entre vocês, mas eu não recebi faz nenhum.

Sra. Presidente da Câmara – Você foi tão informado quanto o vereador Nuno Carvalho.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Aqui na reunião de câmara, mas ainda não ocorreu nenhuma sessão pública de câmara, que eu saiba.

Sra. Presidente da Câmara – Mas já está marcada. Já falo também.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Tudo bem. Mas não há recomendação, neste momento não tenho conhecimento e na última reunião de câmara até disse especificamente que, caso nesta reunião chegasse a esta altura e já houvesse uma decisão para haver essa sessão, isto tornava-se inócuo. Eu disse isso na última reunião de câmara e, portanto, deixava cair claramente.

Na última reunião de câmara quando propôs a criação de uma comissão de acompanhamento o vereador Nuno Carvalho disse que estava disponível, a única pessoa ou o único partido político que se manifestou contra foi a CDU.

O PSD na altura disse que estava disponível para acompanhar a criação dessa comissão de acompanhamento, portanto pode mudar de posição, como é óbvio, costuma-se dizer que só os burros é que não mudam de ideias, porque quando estou enganado e acho que estou enganado, também mudo de ideias. Agora, na altura, o vereador do PSD claramente disse que estava disponível, muito disponível e foi por isso que fui recuperar esta parte da vossa recomendação exatamente por ter manifestado total disponibilidade para acompanhar nesta questão.

Temos que ser sérios e não haver demagogia aqui nesta discussão, porque não estamos no ar e não estamos a falar olhos nos olhos, vamos ser sérios na discussão. O senhor vereador na altura, há 15 dias, disse que estava disponível para hoje aqui nesta reunião fazer uma recomendação no sentido da criação dessa comissão de acompanhamento.

Em relação à questão da segunda fase e das notícias das dragagens, penso que é importante esclarecer, não tenho problema nenhum.

Há uma grande confusão generalizada, uns fazem porque não sabem e outros fazem de propósito e misturam tudo, dizem que as dragagens são 6,5 milhões de metros cúbicos, falam num plano geral e global quando o próprio plano prevê duas fases, a fase A e a fase B, e quando o que está aqui em causa, na minha opinião, para aquilo que é o futuro do Porto Setúbal e assegurar esse investimento para garantir o futuro do Porto Setúbal é a fase A.

A fase B, que é muito menos do que aquilo, e acho incrível como é que o PSD tem a desfaçatez de dizer que até isto já não é uma solução local, já é nacional, já é europeia, mas o PSD é que preparou todo este processo. O PSD até queria dragar até aos 16 metros o projeto inicial, tinha uma frente de cais com não sei quantos metros de hectares que já não está no estudo. Agora vêm dizer, julgo que até foi o vereador Ricardo que disse, que houve uma deliberação dos deputados do PSD a obrigarem este Governo a avançar com este projeto, mas agora vêm dizer que não têm nada a ver com isto e que até são contra o PSD nacional.

Tudo bem, também já tomei posturas contra algumas indicações do Partido Nacional e, se calhar, esta é uma delas de dizer que a fase B, perante o que está em causa, e em que há um clima de grande desconfiança, também não está provado que haja um benefício económico, porque o estudo que foi feito até hoje foi só para a 1.ª fase. Aliás, o próprio estudo

diz que para se avançar para a fase B tem que se fazer um estudo económico das vantagens e do potencial de crescimento.

Mas, depois vir aqui dizer que não estudamos os processos e que fazemos tudo atabalhado, ó senhor vereador isso é muito ressabiamento não termos votado a favor da sua proposta na última reunião de câmara.

Não! Eu também estou feliz, agora há coisas que não gosto de ouvir, porque não são verdadeiras. Aquilo que propomos é que haja uma decisão política de se dizer que é a fase A que vai ser feita e suspende-se, até digo suspender ou eliminar pura e simplesmente a fase B para que caia de se falar neste volume de 6 milhões e se fale no volume de 3,5 milhões.

Que se fale que se criou esta ideia de um investimento que não é aquilo que vai ser feito efetivamente, porque o que vai na realidade ser feito e que está adjudicado e que vai entrar em obra é só a fase A e acho que era importante que houvesse uma decisão nesse sentido, porque o próprio cronograma, como tudo isto está a ser feito, permite que a fase B possa ser posta em *stand by* ou até nem sequer nunca a ser realizada e prevê também a realização de estudos económicos que viabilizem a necessidade de se avançar para a fase B.

A fase B é aquilo que claramente não põe em causa este projeto e, portanto, acho que é a solução não para agradar às massas, ser era aquilo que me estava a perguntar há pouco, porque se diz aí então para se parar.

Não, não é por agradar às massas, não é por essa razão, mas é para se definir claramente que se diga o que é que vai acontecer, que obra é que vai ser feita? É que a obra que vai ser feita é muito menor do que aquilo que andam para aí a dizer. Qualquer pessoa que está aqui e que já leu todos os estudos e os projetos sabe disso. Julgo que isso iria contribuir para haver uma pacificação, que é importante que haja na opinião pública, e se há alguém que pode fazer uma avaliação não técnica, por isso é que está aqui a APA e os técnicos da APSS, é exatamente para darem a informação que é necessária para uma comissão política poder funcionar, acho que é a Câmara ou a Assembleia Municipal, porque são os representantes do povo.

Então se fazemos comissões, que por acaso ainda não deu nenhuma conclusão e nem ainda vi nenhum relatório, sobre o impacto do programa “Arrábida sem Carros”, então para uma coisa destas também não faz sentido fazer? Sinceramente, julgo que faz. É uma responsabilidade nossa e coisas que não são da nossa responsabilidade não podemos acompanhar em termos políticos? O Partido Socialista entende que sim, mantém a proposta naturalmente e se for aprovada é, se não for aprovado não é, sem qualquer tipo de demagogias, nem qualquer tipo de populismos. É a democracia a funcionar.

Sr. Vice-Presidente – Esse argumento que nos é atirado para cima, como se não quiséssemos ser representantes do povo...

Sr. Vereador Paulo Lopes – Não é isso.

Sr. Vice-Presidente – É isso é, ouvi esse argumento muitas vezes. Claro que somos representantes do povo, não é isso que nos dá o direito de nos atravessarmos nas competências alheias das outras instituições, mas claro que também os deputados da assembleia são representantes do povo e claro que estes deputados nomearam um governo que determinou a execução desta obra.

O senhor está a querer colocar aqui uma responsabilidade política que tem autores e sabendo eu que era intenção da administração da APSS, até convidando a Câmara de Setúbal a estar presente e outras entidades, fazer uma apresentação pública de desenvolvimento da obra que se ia fazer, parece que o ministério, que é do Governo do Partido Socialista, terá achado melhor não o fazer e daí talvez o atraso nas sessões de esclarecimento.

Não é um problema do ministério, é um problema dos governantes que determinam as obras. Quanto ao ressabiamento, o senhor pode ter todo o direito de dizer isso, mas o que me parece é que é o vereador Paulo Lopes que está ressabiado com o vereador Nuno Carvalho

na intervenção que fez na última reunião. Quando a ata vier leia a transcrição da sua intervenção.

Estou espantado com esta posição perante a sua intervenção com o que disse na anterior, por amor de Deus.

Agora, não confundamos tudo, porque a questão do terminal de contentores no Barreiro não é uma alternativa a Setúbal, o Porto de Setúbal não tendo o mesmo objetivo, não tem o mesmo serviço, só serve Setúbal. O Porto de Setúbal não é uma alternativa ao Porto de Lisboa e é disso que se trata no Barreiro, é um complemento necessário ao Porto de Lisboa, à outra margem do rio. Não resolve nenhum atravessar a península, entre Setúbal e Barreiro para resolvermos o problema de Lisboa. Não há duplicação de infraestruturas, esta infraestrutura tem uma finalidade que é autónoma, que é endógena, é daqui do sítio. Esta cidade é praticamente filha do porto, os princípios da cidade foi por estar à beira-mar e aqui se aportou, aqui se criou a cidade por causa da atividade marítima. Não é para servir Lisboa e o que anda à procura no Barreiro é um sítio para servir Lisboa e não há que misturar as coisas, não estejamos sempre à procura do argumento para o não se faça. E quanto ao não se faça, a natureza da posição que é colocada aqui pelo Partido Socialista é igual à natureza da posição que foi colocada pelo PSD. O que é que disse o PSD? Pare já. O que é disse o PS? Pare a seguir.

Sr. Vereador Pedro Pina – Quero pegar nas palavras do vereador Nuno Carvalho para dizer que, de facto, é pena não estar a comunicação social presente para assistirmos a esta discussão. Lamento que não esteja, porque assistimos aqui a esta troca de argumentos entre o Partido Social Democrata e o Partido Socialista que nos parece interessante. Além disso, fiquei com a ideia, mas posso ter interpretado mal, que o vereador Nuno Carvalho em determinada altura na última reunião de câmara até hesitou se deveria retirar e terá dirigido à bancada do Partido Socialista que se houvesse a possibilidade de consensualizar ali um dos pontos da própria proposta que teria disponibilidade para votar, mas que o Partido Socialista, eventualmente na proposta que traria a esta reunião de câmara, até seria uma ideia consensualizada. Ficámos a assistir ao consenso.

Quero só fazer uma pergunta e dar uma sugestão. Afinal não é 1.ª fase e 2.ª fase, é lado A e lado B, era como nos antigos discos em que havia o lado A e o lado B, e ficamos sem perceber a posição clara do Partido Socialista.

Quero dirigir uma pergunta ao vereador Nuno Carvalho de uma forma muito objetiva, se, definitivamente, o Partido Social Democrata é a favor ou contra as dragagens e se nos pode clarificar.

Em relação à sugestão, sugeria, para perceberem o que é uma posição clara e transparente, que lessem o comunicado da Comissão Concelhia do PCP, porque ele não deixa dúvidas, é muito claro, muito evidente e deixa uma posição sobre esta matéria de uma forma objetiva.

Já agora quero pegar na alínea b) da proposta, nunca vi o Governo na Assembleia da República fazer uma sugestão ao Parlamento, parece que é o que está aqui. Então o executivo faz uma sugestão à Assembleia Municipal.

Não são coisas diferentes, é exatamente a mesma questão que está aqui, o executivo municipal fazer uma sugestão é a mesma coisa que o Governo fazer uma sugestão para a constituição de uma comissão e, portanto, isso é uma iniciativa que se for entendimento da própria Assembleia Municipal o deva fazer, embora já exista na Assembleia Municipal, como bem sabemos, uma comissão que pode discutir e que pode acolher algumas destas questões.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Vou ler estas palavras que não são minhas, “O canal de acesso a uma eventual localização do terminal do Barreiro já foi dragado no passado e é regularmente dragado, nós conhecemos o tipo de dragagem que é necessário para os navios. Há vantagens ambientais na construção do futuro terminal do Barreiro, porque aquilo que hoje são matérias, poeiras, areia contaminada passa a ser areia descontaminada, o que significa uma redução do passivo ambiental.” Isto entre outras palavras foram as palavras do Sérgio

Monteiro num encontro realizado em Setúbal, que teve a participação de dezenas de especialistas do setor marítimo-portuário. Obviamente que isto foi em 2014 e que, portanto, na altura, estava-se a falar de uma questão que não é muito diferente daquela obra que se está hoje a fazer em Setúbal, mas para perceberem o que é a posição do PSD. Depois envio por e-mail.

Vou só ler aqui mais uma questão que é importante sobre o que estava a dizer o senhor vice-presidente Manuel Pisco, porque não fui eu que introduzi essa comparação dos dois, não fui eu, estava a dizer é que o PSD devia esclarecer isso para que não houvesse dúvidas e porquê? Eu acho que era importante que o PS Governo, o PS local, o Governo da geringonça, esclarecesse a questão do Barreiro. A comunidade portuária de Setúbal enviou um comunicado em 2017 em que era importante esclarecer esta matéria considerando que quando os critérios assentam em outros objetivos, ou seja, que é aquilo que é o terminal de contentores, defendendo aparentemente interesses do âmbito regional, ainda que legítimos, podem pôr-se em causa os equilíbrios de todo o sistema logístico ou portuário enquanto recurso efetivamente complementar nas suas diversas valências e acrescentou dizendo *“Declina-se, por isso, a multiplicação de infraestruturas equivalente, privilegiando-se definitivamente o foco na competitividade, na eficácia e nas respostas concretas às necessidades do mercado real, sem utopias ou desfazamentos de cenários, com muitos estudos encomendados que, normalmente, nos arrastam para o mundo da fantasia.”* O Porto de Setúbal mandou fazer um estudo, e vocês estão a dizer que o estudo foi mandado fazer na altura do PSD, e foi, mas foi também mandado fazer um estudo do terminal de contentores no Barreiro e foi tomada uma decisão política. Agora se me disserem que está aqui uma falta total de sintonia do PSD, etc., só porque vocês mandaram fazer o estudo. Não estudem, não podem estudar, não podem fazer, não podem mandar fazer isto, aquilo e aqueloutro.

Até vos digo qual é o principal problema aqui e não vale apenas fugir disso, chama-se ausência de uma consulta pública bem conduzida, porque isso é que levanta problemas e dúvidas como o próprio vereador Paulo Lopes disse e bem, esse é que é o verdadeiro problema aqui, e isso é que é importante colmatar.

É importante o esclarecimento das partes, se devemos ser a favor ou contra aquilo que quer que seja eu pergunto-vos se sentem esclarecidos? Creio que não. Também não me sinto esclarecido com o que está agora, vamos para as sessões de esclarecimento, vamos ver o que é que vem aí, vamos ver o que é que as coisas trazem.

Eu disse que mais vale a pena parar para ouvir e ter a certeza de que estamos a fazer mais mal do que bem e é o que está na ata, não era o que estava na recomendação, porque a recomendação era para ter uma posição equilibrada que obrigasse as pessoas a sentarem à mesa, mas transmiti logo a minha posição. Aliás, não transmiti logo, reforcei e sublinhei a minha posição, é isso que se deve fazer, é assumir as posições e esta foi a frase que disse *“Parar para ouvir, para ver se estamos a fazer mais mal que bem”* e foi o mesmo que saiu também no Diário de Notícias e em outros jornais.

Agora, se a posição é nova para o PSD, se o facto de nós equacionarmos bem isto para ver se, de facto, vale a pena o investimento é novo, se não foi estudado, se não foi falado e se fazer esta obra já não foi colocado em causa no passado? Não, isto nunca foi muito líquido e transparente como se diz aí, nunca foi, nunca foi tão transparente como se pode ver.

Há questões aqui que devem ser estudadas e devem ser vistas. Digo-vos mais, se devem ser vistas e estudadas, neste preciso momento aqui em sede de Câmara Municipal, acho que já não faz sentido. Em sede de Câmara Municipal não faz sentido, se me disserem que esta sugestão de comissão que aqui está, e uma vez que a APSS é a indicação do vosso Governo, foi proposto e se sabem que há recetividade da parte da APSS para avançar com isto assim, eu voto a favor.

As sessões públicas já sei que há, porque já tinha sido respondido, isso é a parte que já sei que é possível. Sobre a comissão, se a APSS considera que há recetividade para fazer isto, digo que voto a favor, porque é o que faz com que isto seja diferente. Há essa recetividade? Se houver voto a favor disto, porque se não o que é que estamos aqui a fazer?

4

Sra. Presidente da Câmara – Há recetividade ou não? Ele está a fazer uma pergunta.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Ó Sra. Presidente, se há recetividade da APSS para que a câmara crie uma comissão de acompanhamento?

Sra. Presidente da Câmara – Não é para que a câmara crie.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Se houver uma decisão da Câmara Municipal ou da Assembleia Municipal de criar uma comissão de acompanhamento, não quero acreditar que a APSS se oponha e que não queira participar nessa comissão de acompanhamento. Não quero acreditar nisso.

Agora, se vamos só propor aquilo que achamos que do lado de lá aceitam, então, se calhar, o PSD nem se quer teria apresentado a última recomendação, porque sabia claramente que a APSS não ia aceitar, portanto, não percebo se quer a sua pergunta.

Mas falou com a APSS? Não me parece.

Sra. Presidente da Câmara – Não percebi nada do que é que aconteceu ao PS. Creio que o PS há 15 dias atrás, na última reunião de câmara, deve ter ido para a rua e assustou-se, se calhar, com aquilo que ouviu na rua. Também já ouvi muita coisa na rua. É assim, quem tem medo compra um cão.

Quando vimos para aqui temos que ter coluna vertebral, e se dissermos uma coisa num dia, temos que a dizer no outro dia a seguir exatamente. Subscrevo inteiramente a intervenção do vereador Nuno Carvalho.

Coluna vertebral foi aquilo que faltou ao PS. Então o PS vem aqui com uma proposta parecida com esta, só que esta tem uma nuance de que dá para todos os lados, vamos lá ver onde é que caímos. Já agora vamos propor uma sessão.

Então e na outra vez como é que era? Era a do PSD. Não, mas vocês discutiram aquela, discutimos todos aquela. Não era parecida, era uma recomendação, era só do PSD. Mas vocês tiveram aqui uma posição totalmente diferente daquela que hoje escrevem aqui.

Totalmente diferente! Mas totalmente diferente, algo muito mais consensual e chegam à rua e devem-se ter assutado quando ouviram alguns amigos e devem ter pensado para que lado é que iam, porque tinham que agradar a gregos e a troianos.

Vêm depois propor aqui uma sessão pública quando sabiam que a APSS mandou, no dia da reunião de câmara, perguntar se alguém estava interessado, porque fariam a sessão pública e fizeram.

Vocês tiveram uma intervenção totalmente diferente desta que hoje tiveram aqui, totalmente diferente, porque vocês se devem ter assutado com aquilo que ouviram na rua e devem ter pensado que o melhor era caírem para vários lados, para não ficarem zangados com gregos e nem com troianos.

A intervenção que tiveram da outra vez foi uma intervenção muito mais consensual com aquilo que o Governo vai fazer, com aquilo que a APSS, também nomeada pelo Governo, vai fazer, uma concertação muito mais parcimoniosa, digamos. Hoje vêm aqui com uma que não teve nada a ver com aquela intervenção e o que estou a dizer é que, naquela reunião, vocês ouviram dizer que a APSS tinha mandado para aqui um e-mail a dizer que se tivéssemos interessados eles marcariam reuniões públicas para esclarecimento desta situação.

Todos disseram que estavam interessados e eu disse à APSS para se fazerem as sessões públicas. Chegou agora a data da 1.ª sessão pública, dia 6, próxima terça-feira, às 17 horas, no auditório da APSS. Chegou hoje, há cerca de uma hora.

Na reunião de câmara nós pedimos imediatamente à APSS, que foi aqui consensualizado que queríamos mais informação pública, uma vez que a APSS nos disse que estava disponível. Pedimos e veio agora a resposta.

Então vocês não ouviram essa parte? Mas vêm fazer, neste momento, o pedido de mais sessões de esclarecimento. É uma trapalhada monumental face àquilo que foi a vossa intervenção da última vez e, portanto, peço desculpa, mas subscrevo, quer a intervenção do

Nuno Carvalho, quer as intervenções do vice-presidente Manuel Pisco e do vereador Pedro Pina, que foram os três que me antecederam.

Creio que isto não faz sentido, há aqui qualquer confusão em relação a tudo isto, mas já sabemos qual é o resultado.

Mesmo em relação à comissão de acompanhamento, também já dissemos qual é a nossa posição.

Quem somos nós para estarmos a dizer à APA, nem iria aceitar, ou a APSS, que têm técnicos nesta área, que fazem estudos nesta área, que era a câmara, uma entidade externa à APSS, que ia controlar o que estavam a fazer. Assim como não gostaríamos que a APSS viesse ver o que é que estamos ou não a fazer. O Estado tem a DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais, que é a entidade que supervisiona a atuação dos municípios, não era a APSS que queria cá. E a APSS tem o Ministério do Ambiente e do Mar em cima deles e era agora a Câmara Municipal que ia fazer parte de uma comissão de acompanhamento. Não estamos de acordo com isso.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – É só uma proposta para verem se aceitam ou não. Gosto de ser coerente com aquilo que digo, com aquilo que faço e acredito que os outros também, portanto, é o princípio de boa fé.

Já manifestei a minha opinião sobre tudo o resto e também sobre o documento que aqui está, sugeria manter a questão das sessões de esclarecimento, já sabemos que pode ser um bocado inócuo, mas não ofende nada e nem ninguém, mas no que diz respeito a esta comissão confesso que a presença da Assembleia Municipal não seja o que é correto. Houve técnicos da Câmara Municipal que estiveram envolvidos e até há um trabalho de respeito a ter por eles e a Câmara Municipal pronunciou-se na altura certa e da forma correta sobre esta matéria.

Por esta razão, sem contar com outros formalismos, não leve a mal senhor vereador, mas concordo com o que o vereador Pedro Pina disse, que, de facto, não estamos a propor à Assembleia Municipal isso e a Assembleia Municipal pode decidir e vocês podem pedir aos deputados do PS para fazerem isso. Mas por essa razão, pelo respeito que existe naquele trabalho que foi feito e bem feito, a Câmara Municipal fez o seu trabalho como deve ser em sede desta matéria e julgo que não faz sentido envolver a Assembleia Municipal, independentemente de ser um dos representantes da população, mas é por essa razão que acho que não faz sentido e não vão acrescentar.

Creio, também, que pôr a APA poderá ser ir longe demais, porque a APA tem poucos técnicos e, aliás, como se viu pelo relatório. Uma instituição que já tem poucos recursos estar a pedir para fazer este acompanhamento, creio que também pode ser ir longe demais.

Pelo menos estes dois, sugeria retirar. Se não retirarem, enfim, acho que é só ir longe demais, mas eu iria retirar e mantenho o meu voto favorável para esse acompanhamento, que acho que é importante. Eu acho que é importante. Eu mantenho, mantenho o meu voto favorável, se... E esta é a parte mais importante, se, como eu estou a deduzir... Não há certezas, mas, como eu estou a deduzir e não sou eu que vou ficar mal na fotografia, por isso é que eu vos estou a fazer bem esta pergunta... Se, e presumindo que a APSS vai aceitar fazer isto. É que não sou eu que fico mal na fotografia, então, percebem o que eu estou a dizer. Porque, presume-se, e bem, como disse o Vereador Paulo Lopes, presume-se que a APSS não irá rejeitar uma coisa destas, então, não é? Portanto, é nesses termos que eu estou a colocar, está bem?

Sr. Vereador Paulo Lopes – O que este documento, aqui, nos diz, é exatamente aquilo que foi a minha intervenção na última reunião de Câmara. Apelei a que houvesse uma recomendação à APSS, para que promovesse sessões de esclarecimento públicas e propus que houvesse uma comissão de acompanhamento na parte da Câmara Municipal, em relação a este projeto, um acompanhamento político, com técnicos que vão acompanhar a obra, seja da APA, seja da APSS, o que for.

Portanto, não está aqui mais nada a não ser isto. É ler a proposta. Não há um único desvio daquilo que foi afirmado na última reunião de Câmara. Aqui não há qualquer tipo de desvio na posição e quando o Sr. Vereador, de uma forma dura, mas injusta, na nossa opinião, nos diz que não há aqui uma coerência, obviamente que não nos revemos nessa crítica, porque o que está aqui em causa, o que está aqui a votação, foi exatamente aquilo que nós dissemos. Se querem retirar, porque sabemos que vai haver, dia 6, uma sessão pública de esclarecimento. Foi exatamente aquilo que eu também disse na última reunião de Câmara: *“Se, até à data, houver uma data marcada, uma reunião não-sei-quê, obviamente isso torna-se inócuo”*.

Segundo o novo regimento, este tipo de moções, recomendações, etc, têm que ser entregues, para ser incluídas na ordem de trabalhos. Foi entregue há uma semana atrás. Não tínhamos a informação de quando é que haveria a sessão de esclarecimento. Portanto, é para retirar essa parte. Pode retirar essa parte, não tem problema nenhum.

Quanto à criação da comissão, eu acho que não faz sentido... vamos lá a ver: ou é a Câmara ou é a Assembleia Municipal que tem que gerir essa comissão de acompanhamento. O técnico que se pronunciou, da Câmara, foi sobre uma determinada vertente e eu não quero que a Câmara venha a dar mais pareceres sobre o estudo de impacto ambiental.

O que aqui se pretende é que haja uma comissão de acompanhamento de todo o processo. Se as medidas, se as fases... Em que pé é que está a obra, se as medidas estão a ser cumpridas, qual é o acompanhamento... Que os técnicos vão dando *“feedback”* à parte política e à parte das associações, etc. Que se possa fazer esse acompanhamento. Portanto, não há aqui desvio, não há aqui qualquer tipo de situação anómala nem de comportamento que não seja de coluna vertebral.

Eu percebo a posição da CDU. Aqui foi de total apoio, no Parlamento levantou algumas questões sobre a questão dos pescadores. Não se quis pronunciar sobre as dragagens. Nós pronunciamos-nos a favor, nós. Daquilo que eu li... E posso não ter lido, então, o documento que o Vereador Pedro Pina falou, mas, daquilo que eu li, da intervenção da deputada da Comissão de Ambiente, no Parlamento, foi, acima de tudo, da zona de largada de areias, que iam ser deitadas no delta do Sado, e colocou a questão dos pescadores. Foi, essencialmente, sobre isso. Não falou... O PCP não se pronunciou sobre a questão das dragagens, foi só sobre essa questão.

Mas eu, na altura da intervenção na reunião de Câmara, aqui, não vi a CDU falar sobre isso. Pelo contrário, até disse que os pescadores até já tinham reunido ou estavam, neste momento, em reuniões, não havia questão nenhuma e que, eventualmente, até, quaisquer que fossem as questões que eles colocassem, podiam ser articuladas com a APSS. Mas, na altura, não levantou questão nenhuma. Agora, vem levantar uma questão. Então, e isso é motivo para eu dizer que não há coluna vertebral no PCP?

Não, nós, o que dissemos foi muito claro. Somos a favor do investimento do porto de Setúbal. Queremos que este investimento se faça. Entendemos que a fase A é fundamental, entendemos que a fase B necessita de ser bem fundamentada, do ponto de vista económico, se compensa os riscos de uma dragagem com aquela dimensão e que eleva para um valor maior ainda.

Na nossa opinião, isto não é questão de ter medo. Temos preocupações, temos questões que nos preocupam, e que, no próprio plano, dizem que têm que ser estudadas daqui a 3-4 anos. Então, mas se têm que ser estudadas daqui a 3-4 anos, porque é que se está a afirmar já que se vai fazer isso? Porque é que não se diz: *“Mete-se em “stand by”, fazem-se os estudos na altura, sobre essa fase, se tiverem que ser feitos, e, então, far-se-á ou não”*?

Isso foi a posição do Partido Socialista. Não há, aqui, nenhum desvio, em termos daquilo que foi assumido, inicialmente, de apoio ao investimento e daquilo que nós entendemos que é possível, que é uma articulação entre o porto, a cidade e o rio, e a forma como o porto... Aliás, a frase que utilizei, na altura, foi: *“A cidade de Setúbal tem que decidir se quer ter um porto ou não”*. E nós, PS, entendemos que a cidade deve ter um porto. Não é assim tão claro para certos partidos.

Sra. Presidente – É claro, é. Quem é que não quer o porto?

Sr. Vereador Paulo Lopes - Não é a CDU, não estou a falar para a CDU. Para que fique em ata, o Sr. Vereador Nuno Carvalho não tomou nenhuma posição contra o porto de Setúbal, tomou uma posição contra as dragagens e o investimento que está previsto. Agora, contra o porto, não.

Sr. Vice-Presidente – Ó vereador, mas, perante o conhecimento de que há uma sessão pública e que vão ser feitas as diligências necessárias, não retira a proposta?

Sr. Vereador Paulo Lopes – Posso retirar a primeira recomendação, à APSS. Posso retirar, se isso influencia o que quer que seja. Mesmo que não influencie. A Sra. Presidente comunicou-nos que vai ser realizada...

Sra. Presidente - Dia 6, às 17 horas, no auditório da APSS. É público.

Sr. Vereador Paulo Lopes - Estando marcado, nós retiramos, porque entendemos que não faz sentido, como é óbvio, é uma redundância. O segundo ponto mantemos.

Sra. Presidente – Sim, senhor. Então, vamos votar do segundo ponto para baixo.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo reprovada por maioria e em minuta, com 4 votos a favor dos Srs. Vereadores do PS e PSD e 6 votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Fez a seguinte declaração de voto: *“Votei a favor, porque, apesar de não concordar totalmente com a forma, acho que o princípio é correto. E tanto é correto que o que eu, obviamente, irei fazer, de seguida - talvez não amanhã, que é feriado, mas, na sexta-feira, com certeza, que não vou fazer ponte -, é enviar um e-mail para a APSS, a exortar que tenha a iniciativa de fazer esta comissão, porque ela própria poderá fazer, não é só na competência desta Câmara Municipal, e que envolva estas mesmas partes, fazendo referência não só à nossa recomendação, mas, também, à vossa recomendação, que eu acho que, com certeza, duas são mais fortes do que uma e três são mais fortes do quatro. Não são suficientes para ganhar aqui, mas são mais fortes.”*

C) Período destinado à intervenção do Público

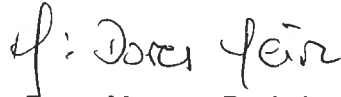
Não houve.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte e duas horas e trinta e cinco minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,



Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 28 de novembro de 2018, por unanimidade, contém 63 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:

Carlos Mendes
Helena Rosa
Vitor Marcos

Conferida por:

Ana Cristina Claro